

MARILIA LOPES LEITE

**GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ENSINO
SUPERIOR: ENTRE O DISCURSO LEGAL E A
MEMÓRIA – O CASO DA FCL DE
ARARAQUARA**



ARARAQUARA – S.P.

2009

MARILIA LOPES LEITE

**GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ENSINO SUPERIOR: ENTRE O
DISCURSO LEGAL E A MEMÓRIA – O CASO DA FCL DE
ARARAQUARA**

Dissertação de Mestrado, apresentada ao
Programa de pós graduação da Faculdade de
Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como
requisito para obtenção do título Mestre
Educação Escolar.

**Linha de pesquisa: Política e Gestão
Educacional**

Orientador: José Vaidergorn

ARARAQUARA – S.P.

2009

Leite, Marília Lopes

Gestão democrática no ensino superior: entre o discurso legal e a memória – o caso da FCL de Araraquara / Marília Lopes Leite – 2009

142 f. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara

Orientador: José Vaidergorn

1. Educação. 2. Ensino superior. 3. Gestão democrática. 4. Análise do discurso. 5. Memória. I. Título.

MARILIA LOPES LEITE

**GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ENSINO SUPERIOR: ENTRE O
DISCURSO LEGAL E A MEMÓRIA – O CASO DA FCL DE
ARARAQUARA**

Dissertação de Mestrado, apresentada ao
Programa de pós graduação da Faculdade de
Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como
requisito para obtenção do título Mestre
Educação Escolar.

**Linha de pesquisa: Política e Gestão
Educacional**

Orientador: José Vaidergorn

Data de aprovação: 04/06/2009

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Prof^o Dr^o José Vaidergorn

Universidade Estadual Paulista – UNESP/Araraquara

Membro Titular: Prof^a Dr^a Maria Neusa Dal Ri

Universidade Estadual Paulista – UNESP/Marília

Membro Titular: Prof^o Dr^o João Augusto Gentilini

Universidade Estadual Paulista – UNESP/Araraquara

Local: Universidade Estadual Paulista

Faculdade de Ciências e Letras

UNESP – Campus de Araraquara

Aos meus pais, Mari e Carlos.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais que, apesar das dificuldades, sempre se mostraram presentes e amorosos;

Ao meu orientador, José Vaidergorn, pelo tempo dedicado à orientação;

Aos professores membros da banca de qualificação, João Gentilini e Maria Ribeiro do Vale, pelas assertivas e sábias pontuações, mostrando caminhos a serem seguidos;

À professora Neusa Maria Dal Ri, que participou da banca de defesa;

Aos alunos, professores e funcionários entrevistados, pela disponibilidade e atenção;

Às amigas irmãs Bárbara, Cíntia, Ana Paula e Luciane, pelas horas destinadas aos conselhos, consolos e gargalhadas;

Aos amigos queridos do grupo IAGE: Breno, Carol, Jaque, Chaim, Tetê, Bianca, André, Anne, Aline e Erica, pelas horas, sempre, agradáveis.

“Tudo o que a gente puder fazer no sentido de convocar os que vivem em torno da escola, e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco o destino da escola na mão, também. Tudo o que a gente puder fazer nesse sentido é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós que é o de assumir esse país democraticamente”.

Paulo Freire

RESUMO

A pesquisa proposta "Gestão democrática do ensino superior: entre o discurso legal e a memória – o caso da FCL de Araraquara." buscou identificar, nos aspectos legais e do exercício cotidiano, como ocorre a gestão democrática no ensino superior. Teve-se aqui como objeto de estudo a Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências e Letras, campus Araraquara. Na unidade escolhida, a instância decisória superior, de caráter deliberativo, é a Congregação. O estudo voltou-se, assim, aos seus procedimentos e às suas práticas. Para tanto, foram analisados os textos legais de referência – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Estatuto e Regimento Geral da UNESP, e o Regimento Geral da Congregação. Foram também estudadas algumas atas datadas dos anos de 2005 e 2006, onde se identificam alguns episódios que causaram maior impacto na comunidade acadêmica e que podem ser considerados momentos de crise dentro da universidade. A análise documental foi comparada com a memória de alguns atores envolvidos nos episódios escolhidos, procurando-se a percepção deles sobre os fatos. Os dois níveis de estudo permitiram uma análise comparativa do objeto: aquilo que está nos documentos legais e aquilo que é percebido pelos atores envolvidos. É uma comparação entre a forma legal do exercício da gestão universitária (com análise do plano legal a partir das categorias apreendidas anteriormente) e com a forma de gestão percebida e exercida. O olhar sobre as Leis, as atas e entrevistas teve como base algumas categorias diretamente ligadas ao conceito de gestão democrática: democracia, participação, representação, democracia participativa e autonomia. Em especial, as entrevistas foram analisadas sob os aspectos dos conceitos de memória e análise do discurso. Esta comparação pode mostrar qual a política e democrática é a Congregação, considerando as categorias e conceitos trabalhados, possibilitando a identificação, em sua prática, se a gestão é democrática e realmente existe, ou se é apenas uma referência abstrata nos documentos legais. Além do estudo da gestão democrática, buscou-se, na conceituação teórica e prática da autonomia, se esta provoca um limite ao exercício democrático de participação dos segmentos da universidade.

Palavras chave: gestão democrática no ensino superior – autonomia – participação.

ABSTRACT

The proposed research “Democratic Management of High Education: between legal speech and the memory – the case of FCL in Araraquara”, will seek to identify, in the legal aspects and the daily exercise how democratic management in high education happens. There will be here as study object *Universidade Estadual Paulista* (Paulista State University) “Julio de Mesquita Filho”, College of Sciences and Arts, Araraquara campus. In the chosen unit, the superior decisive aspect of representative character is the Congregation. Thus, the study will aim for its procedures and practices. For this goal, the following legal reference texts were analyzed: *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* (Directive and Basis Law of National Education, Statute and General Regulations of UNESP) and Congregation General Regulations. Some of the amendments dated from 2005 and 2006 will also be studied, where it is possible to identify some episodes that caused greater impact in the academic society and that may be considered moments of crisis within the university. The documental analyzes will be compared to the memory of some authors involved in the chosen episodes, seeking their perception of the fact. The two levels of study will allow a comparative analysis of the object: one that can be found in legal documents and other that can be perceived by the involved authors. It is a comparison between the legal form of the exercise of university management (with analyzes of the legal plan from previously presented categories) and how this form of management is perceived and exercised. The analyses over these laws, amendments and interviews will be based on some categories linked to the concept of democratic management: democracy, participation, representation, participative democracy and autonomy. The interviews in particular will be analyzed under the aspects of memory concept and discourse analyses. This comparison will be able to show how political and democratic the Congregation is, considering the categories and concepts worked making it possible to identify in its practice whether the management is democratic and if it indeed exists or if it is just an abstract reference in legal documents. Apart from the study of democratic management it will be tried to establish whether the theoretical and practical regard of autonomy indeed poses a limit to the democratic exercise of participation of the university segments.

Keywords: democratic management of high education – autonomy - participation
--

SUMARIO

INTRODUÇÃO.....	p.11
I – REFORMULAÇÕES DO CONTEXTO POLÍTICO-SOCIAL: DO ESTADO DE BEM ESTAR AO ESTADO GESTOR.....	p.21
1.1 A Universidade.....	p.24
1.1.2. A Universidade e a Reforma do Estado.....	p.26
II – GESTÃO DEMOCRÁTICA – CONCEITOS E CATEGORIAS.....	p.29
2.1 A idéia de Democracia.....	p.29
2.2 – Participação.....	p.34
2.3 Autonomia.....	p.36
2.4. O que está na Lei – a universidade e a UNESP.....	p.39
III – DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO NA FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS DE ARARAQUARA – O QUE AS ENTREVISTAS NOS DISSERAM.....	p.42
3.1 A Congregação.....	p.42
3.2. Paridade.....	p.43
3.3. Os alunos.....	p.46
3.4. Os funcionários.....	p.50
3.5. Qualificação para ser representante.....	p.52
3.6. Gestão democrática.....	p.53
3.7. A universidade.....	p.57
IV – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	p.59
REFERÊNCIAS.....	p.62
ANEXOS.....	p.65
ANEXO A – Atas.....	p.66
ANEXO B – Organograma.....	p.83
ANEXOC – Entrevistas.....	p.85

INTRODUÇÃO

Este trabalho analisa a democracia e a participação na gestão do ensino superior, tendo como objeto de estudo a Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras, campus de Araraquara.

Com base nos textos legais - a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (nestes, os artigos específicos da Universidade), o Estatuto, o Regimento Geral da UNESP e as atas do maior órgão representativo das unidades pertencentes à universidade em questão (a Congregação), esta pesquisa traz uma análise legal e normativa da gestão democrática no ensino superior. Além disso, usando o recurso da entrevista semi-estruturada, procuramos, nos relatos dos atores desta universidade, identificar a prática democrática de gestão.

Os dois âmbitos de estudo nos trouxeram uma forma comparativa de análise do objeto: aquilo que está na Lei e aquilo que é percebido pelos atores envolvidos. Com os dados, pretendemos responder às questões: há democracia na ação deste órgão colegiado? Essas instâncias de exercício de gestão garantem a democracia no interior da universidade?

Vale lembrar que este trabalho é caracterizado com o estudo de caso. O capítulo destinado à conclusão busca responder às questões anteriormente colocadas, e é pautada na observação e estudo de um grupo específico de atores, envolvidos num ambiente específico – a Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara; por isso pode não se aplicar à realidade de outras universidades públicas paulistas.

Num primeiro momento, para analisar e responder a estas questões, delimitamos uma análise das atas desta Congregação dos anos de 2005 e 2006 e, nelas, identificamos alguns episódios que trouxeram impactos à comunidade acadêmica e que geraram discussões e manifestações dentro deste órgão. A partir daí foram selecionados, aleatoriamente, dois representantes de cada segmento da Congregação na época para que falassem sobre as discussões realizadas e as impressões de cada um sobre a prática democrática.

Dentre as reuniões ocorridas nos anos selecionados, foram consideradas duas em especial: a 253^a, de caráter ordinário, realizada no dia vinte de abril de 2005, e a 266^a, também de caráter ordinário, realizada no dia treze de fevereiro de 2006¹.

¹ Ver anexo A.

A primeira reunião teve com o discussão a ocupação, por parte dos alunos, do campus de Araraquara. O grupo de discentes desta faculdade, reivindicando a construção de mais blocos de moradia, decidiu, em assembléia, ocupar as dependências da Faculdade de Ciências e Letras, com o intuito de “chamar a atenção” da comunidade acadêmica sobre o problema que passavam lá². Barracas foram armadas no espaço gramado atrás dos departamentos, mas o “impacto” esperado pelos alunos acabou não ocorrendo. A ocupação acabou morrendo por si mesma, principalmente por ter sido marginalizada dentro do campus e pela falta de um projeto, uma proposta incisiva por parte dos alunos³.

Nesta mesma ata - da 253ª reunião - aparece o seguinte texto na Ordem do Dia: “Elaboração de um documento sobre a forma desrespeitosa que alguns alunos se comportaram na reunião extraordinária do dia 04/04/2005”. Esta reunião extraordinária (do dia 04/04/2005), que teve a presença do Reitor da UNESP, não possui ata, mas as foi comitado pelos entrevistados e, mais adiante, serão abordados.

A segunda ata selecionada (266ª, do dia 13/02/ 2006) relata uma situação em que “foi identificado um jovem do sexo masculino sem nenhum vínculo com a Universidade, exibindo em sua roupa ‘bottons’ do ‘Partido da Causa Operária’. O indivíduo foi convidado pela Presidência a se retirar; no entanto, alegando ser cidadão pagador de impostos, sugeriu que sua saída fosse feita pela ação policial. Nesse instante, foi acionado o Setor de Zeladoria, que se encarregou do cumprimento das normas”. (sic)

Segundo relato das entrevistas, os incidentes envolvendo pessoas do Partido da Causa Operária duraram mais de um ano. Tudo começou quando os estudantes se reuniram para eleger um representante para ir a um Congresso da UNESP e organizaram uma eleição (com votos que seriam depositados numa urna). Segundo relato, duas alunas (que faziam parte do Partido da Causa Operária) e que haviam se inscrito para serem este representante no congresso, não se conformaram com o resultado e, ao contrário do decidido pela maioria (a não indicação de representantes oficiais a este Congresso), as alunas decidiram pegar a urna e escondê-la. Conforme aluno entrevistado, “(...) na cabeça delas, uma vez que não tem urna, não tem prova de eleição nenhuma e a gente faz o que quer”.

O aluno ainda relata:

² Segundo relato do aluno 1.

³ Segundo relato do aluno 1.

No dia do roubo da urna, alguns estudantes correram atrás de uma das alunas no intuito de pegar a urna de volta e legitimar a decisão que a assembléia tinha tomado. No entanto, a mesma estava acompanhada por alguns membros do PCO (inclusive uma advogada, que se dizia aluna da UFSCar) e quando elas entraram no ônibus, elas já estavam sem a urna (e enganou a gente) e elas ficaram assustadas (26 alunos atrás delas, enfurecidos) e essas alunas chamaram a polícia. Foi a primeira vez que a polícia entrou no campus, com o consentimento dos próprios estudantes (aluno 2).

As mesmas alunas acabaram comparecendo ao Congresso da UNESP e foram criticadas por alguns estudantes da Faculdade de Ciências e Letras que estavam lá e alegavam que as mesmas não eram representantes legítimas da faculdade. Este incidente acabou resultando numa relação conflituosa dessas alunas com os demais estudantes. Por serem membros do Partido da Causa Operária, outros membros do partido, sem nenhum vínculo com a faculdade, começaram a frequentar o campus, usando as dependências para divulgar, segundo os alunos, professores e funcionários entrevistados, “inverdades” sobre os mesmos.

(...) estavam atrapalhando imensamente diversos trabalhos dentro da universidade. Eles tentavam de tudo para que rolasse uma agressão, para que tivesse uma punição um pouco maior. Mentiram sobre assuntos sérios, inventaram que as alunas estavam sendo agredidas, de que existia um grupo de *skinhead* aqui, que estavam perseguindo eles. Eles queriam dar visibilidade ao partido que era muito pequeno (...) e encontraram algumas pessoas que por diversos motivos acabaram caindo no jogo deles (eu digo isso porque eu era uma dessas pessoas e não tenho problema nenhum em dizer isso) o que acabou levando a diversos episódios. O que eles queriam era que nós perdêssemos o controle para sermos acusados, para mudar o foco deles que começaram fraudando e roubando a urna. E a gente caiu, por que eles tiravam a gente do sério, eles nos perseguiam, tentavam bater e ficavam xingando (...). Eu lembro que depois desses ocorridos, eles vieram nas férias aqui no campus, no dia da matrícula, com megafone, com câmera, ficavam filmando a gente andando no campus, pra colocar na internet (filmar a gente falando alguma coisa, recortar e colocar na internet uma fala nossa totalmente distorcida) (aluno 1).

Este episódio também foi comentado por professores e funcionários entrevistados, explicitando que o mal estar em relação aos acontecimentos era geral.

Na reunião em questão (266^a) foi elaborada uma regulamentação das atividades nas dependências da FCL⁴, com o intuito de promover o “bom andamento dos trabalhos na Unidade” (sic). Foi aberta sindicância para apurar os fatos, com direito de defesa das alunas acusadas. Ambas não compareceram na oportunidade, sendo decidida a suspensão das duas alunas.

⁴ Ver anexo D.

Além dos eventos citados, nas atas selecionadas previam entre para este trabalho, durante a realização das entrevistas com os representantes dos três segmentos na Congregação da época, os entrevistados acabaram por citar outros episódios e percepções em torno do tema gestão democrática – episódios estes que, inclusive, nem fazem parte dos anos selecionados. No entanto, achamos importante constá-los aqui, já que as reflexões sobre tais situações contribuíram muito para a verificação de como é percebida a gestão democrática na Faculdade analisada.

Os fatos citados (vale dizer que entre alunos, professores e funcionários) foram: um ocorrido no ano de 2003, quando estudantes ocuparam as dependências do refeitório da Faculdade, reivindicando, entre outros, a não colocação de catracas na entrada do mesmo e do uso de cartões magnéticos (que estavam vinculados a uma instituição financeira) no uso dos serviços no campus. Além desta, também foi citada a ocupação ocorrida no ano de 2007, em que a Diretoria da Faculdade foi tomada pelos estudantes, que alegavam protesto contra os decretos do governador José Serra, que ameacem a autonomia das universidades estaduais. Com o pedido de reintegração de posse (que antes de ser pedida foi colocada para discussão na Congregação), e após uma semana de ocupação, o prédio veio a ser desocupado com a ajuda da Tropa de Choque de Araraquara. Este caso teve repercussão nacional, inclusive porque, na época, diversas faculdades (não só a UNESP) estavam também neste processo de ocupação. Segundo relato de entrevistados⁵, o fato repercutiu de maneira negativa na própria Faculdade.

Num outro momento deste trabalho será realizada uma análise mais profunda das decisões, relações e conflitos emergentes destes eventos; o intuito, por enquanto, foi tentar contextualizar o leitor sobre os fatos.

As reuniões da Congregação são organizadas da seguinte forma: a pauta, junto com a ata da reunião anterior é distribuída aos representantes uma semana antes da data do próximo encontro. No início da reunião, a pauta é lida e aprovada - neste momento há a possibilidade de se incluir mais assuntos na pauta. A pauta é votada, juntamente com a ata da reunião anterior (onde todos assinam). Segundo relato de aluno, “(...) tem muita coisa que acontece nas reuniões que não é colocado na ata, a não ser que o representante peça a inclusão na ata”. Depois destas aprovações vem o momento da palavra do presidente, seguido da “palavra dos membros”, em que cada representante tem o direito a três minutos de fala. Só após é que se inicia com o previsto na pauta. Os pontos das atas são discutidos por cada um dos membros,

⁵ Anexo A.

dentro de um limite de tempo de cada um. Em assuntos mais polêmicos é aberta uma segunda rodada de discussões⁶.

A ata é dividida em “Abertura dos trabalhos”, “Expediente”, e “Ordem do Dia”⁷.

Neste trabalho utilizamos a entrevista enquanto técnica de trabalho de pesquisa qualitativo. Segundo Queiroz (1992), essas técnicas visam sempre a busca pela produção de resultados avaliados como úteis na pesquisa em questão:

[...] sua função não é diretamente explicativa; busca operar reuniões de dados segundo esquemas específicos, com a finalidade de analisá-los, isto é, de, por meio da decomposição do todo em seus elementos, chegar a um arranjo dos dados que não existia anteriormente; acredita-se que a nova disposição dos mesmos levará a um conhecimento de significados implícitos ou latentes (QUEIROZ, 1992, p.25).

Vale lembrar que estas técnicas possuem diferenças em suas características, sendo assim necessário o conhecimento prévio dos princípios que as cercam, que as diferenciam e limitam. Independente da técnica, o produto final são os documentos (registros de uma determinada realidade), responsáveis pela formação de dados e informações já disponíveis anteriormente ou não.

Existem três tipos de apresentação de esses documentos: os escritos, orais e iconográficos. Em todos os casos, eles já podem ser existentes em todo o grupo/sociedade, ou serem fabricados pelo pesquisador (QUEIROZ, 1992).

Na presente pesquisa, os documentos já existentes têm caráter legal, ou seja, buscados em leis, atas, regimentos e normas sobre o tema estudado: gestão democrática. Aqui, os documentos “fabricados” visam uma contribuição no esclarecimento de algumas “lacunas” existentes (nas atas, por exemplo) e como artifício de relação, comparação e identificação. Ou seja, através das entrevistas poderão ser refletidas as práticas de gestão democrática (estabelecidas na Lei), complementando e relacionando com as informações contidas em ata. Esta relação entre os documentos já existentes e aqueles criados pelo pesquisador, servem como “comprovações para a pertinência do dado que captou” (QUEIROZ, 1992, p.27).

A criação de um documento busca, no uso de inúmeros artifícios mecânicos, a sua concretização: fotografia, filme e, no caso desta pesquisa em particular, o gravador. O uso desse instrumento possibilita o registro de entrevistas, depoimentos e histórias de vida. Ou

⁶ Segundo relato de entrevistado, a regra de se falar 3 minutos raramente é seguida.

⁷ Como observado no anexo A.

seja, é a linguagem do indivíduo instrumento fundamental na constituição do documento de análise, uma vez que

[...] ela é um conjunto socialmente instituído e estável de sinais ou de símbolos verbais ou escritos, empregados intencionalmente para a comunicação direta entre o ego e o outro, mas também para o registro de pensamentos, de sentimentos, de aspirações. Qualquer que seja o instrumento de pesquisa utilizado, dará lugar a um discurso, isto é, ao desenvolvimento dos pensamentos do pesquisador por meio de seqüências de palavras ou de proposições que se encadeiam, de operações mentais parciais que se articulam em conjuntos de frases (QUEIROZ, 1992, p.28).

A análise desse discurso faz um caminho de reflexão de um ponto ao outro, interligando-os na busca da compreensão de algo, ou seja, na busca pelo conhecimento.

Neste trabalho, as entrevistas foram realizadas com os atores envolvidos nos processos, buscando identificar as percepções e considerações dos sujeitos sobre os fatos e o tema em questão. São aqui considerados atores alunos, professores e funcionários. Vale lembrar que não foi citada nas atas a participação de funcionários nos episódios em questão (e de uma forma geral, em nenhum das atas dos anos selecionados), mesmo assim foi estabelecida a necessidade de realizar entrevista com esse segmento, já que muitos fatos e falas ocorridas na Congregação não foram totalmente contemplados nas atas⁸. Na sociedade civil, o conceito de ator político também diz respeito àqueles que participam de um episódio e sua ação se baseia no sentido de garantir seus interesses imediatos, definindo regras e procedimentos do novo regime. “Os processos de transição, portanto, são marcados por uma árdua luta, na busca de uma definição das regras do jogo político” (CARVALHO, 1998).

Num total de seis entrevistas (duas com alunos, duas com professores e duas com funcionários), com membros da Congregação da época, buscou-se uma ampla concepção sobre o tema. Neste trabalho, com o intuito de manter o anonimato dos entrevistados, os mesmos são nomeados com o: *aluno 1, aluno 2, professor 1, professor 2, funcionário 1, funcionário 2*. Num primeiro momento, antes da qualificação, foi organizada uma entrevista com um aluno que participou das reuniões e dos episódios destacados nas atas analisadas, buscando um direcionamento, posicionamento e reflexões acerca da prática cotidiana das reuniões da Congregação na Faculdade de Ciências e Letras, campus de Araraquara. Isso porque o material de estudo disponibilizado – as atas – não oferece quase nenhum subsídio de

⁸ Conforme relato de aluno em entrevista.

entendimento dos acontecimentos descritos. Às vezes era possível entender os acontecimentos, mas não o que levaram a ele. Esta entrevista “piloto” possibilitou um direcionamento para as demais entrevistas.

As entrevistas foram gravadas com consentimento dos entrevistados, para que posteriormente pudessem ser transcritas e utilizadas, na íntegra, neste trabalho. De uma forma geral, tiveram média de duração de uma hora.

O roteiro de perguntas das entrevistas não foi dirigido, apenas teve como foco o resgate dos acontecimentos na memória dos atores envolvidos e a percepção deles sobre o conceito de gestão democrática. A análise final das entrevistas teve como base o conceito da análise de discurso.

O termo memória diz respeito à faculdade de conservar ou readquirir idéias; remete à lembrança, reminiscência, é a evocação do passado. Ribeiro (2004) afirma que “é a memória que nos dá a sensação de pertencimento e existência, daí a importância dos lugares de memória para as sociedades humanas e para o indivíduo”.

Segundo Le Goff (1992) essa propriedade de conservação das informações remete a questões psíquicas do indivíduo, podendo o homem atualizar dados que representa como sendo do passado. Dessa forma, o uso da memória está ligado também às faculdades biológicas, neurofisiológicas e psico-fisiológicas. No entanto, todas essas faculdades são caracterizadas pelo poder de auto-organização, reconstituição e organização dos fenômenos da memória pelo cérebro humano. Foi aí que alguns cientistas começaram remeter para a memória aspectos das ciências humanas e sociais. Isso quer dizer que a atividade da memória pode ser considerada um comportamento narrativo, muito mais por sua função social. A relação da memória com a linguagem e da linguagem enquanto produto da sociedade fica clara nesse trecho do autor:

A utilização de uma linguagem falada, depois escrita, é de fato uma extensão fundamental das possibilidades de armazenamento da nossa memória que, graças a isso, pode sair dos limites físicos do nosso corpo para estar interposta quer nos outros quer nas bibliotecas. Isto significa que, antes de ser falada ou escrita, existe uma certa linguagem sob a forma de armazenamento das informações na nossa memória (ATLAN, 1976, apud LE GOFF, 1992, p.425).

A memória coletiva, segundo Le Goff (1992) faz parte das grandes questões, tanto das sociedades desenvolvidas como das em desenvolvimento, tanto nas classes dominantes, quanto nas dominadas, que lutam tanto pelo poder quanto pela vida, pela sobrevivência e pela

promoção. Sendo assim, o autor afirma que a memória é um “elemento essencial do que se costuma chamar de *identidade*” (LE GOFF, 1992, p.476, grifo do autor), e que não é só um objeto de conquista, mas também um objeto de busca pelo poder. “São as sociedades cuja memória social é sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória” (LE GOFF, 1992, p.476). Assim como a memória, o esquecimento também serve aos grupos que dominam e que são dominados com os mecanismos de manipulação dessa memória coletiva.

Le Goff (1992, p.477) defende, portanto, a relação entre história e memória, onde uma complementa a outra, “procurando salvar o passado para servir o presente e o futuro”. A memória coletiva, nessa perspectiva, deve servir à libertação dos homens e não à sua servidão.

Ao lado da memória, a análise do discurso é utilizada aqui com o um recurso que permite ampliar a compreensão dos acontecimentos sob o ponto de vista dos atores envolvidos.

Entende-se por análise do discurso “[...] uma prática e um campo da lingüística e da comunicação especializado em analisar construções ideológicas presentes em um texto” (ORLANDI, 2001, p.20). Nesse campo, a linguagem se configura numa mediação necessária entre o homem e sua realidade social; mediação esta feita através do discurso, responsável pela construção dos significados desta realidade. Isso porque, segundo Gregolin (1995, p.17), “[...] discurso [é] um dos patamares do percurso de geração de sentido de um texto, o lugar onde se manifesta o sujeito da enunciação e onde se pode recuperar as relações entre o texto e o contexto sócio-histórico que o produziu”.

O discurso, juntamente com a prática social, é responsável tanto pela permanência, quanto pela mudança e transformação do homem e do meio em que vive. O olhar representativo do homem para a realidade da qual faz parte é permeada por símbolos e interpretações; é por isso que a leitura de um texto é instável, pode ter diferentes interpretações, dependendo do suporte teórico do leitor – às vezes até a leitura de um mesmo leitor, em momentos diferentes, pode trazer uma análise de texto diferenciada da anterior. Essas representações do sujeito pelo mundo são identificadas como representações ideológicas, pois caracterizam “[...] a visão de mundo de determinada classe, a maneira como ela representa a ordem social. Assim, a linguagem é determinada e em última instância pela ideologia, pois não há uma relação direta entre as representações e a língua” (GREGOLIN, 1995, p.17).

O discurso é, portanto, o suporte – abstrato – que sustenta os vários textos – concretos – existentes numa sociedade. Com a análise do discurso podemos realizar uma análise interna e externa do texto. No primeiro momento, perguntas como “o que o texto diz e como ele diz” podem ser respondidas e num segundo momento, pode-se perguntar “porque aquele texto diz o que diz” (GREGOLIN, 1995).

A análise do discurso garante, portanto, a explicação do sentido do texto e da história da sociedade que o produziu: “O discurso é um objeto, ao mesmo tempo, lingüístico e histórico; entendê-lo requer a análise desses dois elementos simultaneamente” (GREGOLIN, 1995, p.20).

Para este trabalho, a Análise do Discurso pôde esclarecer o que está “por trás” dos enunciados, buscando na fala ideológica a relação entre o “dito” e o “não dito”, com base nas posições ocupadas pelo sujeito no ambiente em questão.

O trabalho é composto desta introdução, de três capítulos e das considerações finais. O primeiro capítulo está subdividido em três partes. Na primeira, realizamos uma análise do contexto político-social mundial e suas reformulações após a queda do modelo fordista e a ascensão de um Estado Gestor⁹. Além desta análise global, fazemos as descrições das mudanças ocorridas aqui no Brasil, com a Reforma do Estado. Essas considerações acerca das reformas foram neste trabalho abordadas devido à grande influência destas nas mudanças ocorridas na universidade brasileira nas últimas décadas. É por isso que, em seguida, analisamos a universidade brasileira frente a essas novas perspectivas.

O segundo capítulo do trabalho aborda as categorias que consideramos essenciais para o entendimento da gestão democrática. Num primeiro momento fazemos uma breve explanação acerca do conceito de democracia, em seguida discutimos o conceito de participação, seguido pelo de autonomia. Vale lembrar que a descrição de todas essas categorias foi relacionada com o objeto do trabalho: a gestão democrática e a Congregação. Por último, buscamos na lei¹⁰, onde esses conceitos aparecem.

O último capítulo dedica-se à descrição e análise das entrevistas realizadas. Nestas, foram destacadas as falas que melhor explicitam a ideia dos entrevistados sobre o tema gestão democrática.

⁹ Este conceito de Estado Gestor é abordado pelo autor João Reis da Silva Junior

¹⁰ Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Estatuto da UNESP e Regimento Geral da UNESP.

As entrevistas na íntegra foram anexadas ao trabalho, assim como o Estatuto, o Regimento da UNESP, o Regimento da Congregação, as atas selecionadas para a análise deste trabalho e o organograma da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara.

Na elaboração deste trabalho, partimos dos pressupostos de existência da universidade: o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão, dentro de uma perspectiva de liberdade de pensamento (que é garantida pela sua autonomia).

Diante desses pressupostos, a análise orientou-se por um conjunto de questões investigativas: a autonomia, dentro de uma gestão da universidade, reforça, ou não, a sua realização democrática? Ou seja, essa autonomia garante, aumenta ou é um fator de risco para a democracia? Ou ainda: esta autonomia pode ser exercida de forma não democrática dentro da universidade?

Na parte do trabalho dedicada às conclusões, iremos confirmar se a partir destas nossas hipóteses, as ações de preservação dos pressupostos de existência da universidade provocam, eventualmente, a mitigação da democracia. Se esta autonomia provoca um limite ao exercício democrático de participação dos segmentos que a compõem.

I – REFORMULAÇÕES DO CONTEXTO POLÍTICO-SOCIAL: DO ESTADO DE BEM ESTAR AO ESTADO GESTOR

As Reformas do Estado ocorridas nos países centrais a partir da década de 1970 podem ser entendidas como uma transição do modelo Fordista a outro mais flexível (SILVA JUNIOR, 1998).

Economicamente, o modelo Fordista é caracterizado por uma base produtiva altamente rígida, com produção homogênea e de larga escala. Já na esfera política, o Fordismo se destaca pela implementação de ações sociais, pautadas na legislação, com função distributiva de renda. Neste cenário, o Estado aparece numa posição central, responsável pela regulação social tanto no aspecto político quanto no econômico. Este Estado, caracterizado como o Estado de Bem Estar Social, consegue, através do recolhimento de impostos, instituir ações também de larga escala por meio de políticas sociais (SILVA JUNIOR, 1998).

Após a Segunda Guerra Mundial, este modelo acabou entrando em declínio. O desemprego aparece e aumenta cada vez mais, assim como as taxas inflacionárias. Busca-se, então, reformas de ordem geral, através de um desenvolvimento nesse novo estágio do capitalismo mundial. Este desenvolvimento visa uma base produtiva sustentada em formas inovadas de organização do trabalho, no fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e novas tecnologias. Além disso, com a comunicação via satélite, ocorre também uma abertura dos espaços físicos, produzindo a mundialização das questões, dos fatos, da economia e da cultura – a chamada globalização.

Essa nova ordem foi camuflando e contando com outras formas de globalização que tiveram grande apoio dos principais meios de comunicação social, e que a cada dia exercem impacto sobre nós, conduzindo ao desaparecimento dos sistemas produtivos “nacionais”, pois

A globalização preservou, e até amplificou, um sistema mundial heterogêneo, com hegemonia econômica, política, tecnológica, militar e doutrinária, cristalizada em um império que, com poucos parceiros menores, comanda as redes mundiais. Da mesma forma, está bem demarcada a posição da periferia, cada vez mais subordinada e distanciada dos padrões do centro do sistema (LESSA, 2000, p. 40).

Nesse cenário, alguns organismos internacionais, incluindo o Banco Mundial, começam a interferir na organização econômica e política dos países em desenvolvimento.

No Brasil, essa forma “*complexa*” de estar no mundo, seria traduzida por várias transformações político-econômico-sociais a partir da década de 1990.

Com a promulgação da Constituição Brasileira de 5 de outubro de 1988 ocorre uma abertura para a discussão dos problemas nacionais:

[...] eliminam-se os resquícios legais que perduravam do regime autoritário [...]. Há uma consciência de que a crise que afeta o Estado brasileiro não é apenas consequência da inexistência de um corpo legal, mas uma crise que vai obrigar a sociedade brasileira a repensar todos os seus setores estratégicos e entre eles o próprio aparelho do Estado. (BIZELLI, 2002, p. 10).

Neste contexto, após anos de ditadura militar, o país passa a se constituir com projetos mais democráticos. Assim como, internacionalmente, visualizou-se uma passagem do Estado de Bem Estar ao neoliberalismo, podemos constatar aqui no Brasil uma abertura para as discussões a cerca do papel do Estado.

No entanto, apesar de já ter passado pelo regime ditatorial, alguns resquícios deste poderia ser encontrados nas atividades do Estado brasileiro, o que, por sinal, justificavam sua crise na época: patrimonialismo, autoritarismo, clientelismo nas relações do Estado, cartorialismo, ausência de um projeto de desenvolvimento consistente, centralização de decisões no poder central e

[...] sobretudo na década de 90; perda da função modernizadora como agente de transformação social ordenada e politicamente consentida; e crise de financiamento, ligada à ineficiência e desperdício no uso dos recursos públicos (BIZELLI, 2002, p. 35).

O governo de Fernando Collor de Melo é que começou a implantar estas questões no país, mas foi em 1995, com a eleição do candidato Fernando Henrique Cardoso, é que consolidou-se a implementação de medidas que visavam a inserção do país neste novo capitalismo mundial. Desta forma, a Reforma do Estado foi colocada como condição imprescindível para a retomada do crescimento econômico e melhoria do quadro social do país

A reforma do Estado, que se tornou tema central nos anos 90 em todo o mundo, é uma resposta ao processo de globalização em curso, que reduziu a autonomia dos Estados em formular e implementar políticas, e principalmente à crise do Estado, que começa a se delinear em quase todo o mundo nos anos 70, mas que só assume plena definição nos anos 80. No

Brasil, a reforma do Estado começou neste momento, no meio de uma grande crise econômica, que chegou ao auge em 1990 com um episódio hiperinflacionário (Bresser Pereira, 1996, p. 269).

Segundo discurso oficial, o Estado entrou em crise no país devido à exaustão do modelo de Estado desenvolvimentista. Por isso, seria necessária uma reconstrução desse Estado, vista com uma forma passiva de se levar a um crescimento econômico. Segundo o Ministro Bresser Pereira (1995, p.1), a reforma do Estado significa:

Superar de vez a crise fiscal, de forma que o país volte a apresentar uma poupança pública que lhe permita estabilizar solidamente os preços e financiar os investimentos. Significa completar a mudança na forma de intervenção do Estado no plano econômico e social, através de reformas voltadas para o mercado e para a justiça social. Reformar o Estado significa, finalmente, rever a estrutura do aparelho estatal e do seu pessoal, a partir de uma crítica não apenas das velhas práticas patrimonialistas ou clientelistas, mas também do modelo burocrático clássico, com o objetivo de tornar seus serviços mais baratos e de melhor qualidade.

A Reforma do Estado é estimulada pela formulação de um novo padrão de relações sociais dentro de uma sociedade capitalista. Esses novos padrões apareceram como fatores irreversíveis e que deviam ser adotados pelos Estados nacionais. Os cortes de benefícios sociais, as políticas liberais de mercado, os projetos de privatização e a desregulamentação do mercado de trabalho, configuraram-se na implementação dessas reformas, que acabaram por determinar um novo papel às funções do Estado:

Os impasses do Estado, na atual conjuntura, revelam sua posição subalterna dentro desta nova ordem social, onde impera a racionalidade do capital. Os fatores determinantes da ordem social são colocados pelo progresso das forças produtivas, que altera as relações sociais de produção. O Estado interfere nestes fatores, porém, não tendo capacidade de sobrepor-se a eles, apenas regula a dinâmica da sociedade como um elemento derivado desta (COSTA, 2000, p. 50).

Assim, são mapeadas as atividades exclusivas do Estado (Pereira, 1995). Entre outras, está a educação que, apesar de reconhecida como obrigação, não é do Estado a obrigação exclusiva de oferecimento – daí a concepção de que ele deve assumir o papel de definição e controle das políticas, e não sua execução e operacionalização.

Podemos analisar esta medida como uma forma de descomprometimento com o todo do processo, pois “[...] é melhor pegar o produto final em função daquilo que interessa, fazer a avaliação e desse modo controlar o produto educacional [...]” (GERALDI, 2000, p.119). Esta

é uma concepção de governança do Estado “o qual deve assumir um papel ativo na definição e controle das políticas e não na sua execução/operacionalização” (OLIVEIRA, 2001).

De acordo com Mancebo (1998), no âmbito educacional, este modelo institucional gerencialista, atendendo à lógica empresarial e do mercado competitivo, aplica as concepções de autonomia e participação às suas dimensões instrumentais/funcionais. Buscando uma democratização da educação, sobretudo da básica, o Estado impõe maior racionalidade à gestão da educação pública, buscando seus objetivos, equacionar seus problemas e otimizar seus recursos – adotando muitas vezes o planejamento com objetivos e metas.

Segundo o discurso emanado do Estado, a crise educacional tem fundamentos administrativos; é por isso que a democratização da educação levou também a uma defesa da gestão democrática da educação pública.

A Constituição Federal de 1988 incorpora essa valorização aos processos democratizantes e participativos da educação, estabelecendo como princípios básicos o “pluralismo de idéias e concepções pedagógicas”¹¹ e a “gestão democrática da escola pública”¹². No que se refere à gestão dos recursos financeiros, a tendência de uma descentralização do repasse destes recursos torna-se central.

1.1 A Universidade

Desde sua formação, à Universidade, como instituição social, é garantida a determinação da estrutura e do modo de funcionamento da sociedade como um todo. É por isso que “vemos no interior da instituição universitária a presença de opiniões, atitudes e projetos conflitantes que exprimem divisões e contradições da sociedade como um todo” (CHAUÍ, 2003, p.1).

Isso se deve ao fato da universidade moderna ter conquistado a autonomia de seu saber, diante da religião e do Estado, tornando-se uma instituição social inseparável da idéia de democracia e de democratização do saber (CHAUÍ, 2003).

Esta relação da Universidade com a sociedade jurídica, inclusive, o fato de a universidade pública ser uma instituição social. Enquanto ação social, a universidade

¹¹ Artigo 1º da Constituição Federal.

¹² Artigo 206 da Constituição Federal.

fundamenta-se no reconhecimento público de sua legitimidade e difere-se de outras instituições em relação à sua autonomia frente a regras, normas e valores, reconhecidos e instituídos pela própria instituição.

A legitimidade da universidade moderna foi conquistada por possuir uma autonomia do saber em relação à religião e ao Estado. Sobretudo depois da Revolução Francesa, a universidade pode conceber-se com o uma instituição republicana e, por isso, pública e laica. Compreendida com o direito dos cidadãos, a ideia de democratização do saber também foi atribuída a ela.

Enquanto instituição social, a universidade é inerente às transformações sociais, econômicas e políticas. Segundo Chauí (2003, p.1):

[...] a relação entre universidade e Estado também não pode ser tomada como relação de exterioridade, pois o caráter republicano e democrático da universidade é determinado pela presença ou ausência da prática republicana e democrática do Estado. Em outras palavras, a universidade como instituição social diferenciada e autônoma só é possível em um Estado republicano e democrático.

Nesse sentido, pode-se supor que a universidade é determinada pela estrutura da sociedade e do Estado; age como um reflexo deles.

Por se tratar de uma instituição social autônoma intelectualmente, a universidade pode relacionar-se com a sociedade e o Estado de maneira conflituosa, posicionando-se a favor ou contra (inclusive das duas formas, por grupos diferentes, na mesma instituição) às teses defendidas por estas duas instâncias.

No âmbito das universidades públicas brasileiras, os princípios de ensino, pesquisa e extensão é que inspiram o trabalho nas instituições. Desde os primórdios dos anos 60 (legislação orgânica de 1968), o exercício dessas três funções é visto como um dado de excelência do ensino superior. Apesar de não ter enunciado com relativo destaque para a questão, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, em seu capítulo IV (Ensino Superior) a discussão acerca destes princípios têm ganhado destaque nas discussões atuais.

No Estatuto da UNESP, esses princípios são tratados no capítulo II, art. 3º, quando fala sobre a organização da UNESP, garantindo a “indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (parágrafo IV).

1.1.2. A Universidade e a Reforma do Estado

Considerada esta relação entre Estado, sociedade e universidade, podem-se justificar as mudanças sofridas pela universidade pública nos últimos anos, principalmente com a reforma do Estado.

Como dito anteriormente, esta reforma designou os serviços exclusivos do Estado, entre eles a educação. Isto significou que a educação não seria mais considerada como direito, e sim um serviço. A educação deixou de ser considerada um serviço público passando a um serviço que pode ser privado ou privatizado; além disso, a reforma acabou definindo a universidade como uma *organização* social e não mais como uma *instituição* social:

Uma organização difere de uma instituição por definir-se por uma prática social [...] referida ao conjunto de meios (administrativos) particulares para obtenção de um objetivo particular. [...] Por ser uma administração, é regida pelas idéias de gestão, planejamento, previsão, controle e êxito. (CHAUI, 2003, p.2).

Isto significa dizer que a instituição tem a sociedade com o seu princípio e referência, enquanto a organização tem apenas a si mesma, inserida num processo de competição com outras organizações universitárias.

Essa alteração da idéia de universidade ocorreu por conta das constantes mudanças da atual forma do capitalismo. Assim como em todas as esferas da vida social – trabalho, produção, o tempo. A sociedade agora é instável, dividida em organizações particulares, definidas por estratégias e programas particulares, sempre competindo entre si. Neste contexto, a permanência de uma organização depende muito mais da sua capacidade de adaptação a essa nova ordem do que propriamente de sua estrutura interna.

A lógica assumida pelas reformas estruturais da educação superior pública no Brasil, em todos os seus âmbitos (administrativo, financeiro, pedagógico), importa das teorias administrativas conceitos como produtividade, eficácia, excelência e eficiência. Chauí (2003) utiliza o termo de *universidade operacional*, para ela

Regida por contratos de gestão, avaliada por índices de produtividade, calculada para ser flexível, a universidade operacional está estruturada por estratégias e programas de eficácia organizacional e, portanto, pela particularidade e instabilidade dos meios e dos objetivos (Chauí, 2003, p.3).

Segundo Mancebo (1998), o novo modelo gerencial, trouxe à educação superior pública brasileira cinco grandes princípios que podem ser assim definidos: (a) a racionalização de recursos, (b) gestão direcionada aos resultados, (c) flexibilização da gestão, (d) busca pela qualidade do serviço educacional, e (e) descentralização.

O primeiro grande princípio – a racionalização dos recursos – descarta a centralização do estado brasileiro na manutenção das políticas sociais. Fazendo parte das políticas sociais, a educação superior tem a transferência de suas decisões e investimentos para o âmbito do mercado (enxugando assim, a máquina estatal). Essa transferência acaba trazendo transformações de ordem substancial, talvez a pior delas a condução e subordinação do processo acadêmico-científico à lógica privada e produtiva.

O princípio da gestão direcionada dos resultados está ligado aos processos avaliativos de controle do sistema educativo. Aqui, a avaliação é considerada dispositivo legal e até pré-condição para o funcionamento de uma instituição de ensino superior. Sem intervir diretamente na sua gestão, um “núcleo central” é responsável pelo controle do sistema educativo.

O terceiro princípio diz respeito à flexibilidade da gestão - ampliação do sistema, com o menor custo possível, evidentemente. Isso inclui algumas ações, como a eliminação do regime jurídico único, do concurso público e da dedicação exclusiva à docência, além da reformulação curricular, apontando para uma tendência do aligeiramento da duração e baixa qualidade dos conteúdos fornecidos dos cursos.

O quarto princípio apontado por Mancebo (1998), é a busca pela qualidade educacional, que remete à lógica mercantil e não universal. Pelo contrário, essa qualidade é construída a partir da competição, fundamentando-se na competição meritocrática. Sendo assim, só pode ser alcançada através da flexibilização (citada anteriormente) dos mercados educacionais.

Por último, o princípio da descentralização, que se refere ao estabelecimento dos principais parâmetros educacionais por um núcleo estratégico, descentralizando-se a gestão administrativa, restando, na verdade, às unidades escolares e universitárias pouca autonomia – construindo-se uma “falsa participação”.

A eficácia das mencionadas políticas relacionam a avaliação e o financiamento como decisivos instrumentos de gestão. A avaliação, vale lembrar, só é conseguida através dos processos de avaliação concedidos pelo MEC, garantindo, assim, o controle das políticas educacionais e dos processos de aprendizagem. Sabe-se que no campo educacional os processos avaliativos são desejáveis e necessários, no entanto, muitos estudiosos apontam

para as falhas existentes neste processo desenvolvido pelo MEC, já que estes adotam , também, indicadores de qualidade e eficiência.

II – GESTÃO DEMOCRÁTICA – CONCEITOS E CATEGORIAS

Hoje, se deseja apontar um indicador do desenvolvimento democrático, este não pode mais ser o número de pessoas que têm o direito de votar, mas o número de locais, instâncias, nos quais se exerce o direito de voto; sintética, mas eficazmente: para dar um juízo sobre o Estado da democratização num dado país, o critério não deve mais ser o de “quem” vota, mas o do “onde” se vota (e fique claro que aqui entendo o “o votar” como o ato típico e mais comum do participar, mas não pretendo de forma alguma limitar a participação ao voto).

Norberto Bobbio

A gestão democrática pode ser considerada um ideal de educação que contém alguns princípios em seu próprio conceito. Descentralização de poder, autonomia, democracia, participação, tomada de decisão são alguns deles. Neste capítulo, vamos identificar os principais pontos abordados por estes conceitos e no que pode auxiliar na compreensão do nosso objeto de estudo. Vale lembrar que o intuito aqui não é cansar o leitor, nem tampouco fazer um estudo específico de cada conceito, mas sim, fazer um traçado de cada categoria, caracterizando e facilitando o entendimento do conceito geral de gestão democrática e do funcionamento da Congregação.

2.1 A idéia de Democracia

Para garantir sua sobrevivência, os grupos sociais precisam tomar decisões que remetem à todos os seus membros. Estas decisões em grupo são, na verdade, tomadas por indivíduos – o grupo como tal não decide, mas sim um, poucos, muitos, todos – e para que elas sejam aceitas como coletivas, devem ser baseadas em regras. É por isso que para Bobbio (2000), a democracia pode ser caracterizada como um método de governo, um conjunto de regras (primárias ou fundamentais) que estabelecem quem está autorizado a tomar as decisões coletivas e com quais procedimentos. A democracia se configura quando o número desses sujeitos autorizados a tomar as decisões coletivas é elevado.

Ainda segundo o mesmo autor, na teoria política contam porânea, as definições de Democracia tendem a resolver-se e a esgotar-se em um elenco mais ou menos amplo, como se fossem regras de um jogo, entre elas:

[...] 1) o órgão político máximo, a quem é assinalada a função legislativa, deve ser composto de membros diretamente ou indiretamente eleitos pelo povo, em eleições de primeiro ou de segundo grau; 2) junto do supremo órgão legislativo deverá haver outras instituições com dirigentes eleitos, com os órgãos da administração local ou o chefe de Estado (tal como acontece nas repúblicas); 3) todos os cidadãos que tenham atingido a maioridade, sem distinção de raça, de religião, de censo e possivelmente de sexo, devem ser eleitores; 4) todos os eleitos devem ter voto igual; 5) todos os eleitores devem ser livres em votar segundo a própria opinião formada o mais livremente possível, isto é, numa disputa livre de partidos políticos que lutam pela formação de uma representação nacional; 6) devem ser livres também no sentido em que devem ser postos em condição de ter reais alternativas (o que exclui como democrática qualquer eleição de lista única ou bloqueada); 7) tanto para as eleições dos representantes como para as decisões do órgão político supremo vale o princípio da maioria numérica, se bem que podem ser estabelecidas várias formas de maioria segundo critérios de oportunidade não definidos de uma vez para sempre; 8) nenhuma decisão tomada por maioria deve limitar os direitos da minoria, de um modo especial o direito de tornar-se maioria, em paridade de condições; 9) o órgão do Governo deve gozar de confiança do Parlamento ou do chefe do poder executivo, por sua vez, eleito pelo povo (BOBBIO, 1986, p.326).

No caso da Congregação, o peso dos votos dos segmentos é composto 70% por professores, 15% por funcionários e 15% por alunos.

Em relação aos processos de decisão, a regra básica da democracia na Congregação é ditada pela maioria, configurando-se, assim, como decisões coletivas. Além disso, as decisões devem ser tomadas de baixo para cima. Se isso não ocorrer, temos uma democracia formal e não real.

Historicamente, a democracia é caracterizada como o governo do povo; um poder que emana do povo, destinado para o povo. Desta forma, o conceito é colocado a um só tempo, dividindo-se e complementando-se como democracia direta e democracia representativa.

A democracia direta, em seu sentido literal, é caracterizada com o forma de governo onde o poder é exercido diretamente por seus cidadãos, segundo o princípio da predominância da maioria.

Como é sabido, a democracia direta tem sua origem na prática de democracia na Grécia Clássica. Atenas é considerada o berço da democracia, onde o governo era realizado por meio de assembleias a que todos aqueles que eram considerados cidadãos podiam participar e partilhar das principais decisões públicas tomadas. No entanto, nestas decisões

participavam apenas aqueles considerados cidadãos atenienses. Ficavam, assim, excluídos as mulheres, os menores de 18 anos, analfabetos, escravos e estrangeiros.

Contemporaneamente, este modelo de governo no grego (em que todos os considerados cidadãos podem participar das discussões e decisões), pode ser encontrado nos governos municipais que promovem o Orçamento Participativo.

Já a democracia representativa ou liberal é conduzida pelos representantes eleitos pela maioria. Estes representantes devem se pautar na transparência e visibilidade dos atos, devendo convocar assembleias onde ocorrerão a prestação de contas e das ações.

Este modelo de democracia não deve ser caracterizado como contrário à democracia direta, já que a trajetória do conceito não é tão linear assim. A democracia representativa não é conduzida diretamente por aqueles que dela fazem parte, mas sim, por aqueles designados pela maioria para tal atividade.

Além disso, a forma representativa de governo deve ser constantemente acompanhada e controlada pela sociedade civil e pela opinião pública, caso contrário será palco de corrupção e abusos de poder. Ou seja, as democracias direta e representativa devem existir concomitantemente, já que, segundo Bobbio (2000), ambas não são, e sim, suficientes, e muito menos, excludentes uma da outra.

Muitas dessas características da democracia representativa são tão presentes na Congregação, já que esta se constitui pela participação de alunos, professores e funcionários da comunidade escolar, eleitos pela sua própria comunidade para deliberar sobre assuntos que lhes afetam diretamente, com publicidade das decisões tomadas e ações realizadas, vinculando-se essa última à transparência e visibilidade estabelecidas na representação.

A representação de diferentes segmentos nas reuniões e decisões da Congregação são características de uma democracia representativa, no entanto, a forma com o tal está distribuída (70% dos membros são professores), nem tanto.

A Congregação se configura, portanto, num órgão deliberativo e normativo, que viabiliza a participação na universidade, cujas funções são elencadas no Regimento Geral da UNESP e no Estatuto da UNESP.

No entanto, ao falar de órgãos de representatividade dentro de uma instituição de ensino,

Precisamos tomar um certo cuidado para que o democratismo e o corporativismo não comprometam de certo modo a proposta de participação, pois experiências têm mostrado que órgãos colegiados, no caso específico da educação corre o risco de se tornar instâncias de defesa de interesses

específicos de professores, ou de donos de escolas particulares, ou, o que talvez seja pior, acabam sendo meras instâncias homologatórias para legitimar decisões do executivo (MELLO, 1993, p.79).

Enquanto canal institucionalizado da prática democrática, a Congregação possui representação dos diferentes segmentos da universidade, no entanto o simples representar não é suficiente, é preciso participar.

A idéia de uma democracia com características participativas mais profundas, desde o início da luta pela redemocratização do país, foi defendida, por exemplo, por Franco Montoro, quando ainda senador, afirmava serem essenciais para o país democrático as práticas participativas. Assim, a *democracia participativa* pode ser caracterizada com o um “[...] modelo de organização democrática, fundado não apenas na ‘representação’ popular, mas também, na participação organizada e ativa dos grupos sociais nos assuntos de seu interesse” (PEDROSO, 1991, p.71).

Essa exigência participativa, ainda segundo o então senador, constitui-se em razões de ordem sociológica, histórica, psicológica e filosófica.

Segundo Montoro, a razão filosófica baseia-se na afirmação de João XXIII, de que quando as estruturas e o funcionamento de um sistema econômico comprometem a dignidade humana dos que nele trabalham, enfraquecem o sentido de sua responsabilidade ou impedem seu poder de iniciativa. Esse sistema é injusto, ainda mesmo que a produção atinja altos níveis (desenvolvimento econômico) e seja distribuída conforme as normas da justiça e da equidade (desenvolvimento social).

Podemos afirmar que o mesmo autor faz uma análise liberal da Constituição Federal do Brasil, ao considerar o trecho: “todo poder emana do povo e em seu nome é exercido”¹³, como fundamento político da democracia. Liberal, pois não considera como genuinamente democrática a soberania popular; pelo contrário, o poder é exercido por outro alguém, no caso o Estado. O povo aqui é tratado como homens situados num campo social e concreto (sujeitos na família, na localidade, no trabalho, na escola, no partido), caracterizados como instituições menores que possuem fins e características próprias, formando assim a comunidade nacional. O Estado aparece aqui como mais uma dessas instituições. Mesmo com toda sua responsabilidade no direcionamento da vida nacional, não pode desconsiderar o fato de essas comunidades existirem; cabe a ele apenas abrir um canal de comunicação para ouvir; coordenando, apoiando e/ou suprimindo as atividades das mesmas (PEDROSO, 1991).

¹³ Cf. BRASIL, 1988, art. 1º, parágrafo único.

A importância da democracia está justamente no poder que tem de assegurar o bem comum, promovendo a ação humana. Alguns exemplos de instrumentos que promovem a realização da democracia participativa são: associações no plano local – do trabalho, da juventude e da educação – e do plano político. Além dos instrumentos, os processos deveriam ser adotados em qualquer experiência de ação social, por exemplo, na vida interna dos partidos, sindicatos e associações; nos métodos de ensino de todos os níveis, e nos métodos de ação social.

É preciso, e em suma, assegurar a cada homem o direito de não ser simplesmente objeto das medidas de proteção e assistência, mas garantir-lhe o direito de, como pessoa consciente e responsável, participar ativamente na tarefa de seu desenvolvimento e no de sua comunidade [...] uma democracia participativa surge, assim, como modelo político e social de responder às exigências contemporâneas de novas formas de convivência social, que sem sacrificar a segurança do desenvolvimento, respeitem os valores humanos fundamentais de justiça e liberdade. (MONTORO *apud* PEDROSO, 1991, p.75)

Nesse sentido, o exercício do diálogo torna-se imprescindível na efetiva atividade de democracia participativa e, por isso, como característica do relacionamento pessoa-sociedade.

Na sociedade contemporânea, este conceito de Democracia foi se moldando às novas exigências do mundo atual. A globalização, o papel do Estado, a exigência de novas ações participativas (se estendendo até a área educacional) são responsáveis por um novo olhar acerca da gestão democrática.

O processo democratizante aumentou ao longo do tempo na medida em que esse número de indivíduos com direito ao voto também aumentou. Segundo Martins (1994), a democracia é dinâmica e está sendo constantemente transformada e reinventada, tornando-se, assim, evolutiva e qualitativa.

Ainda segundo o autor, uma das vantagens deste grande número de debates é a *desdogmatização* do discurso:

Para participar do debate presidido pelo lado numérico, os interlocutores tem que ser algo mais do que simples democratas, visto que esse título não os discrimina: precisam aprofundar a análise do tema, equacionando-o em termos históricos e comparativos, precisam fazer opções, justificando-as por meio de argumentos cientificamente válidos; precisam enfrentar e refutar críticas formuladas por democratas contra democratas (MARTINS, 1994, p.19).

No entanto, o autor afirma que o conceito de democracia até hoje é usado para designar diferentes situações, às vezes até antagônicas entre si. Cita uma pesquisa realizada no ano de 1951 pela Unesco, em que nenhum dos 500 estudiosos e políticos entrevistados definiram sua doutrina política com o antidemocrática. Isso porque o termo é utilizado com o preciosidade, sendo invocado por todos os partidos.

2.2 – Participação

A questão da participação é alvo de inúmeros estudos e discussões e, por isso, ainda busca seu próprio conceito. A inexistência de um critério consensual que a defina promove ações que, na verdade, não garantem uma efetiva participação. Além dessa falta de critério consensual, a falta de consciência individual do que é a participação também causa resultados negativos em busca de uma gestão verdadeiramente democrática.

Toda pessoa tem o poder de influência sobre o contexto de que faz parte, exercendo-o independentemente da sua consciência desse fato e da direção e intenção de sua atividade. No entanto, a falta de consciência dessa interferência resulta em falta de consciência do poder de participação que têm; disso decorrem resultados negativos para a organização e para as próprias pessoas que constituem o ambiente escolar. A participação em sentido pleno é caracterizada por mobilização efetiva dos esforços individuais para superar atitudes de acomodação, alienação, marginalidade, comportamentos individualistas e estimular a construção de espírito de equipe (Luck, 1998, p.14).

Ou seja, não basta haver instâncias formais de participação, antes é necessário um esclarecimento do sujeito participativo de como deve usar, da melhor forma, aquele espaço de decisão. Esta falta de esclarecimento, muitas vezes ocorre por que não existe, neste indivíduo, uma posição crítica e de superação em relação à sua formação autoritária e burocrática.

A efetiva participação se funda no exercício do diálogo entre as partes. Segundo Gutierrez e Catani (1998), “participar consiste em ajudar a construir comunicativamente o consenso quanto a um plano de ação coletivo” (p.62).

Para isso,

(...) é necessário praticar constantemente o exercício da participação em todos os seus sentidos: internamente na prática administrativa, na inserção política transformadora e emancipadora, no diálogo intelectual com todas as

outras áreas de conhecimento e, prova velmente a dimensão mais difícil, de cada um consigo mesmo por meio do autoconhecimento, procurando tornar-se uma pessoa mais sensível, tolerante e atenta ao diferente, aos seus direitos e à contribuição que ele seguramente tem para dar. (Gutierrez e Catani, 1998, p.74).

Alguns autores afirmam existir diversos níveis de participação. Mais do que identificar esse tipo de prática, deve-se deter também às formas em que é executada:

A participação pode se dar em graus variados de intensidade, indo desde a simples informação que constitui o limite mínimo de participação até a autogestão que representa o extremo máximo de participação e autonomia. Graus intermediários de participação são assegurados pela consulta facultativa ou obrigatória, pela elaboração e recomendação de opções concretas, pela colegialidade ou co-gestão e pela delegação de poder (SANTOS FILHO, 1996, p.22).

Santos Filho (1996) diferencia quatro tipos de participação, determinados pelo grau diferenciado de intensidade. Aquela em que as pessoas são apenas informadas sobre a decisão já tomada, sem nenhum a consulta anterior, é a forma de participação mais distante do verdadeiro sentido da palavra. Já a participação com consulta facultativa ocorre quando o administrador solicita sugestões aos membros do grupo e estes podem, ou não, apresentar opiniões, falhas e possíveis ações na busca de uma solução. Por último, a consulta obrigatória ocorre quando os componentes do grupo têm o direito de ter suas idéias ouvidas, mas cabe ao administrador decidir colocá-las em prática ou não.

Vale dizer que a participação no ambiente educacional deve estar associada a um profissionalismo por parte dos seus executores. Isso porque a participação enquanto benfeitoria, dádiva, sem troca, é motivada por uma razão pessoal, com afetividade e desejo de servir. Na educação pública, a participação deve vir desprovida desse sentimento privado, ela é, antes de tudo, pública, e com o tal, deve estar diretamente ligada à qualidade de vida de todos.

Nesse sentido, a gestão democrática da educação e o uso correto da participação requerem muito mais do que mudanças nas estruturas organizacionais, antes é preciso uma mudança de paradigmas¹⁴ (Bordignon e Gracindo, 2001). Isso por que a democratização da

¹⁴ “(...) Um a posição mais simplista atribui o termo paradigma um conceito de *padrão* ou *modelo*; mas paradigma, mais que padrão ou modelo, é um conjunto de idéias que permite formular ou aceitar determinados padrões ou modelos de ação social. Paradigma, nesse sentido, representa uma *visão de mundo*, uma *filosofia social*, um *sistema de idéias* construído e adotado por determinado grupo social. Assim, paradigma diz respeito a idéias e valores assumidos coletivamente, conscientemente ou inconscientemente, e representa o cenário da sociedade que temos ou que queremos” (Bordignon e Gracindo, 2001, p. 150).

gestão e a instituição de processos participativos precisam estar aquém dos padrões vigentes de burocratização das instituições. Ou seja, essa nova forma de administrar deve ser construída, fazer parte de um processo, um processo de mudança contínuo e continuado.

2.3 Autonomia

Etimologicamente, autonomia significa *lei própria*. No dicionário Aurélio encontramos a seguinte definição: “qualidade de autônomo”, que por sua vez significa “(1) que não está sujeito a potência estranha, que se governa por Leis próprias, (2) Independente, livre, (3) Que professa as próprias opiniões”.

Segundo Cunha (2005), a universidade, em todos os tempos e contextos, sempre lutou, juntamente com a difusão e desenvolvimento do saber, por sua autonomia. Em relação à Igreja, ao Estado aos Partidos ou Mercado, a busca pela autonomia pode ser considerada um núcleo comum à instituição universitária.

O autor cita ainda dois documentos que, mundialmente, reafirmaram a autonomia enquanto elemento chave da universidade; foram eles a *Magna Charta Universitatum*, de 1215, editada em função do 9º centenário da Universidade de Bolonha – citando a liberdade de pesquisa e de ensino – e, em 1988, a Associação Internacional das Universidades, em função da Conferência Mundial sobre Ensino Superior da UNESCO reafirmou dois princípios indissociáveis da universidade: a liberdade acadêmica e a autonomia institucional. O primeiro princípio diz respeito à capacidade dos membros da universidade (pesquisadores, professores e alunos) de desenvolver suas atividades de acordo com regras e normas éticas, por eles mesmos estabelecidas. Já o princípio de autonomia institucional é garantido pela independência da universidade diante de toda intervenção externa (no que diz respeito à sua organização, administração, alocação de seus recursos, recrutamento de seu pessoal, liberdade do ensino e da pesquisa. Nesse sentido, a liberdade acadêmica pertence a cada um dos pesquisadores, professores e alunos e a autonomia à universidade enquanto instituição. (CUNHA, 2005).

No Brasil, a primeira vez que o termo autonomia surgiu, oficialmente no cenário do ensino superior, foi em 1911. Segundo Dal Ri (1997), desde esse ano até a Constituição de 1988, “as leis federais referentes ao ensino superior concederam, via de regra, autonomia a faculdades, institutos e universidades (a partir de 1920). No entanto, a farta legislação do

período não caracterizou a autonomia com o condição ao im plemento do trabalho acadêm ico ou como princípio educacional, mas sempre como privilégio que a qualquer momento poderia ser suprimido” (p.36). Esta posi ção do Estado frente à autonom ia, juntamente com a falta de um movimento pela defesa dela por parte dos membros da universidade (alunos, professores e funcionários) da época é que levou, segundo a autora, a uma “fragilidade” deste princípio.

Atualmente, a autonomia universitária é garantida pelo art. 207 da Constituição Federal que estabelece que “As universidades gozam de autonom ia didático-científica, administrativa e d e g estão fin anceira e patrimonial, e obedecerã o ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. A autonom ia didática garante a transmissão do conhecim ento que r econhece como significativo; já a científica pos sibilita a escolha da forma que se deve pesquisar e ana lizar os resultados da investigação. A autonomia administrativa, por sua vez, norteia todos os processos de elaboração de normas e na esco lha dos próprios dirigentes. Por últim o, a autonomia financeira, fato garantido especificamente às universidades públicas paulistas, é garantida pela destinação do Estado de um pe rcentual arrecadado do ICMS, definida pela Assembléia Legislativa, conforme estipulado pelo Decreto n. 29.598, de 02/02/198 9. Isto garante a elabo ração de políticas pré d efinidas, im plicando numa prática de atividades previsivas (Gutierrez e Catani, 1998).

A Lei nº 9.394/96, que dita as Diretrizes e Bases da Educação Nacion al, estabelece, em seu artigo 53, quais seriam , especificam ente, as atribuições da Universidade diante do exercício da autonomia:

- I - criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior pre vistos nesta Lei, obedecendo às normas gerais da União e, quando for o caso, do respectivo sistema de ensino;
- II - fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes;
- III - estab elecer planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão;
- IV - fixar o número de vag as de acordo com a capaci dade institucional e as exigências do seu meio;
- V - elaborar e refor mar os seus estatutos e regimentos e m consonância com as normas gerais atinentes;
- VI - conferir graus, diplomas e outros títulos;
- VII - firmar contratos, acordos e convênios;
- VIII - aprovar e executar planos, prog ramas e projetos de investi mentos referentes a obras, serviç os e aquisiç ões e m ger al, be m co mo administrar rendimentos conforme dispositivos institucionais;
- IX - ad ministrar os rendimentos e dele s dispor na form a prevista no ato de constituição, nas leis e nos respectivos estatutos;
- X - receber subvenções, doações, heran ças, legados e cooperação financeira resultante de convênios com entidades públicas e privadas.

Segundo Oliveira (2001), as reformas pelas quais a universidade pública vem passando nos últimos anos, principalmente depois da promulgação da Constituição Federal de 1988, vêm sempre ligadas à possibilidade ou não de aplicabilidade do seu artigo 207. Isso porque as contratações entre universidades públicas e o Estado, numa busca do MEC e em reduzir a regulamentação do referido artigo, acaba demonstrando a convergência existente entre as medidas adotadas nas reformas educacionais e as orientações da Reforma do Estado. Pois

Tal proposta limitou-se a definições de cunho administrativo e financeiro, apresentando, assim, uma leitura ambígua do mencionado artigo 207 da Constituição Federal, ao reconhecer que em relação à autonomia didático-científica o mesmo era auto-aplicável, o que não ocorria para as suas outras dimensões (p. 100).

Paula (2003) cita com o exemplo de ação contra a autonomia universitária, o sistema de avaliação do MEC, o aligeiramento e a diluição do processo de formação, além da tentativa de transformar a universidade em máquinas prestadoras de serviços do setor produtivo (por meio de parcerias com empresas e consultorias), levando a mesma a um processo de privatização que pouco ou nada tem a ver com o que a autonomia universitária propõe, inclusive em termos legais:

Fala-se muito hoje em autonomia universitária. Contudo quando o MEC e o Estado falam de autonomia estão se referindo à crescente desobrigação do Estado para com o financiamento do ensino superior público. Uma universidade pública autônoma deve ser mantida com os recursos estatais, porém deve ser livre quanto à definição dos programas, cursos, linhas de pesquisa, extensão de serviços à sociedade, etc., preservando-se da lógica do mercado. Em síntese, deve ser pública no que diz respeito ao acesso dos estudantes, à produção do conhecimento (pesquisa), à transmissão do conhecimento (ensino) e aos serviços que presta à sociedade (extensão) (p.61).

Além dessas questões externas que descaracterizam o princípio de autonomia dentro da universidade, questões internas também ratificam essa descaracterização. Segundo Otranto (2004), nenhuma lei pode conceder, sozinha, autonomia à universidade. A forma com a autonomia universitária está escrita na lei (art. 207) é bastante clara, “os termos são precisos e os verbos são imperativos” (p.3), no entanto a ação política dos atores envolvidos no interior da universidade pode contribuir para torná-la mais incisiva. A autora defende a autonomia universitária como uma “construção coletiva”.

Desse modo, a autonomia afirma-se como expressão da unidade social que é a escola e não preexiste à acção dos indivíduos. Ela é um conceito construído social e politicamente, pela interacção dos diferentes actores organizacionais numa determinada escola (BARROSO, 1996).

2.4 O que está na Lei – a universidade e a UNESP

Anteriormente já citamos onde a autonomia é encontrada legalmente. A seguir, elencamos aqueles artigos que determinam a gestão democrática e a participação na forma da Lei.

É com a promulgação da Constituição Federal de 1988 que o princípio da gestão democrática da educação se estabelece na forma da lei (artigo 206).

Esta mesma Lei também determina que as Universidades terão estatuto jurídico especial “(...) para atender às peculiaridades de sua estrutura, organização e financiamento pelo Poder Público, assim como dos seus planos de carreira e do regime jurídico do seu pessoal”. (art. 54)

No caso do nosso objeto de estudo, a Universidade Estadual Paulista, o Estatuto da UNESP e o Regimento Geral da UNESP são identificados com o este “estatuto jurídico especial”. Vale lembrar que o Regimento dispõe sobre as normas de funcionamento das instâncias dentro na Universidade e o que lhe é previsto deve estar de acordo com o Estatuto. O Regimento é, por tanto, operacional e é alterado com mais rapidez e facilidade do que o Estatuto. Já este último tem a condição de Constituição dentro da instituição, estabelecendo direitos, deveres e níveis de gestão nas instâncias dentro da universidade. Por sua vez, o organograma¹⁵ se constitui num gráfico de organização que representa a estrutura da instituição, configurando seus diversos órgãos com suas posições e respectivas interdependências, via hierarquia, linhas de autoridade e subordinação.

A garantia da gestão democrática nas universidades públicas é assegurada pela existência de órgãos colegiados deliberativos, em que participam os segmentos da comunidade institucional, local e regional (LDB, Art. 56). No caso, estes colegiados são representados pelos Conselhos de Curso e pela Congregação, no âmbito das unidades, e pelo Conselho Universitário, num âmbito da universidade como um todo. Vale ressaltar que

¹⁵ Ver anexo E.

Em qualquer caso, os docentes ocuparão setenta por cento dos assentos em cada órgão colegiado e comissão, inclusive nos que tratarem da elaboração e modificações estatutárias e regimentais, bem como da escolha de dirigentes (Art. 56, parágrafo único, LDB).

Vale lembrar que esta mesma norma é adaptada ao Estatuto Geral da UNESP pelo artigo 3º A.

O Estatuto da UNESP dispõe, em seu artigo 3º, sobre a organização da universidade, devendo esta obedecer, entre outras, à diretriz de “participação do corpo docente, do corpo discente, do corpo técnico e administrativo e da comunidade local e regional nos órgãos colegiados” (art. 3, parágrafo VI).

No que se refere à administração da universidade, o estatuto estabelece que esta se constitui nos órgãos: “I – a Congregação; II – a Diretoria” (art. 38). Assim estabelecido, cabe ao diretor da unidade, “cumprir e fazer cumprir as decisões da Congregação” (art. 48, parágrafo III).

Em seu artigo 39, o Estatuto estabelece a composição da Congregação, prevendo a participação de representantes de todos os segmentos da universidade¹⁶, aqui configurada como um “órgão deliberativo e normativo em matéria de ensino, pesquisa, extensão universitária e administração” (art. 39).

Vale destacar que “as reuniões dos colegiados referidos neste Estatuto, no Regimento Geral e nos Regimentos das Unidades, excetuando-se as festivas e as solenes, terão caráter privado” (art. 106), salvo quando enviado convite ou convocação a pessoas, para prestação de esclarecimentos, depoimentos ou assessoria (parágrafo único).

No que se refere à participação e democracia, o Regimento Geral da UNESP estabelece as mesmas diretrizes que o Estatuto.

A caracterização dos principais pontos dos conceitos de democracia, participação e autonomia nos ajudam no entendimento do conceito mais global, aqui foco de pesquisa: a gestão democrática do ensino superior público.

A construção da autonomia universitária não pode renunciar a democratização das decisões internas, ou seja, à gestão democrática. O governo democrático e representativo dentro da universidade só é possível com a presença de representantes e representados. Vale dizer que a participação dos representantes não deve acabar com a eleição dos mesmos, antes

¹⁶ Ver anexo A.

deve ocorrer um acompanhamento/diálogo entre eleitos e eleitores. Ou seja: a gestão democrática precisa estar no patamar de prioridade na construção de uma autonomia:

(...) ela se constitui no elemento indispensável para que a instituição possa realmente gozar de uma autonomia que transcenda interesses individuais ou políticos, possibilitando o alcance dos reais objetivos institucionais. (OTRANTO, 2004, p. 6).

III – DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO NA FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS DE ARARAQUARA – O QUE AS ENTREVISTAS NOS DISSERAM

E nós estamos ainda no processo de aprender como fazer democracia. E a luta por ela passa pela luta contra todo tipo de autoritarismo.

Paulo Freire

Como citado anteriormente, foram realizadas seis entrevistas com representantes dos três segmentos da universidade e que faziam parte da Congregação nos anos selecionados para este trabalho. Os entrevistados foram muito solícitos e ficaram a vontade para poder falar sobre os assuntos levantados. Foram poucas as perguntas feitas, somente ocorreram num momento de direcionamento das falas. De uma forma geral, eles já iam relatando suas considerações e opiniões sobre os assuntos que a pesquisa propõe.

Aqui, separamos os relatos por temas. Apesar de abordar os mesmos temas, os olhares são, em alguns casos, extremamente diferentes; mesmo quando falamos de um mesmo segmento. Isso mostra com os atores envolvidos num mesmo episódio, de uma mesma realidade, possuem olhares e concepções diferenciadas.

3.1 A Congregação

Sobre o funcionamento da Congregação, um aluno, representante discente da época, comentou sobre a intenção deles dentro do órgão colegiado:

(...) a gente tinha uma proposta de chapá relativamente simples: que não era em nenhum momento dentro da Congregação debater as pautas colocadas pela direção, e sim, usar o espaço que tivéssemos pra tratar de questões referentes aos estudantes. (...) O papel do representante discente nesse tipo de órgão é esse, não é ficar ouvindo a discussão e tentando participar dela, na esperança de que a minha proposta vai ganhar. É sim observar como é feito, como funciona a universidade e pra ver que as votações que lá são feitas, não surgem do nada; elas vêm de um processo em que várias reuniões são feitas (reunião de departamento, de pós-graduação), que culmina na Congregação. (...) Nosso papel é prestar atenção em alguns detalhes que eles

[professores] não prestam, porque estão tão viciados, tão acostumados (...) (aluno 1).

No que diz respeito ao processo de votação, o mesmo aluno questiona a forma em que é feita:

(...) os favoráveis mantenham-se como estão, e quem é contra que levante as mãos. Já se inverte o princípio – você não precisa ter coragem de dizer que é a favor, basta ficar lá, do jeito que está (aluno 1).

Um funcionário resume a percepção que tem sobre as mesmas reuniões:

(...) A congregação era uma rotina, que você ia lá participar. Quando participei, ela se tornava uma coisa muito maçante. Ao invés de se valorizar as discussões de idéias e possibilidades e enriquecer com experiências, acabava-se fazendo questões expositivas dos fatos que, a meu ver, não eram necessárias na maioria das vezes. Então, o que acontecia: ao final, você já não queria nem mais saber, perdia o ânimo, a disposição. Acho que isso faz parte do jogo também... deixar as votações mais polêmicas para o último momento. Isso é uma característica que inibia, de certa maneira, a colocação. Você percebia que seria mais fácil falar e também percebia uma não disposição do grupo em te escutar. As pessoas, por desgaste, pensavam: “ah, nem vou falar, não compensa” (funcionário 1).

A respeito da percepção em relação aos membros da Congregação, um outro aluno afirma:

No que diz respeito aos membros da congregação, a percepção que a gente tinha deles, e ainda tem, é que eles são muito autoritários quando o assunto é moradia. Eles são muito inflexíveis e eu entendo. Porque a maior parte dos professores tem uma concepção de permanência do aluno de scolada da realidade. Eles defendiam a idéia do benefício único – ou você comia ou morava (aluno 2).

E realmente essa questão foi abordada por um docente na entrevista:

Nós perdemos muito tempo discutindo, com pouca objetividade, questões que deveriam ser objeto de uma ação e reflexão mais incisivas. A questão da moradia, por exemplo: já se debateu de todo jeito na Congregação, mas não se faz controle do que é proposto. Numa avaliação dos alunos, verifica-se a permanência das irregularidades na moradia (professor 1).

3.2. Paridade

Em relação à divisão percentual de ocupação da Congregação, os alunos foram unânimes quanto ao desejo da paridade.

(...) naquela época eram os três alunos, três funcionários e mais de vinte professores. Então nós não tínhamos quase nenhuma chance de ganhar nas votações que mexessem na estrutura da universidade, por mais que tentássemos (...). Defendem a paridade por conta de uma bandeira histórica do movimento estudantil, em que todos tenham o mesmo peso na participação das decisões. Por que no fundo nos colocam nos órgãos de representação porque tem que ter, pra não falar que é arbitrário, mas a gente não tem chance nenhum de argumentar no sentido de que a maioria dos professores respeitem (aluno 1).

Quando questionado sobre a rotatividade dos alunos dentro da Universidade, o mesmo aluno afirma:

Esse argumento que os professores usam cai na hora que a gente pensa que os funcionários também ficam aqui 30 anos e porque eles não têm direito a paridade também? Tem funcionário que está há mais tempo aqui do que alguns professores (aluno 1).

Segundo o mesmo, isso ocorre por conta do caráter meritocrático da Universidade:

(...) a maioria dos professores que exercem um cargo de poder, mesmo que não oficiais, aqui na FCL, estão baseados na meritocracia. Eles acham que o fato de serem doutores, pós-doutores em diversas áreas do conhecimento, faz com que eles tenham maior poder em relação aos demais, mesmo em caso de “gestão” que eles não entendem como funciona. Um professor que dá aula de uma área que não tem nada a ver com gestão não será, necessariamente, um bom gestor (aluno 1).

Além desta fala inferir sobre a questão da meritocracia, podemos observar a ideia de que para ser gestor, é necessária uma formação específica na área. Sobre este assunto vamos tratar mais adiante, quando expusermos também o que um professor falou sobre o assunto.

O aluno em questão chega a defender a paridade com a única forma de se ter uma gestão realmente democrática:

(...) acho que a expressão máxima, e explícita, de uma gestão democrática dentro de uma instituição como essa (acadêmica, que faz pesquisa, enfim) seria a questão da paridade mesmo. Defendo o pensamento de que todos têm responsabilidade pela universidade pública, que todos estão comprometidos com ela, sejam funcionários ou alunos (aluno 1).

Mas reconhece que

(...) isso não é fácil, pois são 3500 alunos ¹⁷ diferentes, de lugares diferentes, com idéias diferentes. Deve haver uma mobilização muito grande por parte dos alunos, com reuniões e discussões sobre o tema, convidando os professores para participar disso também, quais as consequências da paridade. Por que é uma responsabilidade muito grande que não dá pra colocar a paridade e ponto final. Mesmo por que se colocassem não iria adiantar muito, por que tem tanto aluno que nem quer saber de movimento estudantil que votaria em qualquer coisa. Mas a Lei deve ser mudada num primeiro momento, se não tiver na Lei não dá pra colocar em prática (aluno 1).

Percebe-se nesta fala o movimento do pensamento do aluno: ao mesmo tempo em que diz não adiantar muito colocar na Lei a paridade, pois existem alunos que votariam em qualquer coisa, diz que, sem estar legalizada, a prática não ocorre.

Um funcionário, ao falar sobre a possível participação dos seus representados, disse que em apenas no caso da discussão sobre a possibilidade da paridade é que eles se movimentaram e participaram em maior número da reunião.

Já entre os docentes entrevistados foi possível constatar uma divergência em relação a esse assunto. O professor 1 afirmava:

Não vejo nenhuma vantagem na paridade. Já participei de lugares em que ela existia e a situação se recoloca da mesma forma: o que ocorre, essencialmente, é a lógica do corporativismo, do pequeno interesse, de querer maximizar as minhas coisas. O que faz falta é de dirigentes – bons academicamente e que pesam grande. Que não tenham medo de bater de frente quando, por exemplo, está diante de barbaridades de estudantes (professor 1).

Já o professor 2, defendia categoricamente a paridade enquanto prioridade para uma gestão democrática:

A não paridade da congregação torna a participação dos estudantes e dos funcionários quase que simbólica – por que tem um ponto de voto e isso pode fazer diferença numa votação mais apertada. Mas o fato é que se os professores votarem em blocos, jamais serão derrotados. Isso é complicado. Acho que o percentual de representação de aluno e funcionários é pequeno (professor 2).

E acrescenta:

¹⁷ O aluno refere-se aqui ao número de estudantes da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara.

Aumentar a participação de funcionários e alunos nos órgãos colegiados não irá acabar com os problemas da universidade. Só digo que, na minha avaliação, isso aumentaria a probabilidade de se ter uma gestão democrática. Não quer dizer que aluno enxerga a universidade melhor do que o professor, ou que funcionário enxerga melhor do que professor, nada disso, mas se trata de que a participação maior desses segmentos ajudaria na formação de uma visão da universidade que fosse de fato mais próxima da universidade. Porque a visão que os órgãos colegiados tem na universidade é muito marcada pelo segmento dos professores. A participação equilibrada (hoje é totalmente desequilibrada) acho que melhoraria a democracia na universidade. Mesmo dentro da democracia burguesa (professor 2).

Como explicita o aluno entrevistado, a participação é “uma bandeira defendida pelo movimento estudantil”. No entanto, dentre as atas analisadas nos anos selecionados, foi notado que a representação discente parou de existir a partir de maio de 2006. Segundo relato de aluno em entrevista, havia um grupo de alunos que eram contra a representação estudantil e que esses mesmos alunos organizavam debates sobre esta. Passado o período de vigência da última gestão, foi aberto processo de eleição, mas ninguém se inscreveu. Segundo relato do aluno, foi aberto um outro processo e novamente ninguém se inscreveu. Então esse grupo de alunos

(...) se responsabilizou por organizar algumas plenárias, algumas discussões em torno da representação em órgãos colegiados (conselho universitário, congregação, órgãos superiores da reitoria) e foram feitas, se eu não me engano, três dessas plenárias, onde as discussões eram levadas pro sentido contrário à representação discente, pois, segundo discurso deles, estas eram antidemocráticas. Por não serem paritários, logo devíamos negar, pois deviam fazer com que o movimento estudantil fosse ouvido sempre. Então toda vez que precisássemos, era só marcar uma reunião, ir à congregação e pedir a fala, enfim (aluno 1).

No entanto, com o que declara o próprio estudante, essa falta de representação discente acabou prejudicando os próprios alunos, quando no ano de 2007 houve uma ocupação da sala da diretoria da FCL por parte dos alunos, que acabou com a retirada dos mesmos pela polícia.

(...) na ocupação do campus do ano passado ficou óbvia a necessidade de representação discente na congregação, porque as discussões das reivindicações, as negociações foram feitas na Congregação. E aí o que aconteceu: tiveram que pedir a permissão da congregação pra sentar à mesa pra poder discutir, coisa que se tivesse representação discente, não teria necessidade (aluno 1).

3.3. Os alunos

Analisando as atas dos anos selecionados, foi constatado que a 252ª reunião não possui ata. Na reunião seguinte, de número 253, foi discutida a “elaboração de um documento sobre a forma desrespeitosa que alguns alunos se comportaram na reunião extraordinária de 04/04/2005 (252ª)”¹⁸. Conforme relato dos alunos entrevistados, esta reunião recebeu a visita do Reitor, e como tal, não possui ata.

Mas não tem mesmo, chamam de Congregação, porque o Reitor vem discutir com todo mundo um assunto importante, mas no fundo é uma palestra, em que só ele fala. Chama-se de Congregação, mais por conta de uma formalidade, por ser um ato oficial, mas ela não decide; diferente das congregações ordinária e extraordinária sem o Reitor, porque elas deliberam sobre algum documento (aluno 1).

Este é um evento que só existe na memória dos atores envolvidos. Conforme relato dos alunos, foi um momento que ficou marcado, pois ocorreu uma manifestação por parte dos mesmos. Na época havia representação discente na Congregação, no entanto, assim com o decidido em Assembléia, os alunos representantes haviam sido “proibidos” de falar em nome dos seus colegas (já que havia um movimento que era contra essa representação). Por isso

(...) no dia da Congregação, que foi no Anfiteatro A [da Faculdade em questão], todos nós fomos enquanto a alunos da universidade e na hora de assinar a presença nós não assinamos, dizendo que os alunos votaram que nós não participássemos (aluno 1).

Segundo relato, a proposta aceita pela maioria dos alunos foi a de que quando o Reitor falasse algo que os alunos não “gostassem”, eles levantariam um cartão vermelho, e em silêncio.

Ele se sentiu desrespeitado (não entende a brincadeira), mas pra gente foi válido. Eu sempre participei do movimento estudantil com humor, se não tem humor fica difícil (aluno 2).

No entanto, o mesmo aluno reconheceu como um erro o desfecho da manifestação:

Foi válido pela participação, mas a gente não soube fazer uma carta proposta concreta do que a gente queria. Muitos de nós entendíamos que já que queríamos construir um outro bloco, precisaríamos de um projeto e a gente não tinha. Acho que a gente perdeu a oportunidade de conversar com o Reitor. Eu estava na ala dos que foram meio contra a esse tipo de

¹⁸ Texto retirado da ata.

manifestação, acho que a gente devia ter sido mais objetivo. Mas, enfim, foi errado, a gente acabou falando com a TV, coisa que a gente tinha se programado a não fazer, a gente sempre acha que a TV deturpa os motivos pelo qual a gente defende. Foi uma estratégia errada (aluno 2).

Nesta fala podemos constatar como entre os alunos existe uma divergência de valores e ações entre os membros (assim como também pudemos observar nas falas dos professores), o que, muitas vezes (e como aqui exemplificado), resulta em ações que nada ou pouco tem em comum com o que se previam entre si propunha. Soamente na fala dos funcionários é que se pode perceber uma linearidade nos pensamentos.

Um dos alunos entrevistados comenta sobre a situação do grupo de estudantes na Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara. Segundo ele, a “apatia” dos membros em não querer ser representante (não só na Congregação, também em alguns centros acadêmicos) é a mesma encontrada em sala de aula.

(...) conversando com professores, que dão aula pra graduação “o que a gente fala eles anotam, se não falamos eles não anotam, não lêem os textos”, então acho que é um problema das gerações que estão entrando, de não se preocupar com as coisas que acontecem, de não achar que as coisas tem relação (aluno 1).

A falta de participação consciente dos alunos nas discussões dentro da Universidade e a ausência de representação estudantil, acaba trazendo, segundo relato, uma grande perda, para os próprios alunos.

(...) por isso que acho importante representação, não por achar que vale a pena ser porque eles dão a devida importância pra gente, mas por achar que é um espaço onde as coisas são decididas, é um espaço que a gente tem, não necessariamente de disputa, mas pelo menos de luta pra poder falar algumas coisas, afinal tem professor de todos os departamentos, tem os chefes de todos os departamentos, tem professores eleitos, os funcionários, o diretor da faculdade, então acho que é um espaço que deveria ser bem utilizado e não renegado (...) (aluno 1).

Ou seja, ao mesmo tempo em que a Congregação é vista como um espaço antidemocrático, também é visto como um espaço possível de voz. Essa oscilação do pensamento dos estudantes em relação à Congregação fica também clara no incidente ocorrido com o Partido da Causa Operária. Quando os episódios já tinham tomado grandes proporções, em que a vida universitária, tanto para alunos quanto para professores já havia se tornado, como na palavra de um dos professores entrevistados, “insuportável”, é que a discussão sobre o assunto chegou à Congregação.

A partir daí a gente tinha que se reportar às pessoas que, teoricamente, guardam essa instituição, que são nossos professores, bem titulados, diga-se de passagem. Então essas questões de sentido prático (de chamar a polícia, de ter tido briga na cantina, briga em sala de aula, de ter aluno interpellando aluno na porta de sala de aula) então essas questões de ordem prática tinham que ser interpelladas pela Congregação (aluno 2).

E completa:

Os professores [assim] se comportavam: no começo não quisera mais envolver, e acho que por isso a situação se prolongou mais ainda e aí quando a situação já estava posta, num campo de guerra minado, entre estudantes e estudantes (o que é mais estranho), aí eles resolveram tomar uma decisão: abrir uma sindicância para apurar os fatos (aluno 2).

O mesmo aluno complementa que a busca de “ajuda” aos professores não tinha o intuito de

(...) manter a ordem institucional, não estou nem aí para a ordem institucional, sabe? A gente é estudante, a gente trabalha sobre outra lógica. É que elas [alunas e do Partido] atrapalhavam a apropriação do conhecimento, por que depois desse caso a gente não conseguia mais estudar, aquilo foi tomando proporções enormes. Alguns alunos tiveram que contratar advogados. Virou um ciclo vicioso que nenhum dos dois lados conseguia escapar (aluno 2).

A todo o momento é verificada essa oscilação de pensamento em relação à interferência da Congregação e, principalmente, da força que os professores representam dentro dela:

Acho que nesse caso, desde o início, os professores poderiam ter se envolvido, apontado para nós ‘olha, esse caso é de vocês, deve ser resolvido entre vocês, não precisa trazer pra cá, não é nossa’. Mesmo dizendo respeito ao cotidiano da faculdade, dizia respeito também à evolução do pensamento político dos estudantes. Era uma briga nossa, entre nós, que a gente não conseguiu controlar. Nesse caso, não sei se teria funcionado uma discussão desde o início com todos os envolvidos. Para além da ação dos professores, antes mesmo disso, eu, particularmente, acho que ela nunca foi necessária para a nossa evolução, mas como a gente não soube conduzir, a gente precisou da ação dos professores. (aluno 2).

De acordo com o professor 2, todos os segmentos e em suas atitudes cometem incoerências, inclusive os professores. O fato dos estudantes terem suas incoerências não os torna menos capazes de participarem das decisões na universidade, e como todos, devem arcar

com as consequências de participarem das decisões. Acrescenta que não concorda com o fato dos alunos não terem representação na Congregação; já que, apesar de não participarem das decisões, se colocam sempre como insatisfeitos em relação a estas.

Entendo que eles briguem para a paridade (acho correta), mas acho que eles deveriam participar do jeito que está e lutarem pela paridade. Acho isso uma contradição, não da dialética, mas no sentido da incoerência. Isso pra mim é uma falta de maturidade das relações.

Acrescenta que as especificidades de cada segmento garantem um a melhora das decisões: “Fala-se tanto do discurso da diversidade e na hora de levar esse discurso a sério, parece que não levam”.

3.4. Os funcionários

Como dito anteriormente, apesar de constar em ata o nome dos representantes de funcionários, não era registrada nenhum tipo de manifestação deste segmento. Inclusive, a proposta inicial deste trabalho era realizar entrevista somente com alunos e professores. No entanto, na entrevista piloto, o aluno informou que, apesar de não estar em ata, existia sim uma participação dos funcionários representantes. Contudo, essa participação era caracterizada como extremamente corporativista:

(...) tinha um funcionário que costumava participar, mas só em discussões que atingissem de alguma forma o trabalho dos funcionários da administração. Mas na maioria das vezes não, porque o discurso da meritocracia está tão embutido nos funcionários, que eles acabam se sentindo constrangidos a falar e de repente falar alguma coisa que não tem sentido, que está errado e serem retratados, mesmo porque, muitas vezes, apesar dos funcionários serem eleitos, são secretários de departamento, que respondem diretamente aos professores, então entra a questão da convivência, enfim, acaba sendo meio complicado pra eles. Eles acabam não se manifestando, não por falta de interesse (aluno 1).

Quando perguntado sobre esta questão, um dos funcionários acabou confirmando a afirmação anterior:

A universidade é meritocrática. Só que eu acho que poderia haver uma democracia maior, principalmente em assuntos administrativos. Eu acho que

o funcionário, talvez, ele não seja capaz, quer dizer, não é competência dele avaliar, julgar questões acadêmicas. Ele não tem mérito para isso, quem tem é o professor. Mas as questões administrativas, eu acho que ele deveria ter mais autonomia. Poderia haver aí uma gestão mais democrática, nas questões administrativas. Por que existem situações, puramente administrativas e que muitas vezes os docentes não conseguem entender, e são eles que votam. É a gente que está fazendo parte do funcionamento da universidade, e que poderia, talvez, nesse caso, e só nesse caso, ter uma competência maior para decidir, não decide (...). Não que deva ter paridade de voto nas questões acadêmicas, o professor é que tem mérito para isso. Apesar de que os funcionários, principalmente a biblioteca, é o maior suporte pro ensino e pra pesquisa. Eu sei que tem questões que são próprias e que devem ser discutidas por professores, agora questões administrativas, a gente vê às vezes nesse bolo de discussão e o funcionário, que naquele caso, tem mais competência pra avaliar, fica com número de voto menor, às vezes sem expressão (funcionário 2).

Este mesmo funcionário afirma que não havia muita comunicação entre os representantes e os representados. No entanto o funcionário 1 diz que a tentativa de comunicação era feita, mas nem sempre contava com a participação dos pares:

(...) toda vez que tinha alguma questão polêmica, que mobilizava a comunidade, eu consultava os pares, mandava por e-mail, perguntando a opinião de todo mundo – opinião quanto ao voto e quanto a comentários que achavam ser necessário fazer. E o que acontecia no padrão: poucas pessoas se manifestavam, em alguns casos mais, outros menos... houve uma manifestação grande no caso da ocupação da diretoria. É difícil você ter opiniões divergentes. Normalmente a visão dos funcionários nesses casos é mais fechada e mais da questão prática e objetiva e menos na questão política. Tende a ser como se o evento acontecesse numa empresa (...). O que eu noto, é que as opiniões são bem pessoais. Elas refletem, não uma reflexão feita num grupo, mas sim, uma reflexão pessoal (...) (funcionário 1).

E completa:

(...) a participação dos funcionários aqui da FCL (quer dizer, a minha) era uma questão de classe: qual o interesse dos funcionários em determinado assunto? Era menos de uma formação política e mais de uma questão prática – Essa votação nos interessa (funcionário 1)

A pequena participação dos funcionários é explicada pela dificuldade de se comprometer e de se envolver deles:

É difícil você arrumar tempo para trabalhar, se desenvolver e participar. Tanto que, normalmente, os gestores se afastam das atividades da prática técnica (...). Quando saio para participar de uma reunião da Congregação, deixo minhas tarefas de lado, porque tenho que me preparar – ler todas as atas, inclusive os anexos. E isso é algo que consome um tempo razoável.

Acho que isso inibe, de certa forma, a participação dos funcionários em geral. (...) nós somos medidos por produtividade, indiretamente (não tem índice), mas a pessoa vai qualificar sua produção pela qualidade e você precisa de tempo para produzir (funcionário 1).

Nesse caso, a briga dos funcionários pela paridade se torna incoerente:

Temos direito a mais uma vaga na Congregação, que não conseguimos preencher (...) isso é uma contradição. Por que queremos, desde que não seja eu. E isso é claro e latente quando vamos escolher o próximo. Ninguém quer. Eu mesmo pedi para me licenciar (...). Ninguém quer por que vê aquilo como algo que vai minar o tempo dele, ou principalmente a imagem. As pessoas tem muito medo de se posicionar e queimar a imagem. Por que aqui é um ambiente político. Você vê lideranças que não assumem o papel lá dentro, por que elas podem negociar uma posição fora e se elas forem expostas não (funcionário 1).

Esta característica do funcionário também é percebida por professores, utilizando, inclusive, a mesma comparação da universidade com a empresa:

Os funcionários são muito corporativistas e pouco preocupados com o futuro da universidade. Há exceções, mas de uma forma geral é a questão do próprio interesse. Tanto faz estar numa universidade, como numa empresa (professor 1).

O outro professor percebe esse constrangimento em falar e se posicionar por parte dos funcionários e chama isso de timidez:

A participação tímida dos funcionários pode estar ligada ao ambiente intimidativo da Congregação, a participação majoritária de docentes pode tornar a participação intimidativa. Tenho visto poucas, tímidas manifestações dos funcionários, seria por que eles se sentem em menos condições de terem posições em relação aos assuntos tratados? Eles estão sempre presentes. A assiduidade existe, mas é mais silenciosa (professor 2).

3.5. Qualificação para ser representante

Em alguns momentos das entrevistas, professores e alunos comentaram sobre a necessidade de uma qualificação para exercer a gestão. Segundo o professor 1, a organização dos órgãos colegiados, como a Congregação e o Conselho Universitário, mantêm uma lógica assim como a estabelecida na vida política do país:

Na congregação, no CO, os membros dessas instâncias, de uma maneira geral, ou são chefes de departamento, ou diretores, representantes docentes, não sabem por que estão participando desses lugares. Não são dirigentes. Na maioria das vezes são participações burocráticas e os representantes também padecem desse mal: pouco preparo dos indivíduos para responder os temas que estão sendo o objeto de debate, uma visão pouco abrangente da universidade no seu conjunto, o que faz com que aquilo que acontece na vida política de uma maneira geral (que o poder executivo acaba impondo agenda ao legislativo) se reproduza de modo muito forte, tanto da congregação quanto no CO. O poder executivo (a reitoria ou a diretoria) acabam impondo agenda, mesmo quando há oposição na formação desses colegiados. Mesmo com oposição é difícil mudar a agenda, que sempre vem na lógica do executivo. Evidentemente que esse é um fato estrutural (professor 1).

Afirma ainda que a mudança só ocorreria com a qualificação dos representantes nesses mesmos órgãos:

O que poderia mudar isso seria uma composição mais qualificada desses membros dos colegiados, com pessoas que sejam não só boas academicamente, tecnicamente, mas que tenham uma visão, reflexão da universidade. Não é o que acontece na formação dos órgãos colegiados. É claro que há exceções. Existem pessoas críticas, combativas e bem preparadas. Fora isso, o espaço da congregação é burocrático, do pequeno jogo, do pequeno interesse, você aprova o que me interessa, e espaço da pequena magia. Daqueles professores que gostam de se dizer da esquerda, que apoiam os alunos, mas que a retórica pouco condiz com a prática. Os órgãos colegiados têm uma composição pouco preparada para lidar com as questões que estão ali. Para ser diretor, as pessoas precisam se preparar para tal. Tem que ser alguém que sabe o que está acontecendo com a universidade, os problemas estruturais. A maioria não tem. Os alunos também não se qualificam para representar sua classe nesses órgãos (professor 1).

Já citada anteriormente, a fala do aluno 1 sobre a relação meritocrática existente na Congregação, também cita a necessidade da formação para ser gestor:

Eles acham que o fato deles serem doutores, pós-doutores em diversas áreas do conhecimento, faz com que eles tenham maior poder em relação aos demais, mesmo em caso de “gestão” que eles não entendem como funciona. Um professor que dá aula de uma área que não tem nada a ver com gestão não será, necessariamente, um bom gestor (aluno 1).

3.6. Gestão democrática

O conceito de gestão democrática apareceu de forma diferente em cada segmento.

Um dos funcionários entrevistados comentou que na outra instituição em que trabalhava (também uma universidade pública) essa gestão democrática era bem mais vivenciada e vê essa vivência como uma “tarefa a ser cumprida”:

(...) aqui, por exemplo, percebi que há um incentivo, um apoio, ainda que isso está sendo construído, talvez até em termos da politização das pessoas; onde pertencer à Congregação passa a ser uma tarefa. Para mim era uma tarefa. Hoje, para os nossos colegas, ainda é uma tarefa. É uma obrigação que eu assumo, claro. E não uma oportunidade. É essa a inversão. Onde eu trabalhava antes, isso não era de forma nenhuma incentivado. Isso era até desqualificado, não o funcionário em si, mas a necessidade de participação dele. No limite em que eu nem sabia os representantes, nem sabia as datas de reunião... passava a ser uma coisa de gestores, que faziam um papel bom até, por que eu nunca senti falta.

(...) aqui, a questão democrática é muito mais vivida. Mas ainda assim, no nosso segmento, é necessário um amadurecimento, no sentido da politização de defesa de seus interesses, e participação efetiva. O canal está aberto, o canal existe, mas as pessoas não querem ocupá-lo. Por que tradicionalmente isso está associado a alguém que não tem muita qualidade no trabalho. ‘Como não sou bom funcionário, vou ser membro da congregação’ (funcionário 1).

No entanto afirma que a democracia acaba sofrendo consequências negativas por conta da formação cultural do brasileiro:

A democracia em si acaba sofrendo muito com essa questão cultural. As pessoas não dão opinião por que não querem. São alheios. Isso é real no nosso segmento. A rediscussão da democracia em si é interessante. Que democracia é essa? A culpa é de quem? É do próprio sistema ou do indivíduo? Que decepção foi essa que ele sofreu que não quer nem mais discutir? A pessoa não quer nem votar mais. Pode ver a evolução dos votos nulos. Tenho a impressão que foi algo que cresceu. As questões mais objetivas se resolvem diretamente com meus chefes e são individuais, íntimas, pessoais, são minhas, egoístas. E nesse tipo de relacionamento você nunca aborda o coletivo. Eu vivo isso (funcionário 1).

No caso dos alunos e dos professores, as falas foram bem específicas, episódicas. Por exemplo, um dos alunos entrevistados disse que no caso do PCO não houve gestão democrática – por que houve a suspensão das alunas envolvidas – “somos contra qualquer tipo de punição” (aluno 1). Mas citando o caso da moradia, diz que teve.

A ideia de gestão democrática converge com a ideia de universidade:

Eu tenho uma visão da universidade enquanto tutora. Eu não to pedindo um abrigo. A verdade é que rolou imaturidade por todos os lados, mas não podia

ter deles [professores]. As alunas precisavam ser expulsas, ou até mesmo suspensas? Eu acho que não, eu era contra. Talvez [uma] outra forma poderia vir deles [professores], sabe? Já que eles passaram por todo esse período da ditadura, da redemocratização das diretas e se consideram com esse arcabouço teórico prático (...) [eles acham que] todas as ações que a gente faz hoje é de senso comum, a visão dos professores sobre as nossas ações são de ações infantis, imaturas. Então do alto dessa experiência que eles tem, eles podiam ter conduzindo da melhor forma. Então não se falava de gestão democrática, falava-se de defesa de interesses. Então não acho que tenha existido uma gestão democrática (aluno 2).

Em relação a este episódio do PCO um professor, também criticou a gestão, caracterizando-a, neste caso, como não democrática:

Fui falar com o diretor e o mesmo me disse que não poderia fazer nada por que tratava-se de uma situação de liberdade de expressão. E eu perguntei: “me agredir é liberdade de expressão? [um dos integrantes do PCO foi até a sala de aula em que o docente estava dando aula, chamando-o de fascista de direita] No exercício do meu trabalho?”. Essa resposta me deixou desconcertado. (...). E isso não parou por aí, no site do partido eles continuavam denegrindo minha imagem. Então, do ponto de vista da gestão, foi algo bárbaro. Eu levei pra congregação e a mesma não teve uma resposta a altura, por que era uma resposta intimidada por aqueles meninos que ficaram por 4 meses barbarizando a faculdade. (...). A congregação não reagiu a essa minha situação. Isso me causou depressão, problemas de saúde. A leniência da direção e de certa forma, a convivência da congregação com isso (...). Eu só tive resposta quando fui à reitoria e pedi que eles intervissem nisso. A primeira resposta que eu tive é que eles não poderiam me defender, por que a instituição não pode defender seus membros, mas poderia se defender e se defendendo, me defenderia (...) foi aí que a partir de fevereiro, quando eles voltaram das férias, havia um oficial de justiça que dizia que se eles permanecessem, seriam presos e teria que pagar uma indenização de 10 mil reais. O que quero te dizer: a Congregação não reagiu à altura, perto do que estava acontecendo. Nem vou falar do diretor por que ele foi um inconseqüente mesmo, mas a Congregação não percebeu o que estava acontecendo, talvez por ingenuidade, imaturidade e até, em alguns casos, por má fé. A defesa da instituição veio só da reitoria (professor 1).

De acordo com um dos professores entrevistados, a direção teve uma idéia equivocada de democracia e do que é liberdade de expressão. O mesmo afirma que se a direção tivesse se posicionado desde o início, “a situação não teria tomado a dimensão que tomou. Então o diretor os assumiu como interlocutores (...). Faltou dirigente e o entendimento que a autoridade no exercício de sua função não é autoritária, é autoridade e ela tem que ser exercida” (professor 1).

E conclui:

Por mais que tenham os um discurso democrático, a universidade não é democrática, é meritocrática, que privilegia e premia os melhores – aqueles que produzem mais, fazem mais titulação. O tema na universidade não é um discurso demagógico, de democratização, no sentido de igualização de todos, mas é no sentido de democratizar a aristocracia, abrir a possibilidade para a participação daqueles que se qualificam para isso. É preciso qualificar a participação, não adianta só aumentar o número de participação (professor 1).

Já o segundo professor entrevistado analisou a questão da gestão democrática sob os episódios da ocupação da diretoria da faculdade, no ano de 2007. Afirmou que nessa época as discussões acerca da democracia aconteciam com frequência. Segundo ele, falava-se muito sobre o “estado de direito”, já que, ocupando as dependências da diretoria, os alunos estavam violando as normas básicas do estado de direito e que sem o respeito por este, não há democracia.

Mas a minha interpretação é que essa visão de democracia é extremamente legalista. Acho que a democracia precisa de regras e leis, pois, caso contrário, ela não se sustenta. Mas ela não é feita só de regras e leis. As relações institucionais muitas vezes exigem que a gente vá além de regras e leis, não se prenda basicamente na aplicação delas e tente negociar entre os grupos envolvidos para buscar soluções que sejam o menos traumático para a comunidade acadêmica (...). Não posso dizer que não exista nenhum grau de democracia nesta faculdade, mas não é o desejável. De democracia a gente pode entender do ponto de vista estritamente legal e jurídico, mas pode entender como um processo social e institucional mais substantivo. Acho que do ponto de vista mais substantivo a gente deixa muito a desejar, embora do ponto de vista legal e jurídico a gente consiga cumprir o que está estabelecido. Mas eu não vejo que a democracia seja apenas cumprir o que está estabelecido juridicamente (professor 2).

De uma forma geral, assim como descreve o professor 2, além da Congregação, existe também as relações entre a faculdade e a Retoria “Aí a coisa fica mais complicada ainda”. Este mesmo professor não caracteriza a UNESP, de uma forma geral, com o uma instituição que funciona de maneira democrática. Apesar de existirem os órgãos colegiados, a dinâmica dos mesmos faz com que prevaleçam as decisões dos grupos mais fortes dentro da universidade. Foi citado como exemplo a chamada expansão da UNESP (nas unidades experimentais). Apesar de não representar a vontade da maioria, a dinâmica das relações entre os órgãos colegiados acabou levando à aprovação.

(...) a gestão da FCL (e não me refiro a questão da figura do gestor), eu não poderia caracterizar como satisfatoriamente democrática, não atinge o nível que eu consideraria possível (não se trata de realizar algo irrealizável, se trata de pensar em algo possível em nossas condições); se eu tenho essa

avaliação, ela é ainda pior em relação à gestão da universidade. Não dá para dissociar a gestão da FCL com a gestão da universidade. A FCL é só uma faculdade, uma coisa tem influência sobre a outra (professor 2).

Segundo o professor 2, quando falamos em democracia formal, dentro dos parâmetros da sociedade liberal burguesa, na qual vivemos, a questão quantitativa se torna central. Ou seja, a democracia acaba sempre no momento da votação. Nesse sentido, não basta que os alunos e funcionários tenham direito a voz dentro da Congregação, mas sim votos. “Deve haver o poder de eleição dos gestores da universidade”

Saindo do âmbito da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, o professor 2 leva à discussão para o âmbito da universidade. Questiona por que a eleição de Reitor precisa ter como candidatos professores titulares. Mesmo sendo doutor e com histórico de direção de uma faculdade, o indivíduo não pode ser Reitor.

Pra mim isso é uma interferência da titulação na gestão da instituição. Não concordo com isso, sempre achei isso antidemocrático. A universidade é meritocrática quando convém, esse princípio da meritocracia não é aplicado de fato. Se fosse assim, os professores com mais titulação, com mais produções, teriam privilégios na vida universitária. Isso é um resquício de uma época em que os catedráticos dominavam a universidade. (...). Democracia entre outras coisas está relacionada à escolha dos dirigentes da instituição. O leque de dirigentes que nós podemos escolher para a reitoria é muito pequeno. Por que se fosse meritocrático, um livre docente não poderia concorrer com um doutor para a direção da faculdade. Só é meritocrático quando convém. Os 70% da congregação não é meritocracia, é corporativismo mesmo. Os professores é que conseguiram aprovar essa regra (professor 2).

3.7. A universidade

Os entrevistados comentaram sobre sua visão de universidade e como as ações e pensamentos poderiam modificar e ultrapassar as dificuldades enfrentadas pela mesma:

Acho que falta uma visão global da universidade “onde nós queremos chegar”. Mas, infelizmente, essa visão é associada ao capitalismo moderno, à modernidade e o pessoal desqualifica essa visão. Mas acho ela muito forte. Por que aí todas as visões vão começar a se alinhar àquilo. É claro que será sempre preciso rediscutir, realinhar. Para ser a melhor universidade do Brasil, o que a gente precisa para isso? Melhorar o corpo administrativo, dar cursos, por exemplo. Essa divisão alinha os pensamentos. Isso dá uma motivação interna, alinha esforços, tem menos perda de energia, cria-se uma

força: “estou colaborando para tornar essa universidade a melhor”. O ser humano gosta de ter uma meta. Se não cada um cumpre sua função, faz o seu trabalho e ponto. Vejo que algumas instituições de sucesso, tinham essa visão. É claro, que pecam em outros lugares. Precisa de competência pra isso, até em escola eles dão premiação para os melhores alunos, dão bolsa. Para incentivar mesmo. E eu não acho errado, por que é por mérito. Podíamos fazer algo parecido. Criar espaços de discussão.

Outra pergunta ótima que podemos fazer: “que tipo de alunos, pessoas queremos formar?” poucos docentes se fazem. De repente essa deve ser uma pergunta da unidade. Seria um ótimo tema de fundo para a Congregação (funcionário 1).

O professor 1 também aponta a necessidade de mudanças nos paradigmas, nas discussões:

Não atribuo o mal sempre ao mundo externo, como é comum aqui: o neoliberalismo, etc. Fala-se isso e não se discute como cada um é portador da cultura neoliberal. É uma discussão que se envolve cultura política e a necessidade de os dirigentes institucionais e corporativos serem capazes de estruturarem uma agenda para as próximas décadas: como lidar com as novas tecnologias, por exemplo. A discussão é sempre ideológica, “ensino a distância é ligada ao neoliberalismo”. E a mudança dos alunos, que não agüentam mais uma aula expositiva? Como enfrentarem isso? (...). As pessoas sempre vinculam os problemas ao neoliberalismo, ou seja, está no externo. A finalidade da universidade é a formação do aluno para a vida. Não estamos conseguindo isso. Não estamos discutindo o que é necessário mudar para conseguir isso... seja do ponto de vista da direção, da tecnologia... (professor 1).

Lembrando o episódio da ocupação do bandeirão da Faculdade no ano de 2003, um dos funcionários entrevistados comentou a visão do seu segmento em relação a esse episódio:

Pro pessoal que trabalha lá (...). Eles sentiam que tinham invadido a casa deles. Eles têm a visão de espaço como “meu”, “minha casa”; meu espaço invadido. É muito difícil você levar uma discussão política pra isso. Eles acreditam que é um grupo de pessoas mal intencionadas, desocupadas, que fazem isso com uma intenção pessoal, para obter benefícios pessoais. Ou pior, eles acham que foi alguém externo que mandou eles fazerem isso para dar visibilidade a essa questão (funcionário 1).

Verifica-se aqui um conflito existente entre o que é público e o que é privado. Assim como os funcionários tomam como privado o seu espaço de trabalho que é público, os alunos, na ocasião da ocupação, também tomaram um espaço público da universidade.

IV – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho buscou-se e analisar a democracia e a participação no ensino superior, tendo como objeto de estudo a Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara e o seu órgão colegiado superior de decisões, a Congregação.

Baseada em textos legais (como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, além dos documentos específicos da universidade em questão: Regimento Geral e Estatuto da UNESP, e da Faculdade – Regimento da Congregação e atas de reuniões), realizou-se uma análise legal e normativa sobre a gestão democrática no ensino superior. Procurando identificar a prática da democracia na gestão, foram realizadas seis entrevistas com os diferentes segmentos que compõem a universidade. A partir das informações, tendo com o eixo a abordagem do que está na legislação e o que é percebido pelos atores, buscou-se verificar e responder se há democracia na ação deste órgão colegiado e se tais instâncias de exercício de gestão garantem a democracia no interior da universidade.

Para sustentar a análise e poder comparar, nos processos relatados, se as práticas observadas correspondem aos preceitos legais, foram utilizados conceitos que remetem aos princípios da gestão democrática: democracia, participação e autonomia.

Cabe aqui trazer a relação entre estes conceitos e o que se apresentou na análise das leis e regras que remetem à gestão democrática no ensino superior e no funcionamento da Congregação, além do que foi encontrado nas entrevistas realizadas.

A democracia, de uma forma geral, pode ser caracterizada com um conjunto de regras que dispõe sobre quem está autorizado a tomar decisões coletivas e com quais procedimentos (BOBBIO, 2000).

Segundo o mesmo autor, na teoria contemporânea, as definições de democracia podem ser consideradas como regras de jogo, conforme o citado anteriormente. Cabe agora destacar algumas dessas regras, aplicáveis para o objeto de estudo em tela:

(...) 1) o órgão político máximo, a quem é assinalada a função legislativa, deve ser composto de membros direta ou indiretamente eleitos pelo povo, em eleições de primeiro ou de segundo grau (...); 4) todos os eleitos devem ter voto igual; 5) todos os eleitores devem ser livres em votar segundo a própria opinião formada o mais livremente possível (...); 7) tanto para as eleições dos representantes como para as decisões do órgão político supremo vale o princípio da maioria numérica, se bem que podem ser estabelecidas várias formas de maioria segundo critérios de oportunidade não definidos de

uma vez para sempre; 8) nenhuma decisão tomada por maioria deve limitar os direitos da minoria, de um modo especial o direito de tornar-se maioria, em paridade de condições (BOBBIO 1986, p.326).

Assim como definido na regra número 1, o órgão político deve ser composto por membros eleitos pelo povo. No caso da Congregação, os eleitos são compostos 70% por professores, 15% por funcionários e 15% por alunos (esta porcentagem estabelecida é a que Bobbio fala na regra número 7). Segundo a regra número 8, a decisão tomada pela maioria (que no caso terá maior representação de professores) deverá se limitar aos direitos da maioria também.

No caso da Congregação da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, a democracia é representativa (os membros são eleitos pelos seus pares e respondem por ele no colegiado). No entanto, assim como constatado nas entrevistas, o desejo dos estudantes é que ela seja direta.

Os órgãos de representatividade dentro da universidade devem tomar cuidado para que o democratismo e o corporativismo não comprometam a prática democrática e participativa (MELLO, 1993). Em entrevista, os três segmentos comentaram que este corporativismo predomina nas decisões tomadas e nas mobilizações realizadas.

Em relação à participação dos membros desta Congregação foi verificado que, em vários momentos, sua prática ficou comprometida. Entre os funcionários, por exemplo, ela é mínima, e, quando ocorre, é pautada em ações corporativistas. Entre os alunos, foi verificado que essa participação foi prejudicada pela ação de um grupo de alunos que, por não terem a paridade, acabam por negar completamente este espaço e esta ação. Já entre os docentes, esta participação fica comprometida quando, por exemplo, vários não se preparam para a deliberação por não lerem anteriormente a pauta das reuniões ou quando também defendem posições corporativas.

Isso mostra que não basta ter instâncias formais de participação, antes é necessário um esclarecimento, inclusive no plano político, dos indivíduos sobre este espaço participativo e qual a melhor forma de utilizá-lo. Além desse esclarecimento do que é a efetiva participação, alunos e professores, em entrevista, citaram a necessidade de o gestor ter formação adequada para efetuar tal prática.

Numa prática participativa, o diálogo entre seus membros aparece como ponto fundamental. A forma como são organizadas as reuniões (3 minutos de fala para cada membro) garante esse “diálogo” em reunião, no entanto, assim como constatado em

entrevista, essas falas se caracterizam muito mais com o “discursos” que visam a promoção particular do que o benefício comum.

Podemos observar, então, que, apesar da democracia, da participação e da autonomia estarem no plano do público, podemos observar na prática uma determinação do privado. Na sociedade atual, que pode ser considerada individualista e narcísica, as atividades acabam confluindo para este âmbito: o individual. Assim como destaca Mancebo (1998), na universidade esta dinâmica tem ocorrido com frequência. Os grupos acabam se organizando de modo serializado e competitivo em relação aos demais membros e entre si.

O comum não é mais a meta para a qual convergem as atividades individuais, na busca de um ideal coletivo superior às limitações de cada pessoa. Ao contrário, o pressuposto que embasa a participação pública passa pela expectativa de se encontrar e afirmar as identidades individuais e privadas (MANCERO, 1998, p. 05).

Vimos nos discursos que as afirmações sobre a não existência de democracia na universidade estavam sempre pautadas nesses ideais gerencialistas de autonomia. Em contrapartida, também foi citada, entre funcionário e professor, a necessidade de se estabelecer princípios e objetivos únicos, comuns, para todos na universidade. No início do trabalho levantou-se as seguintes hipóteses: a autonomia, dentro de uma gestão da universidade, reforça, ou não, a sua realização democrática? Ou seja, essa autonomia garante, aumenta ou é um fator de risco para a democracia? Ou ainda: esta autonomia pode ser exercida de forma não democrática dentro da universidade? Após análise das entrevistas, ficou claro que a autonomia nesta faculdade e, assim como aponta Mancebo (1998), nas universidades em geral, acaba se caracterizando como um fator de risco para a democracia naquele espaço. Os ideais gerencialistas da autonomia (o *fim da cultura pública* que a autora fala) acabam por mitigar o exercício da democracia na universidade, limitando o exercício democrático de participação dos segmentos que a compõem.

REFERÊNCIAS

- ATA da Congregação da UNESP, Faculdade de Ciências e Letras, Campus Araraquara. 20 abr. 2005.
- ATA da Congregação da UNESP, Faculdade de Ciências e Letras, Campus Araraquara. 13 fev. 2006.
- BARROSO, J. O estudo da autonomia da escola: da autonomia decretada à autonomia construída. In: BARROSO, João (org.). **O Estudo da Escola**. Portugal: Porto Editora, 1996.
- BRASIL. **Constituição Federal de 1988**, Emenda Constitucional 14/96.
- _____. **LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 9.394/96.
- BIZELLI, J. L. **As armadilhas do governo local, a tentativa de reforma administrativa e Araraquara**. Tese (do doutorado em Sociologia) Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2002.
- BOBBIO, N. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.
- BORDIGNON, G.; GRACINDO, R.V. Gestão da Educação: O município e a Escola. In: FERREIRA, N.S.C.; AGUIAR, M.A. (orgs.) **Gestão da Educação: Impasses, perspectivas e compromissos**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2001. p.147-176.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. **Crise econômica e reforma do estado no Brasil**: Para uma nova interpretação da América Latina. São Paulo: Editora 34, tradução de Ricardo Ribeiro e Martha Jalkanska, 1996.
- _____. **A reforma do aparelho do estado e a Constituição brasileira** (conferência no seminário sobre a reforma constitucional), 1995.
- CARVALHO, A. **Cultura e Política na Transição para a Democracia**, 1998. Disponível em <http://www.rj.anpuh.org/Anais/1998/autor/Alessandra%20Carvalho.doc> – acesso em outubro de 2008.
- CHAUÍ, M. A. **Universidade Pública sob Nova Perspectiva**. Conferência de abertura na ANPED. Poços de Caldas, MG: 05 de outubro de 2003.
- COSTA, L. C. **O Governo FHC e a Reforma do Estado Brasileiro**. In: Pesquisa & Debate, vol. 11, n. 1, 2000.
- CUNHA, L. A. Autonomia Universitária: Teoria e Prática. In: **Avaliação – revista da rede de avaliação institucional da educação superior (RAIRES)** – V. 10, n. 1, mar. 2005.
- DAL RI, N. M. **Sindicato, autonomia e gestão democrática na universidade**. 1997. 224 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Coleção Leitura. São Paulo: paz e Terra, 1998.

GERALDI, C. M. G. A. Cartilha *Caminho Suave* não morreu: MEC lança sua edição revista e adaptada aos moldes neoliberais. In: ESTEBAN, M. T. (org.) **Avaliação: Uma prática em busca de novos sentidos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

GREGOLIN, M. R. “AD: conceitos e aplicações”. Em: ALFA. **Revista de Linguística** (39): 13-22, SP, EDUNESP, 1995.

GUTIERREZ, G. L. e CATANI, A. M. Participação e Gestão Escolar: Conceitos e Potencialidades In: FERREIRA, N. S. C. (org.). **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios**. São Paulo: Cortez, 1998.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

LESSA, C. Globalização e Crise: alguma esperança? Em **Ciência Hoje**, vol. 27, n. 162, junho 2000.

LÜCK, H. (et al). **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar**; 5ª ed.; Rio de Janeiro; DP&A; 2001.

MANCIBO, D. Autonomia universitária: reformas propostas e resistência cultural. In: **Universidade e Sociedade**. Brasília, v. 8, n. 15, 1998, p. 51-59.

MARTINS, C. E. **O Circuito do Poder**. São Paulo: Entrelinhas, 1994.

MELLO, G. **Social democracia e Educação**. São Paulo: Cortez, 1993.

OLIVEIRA, F. A nova hegemonia da burguesia no Brasil dos anos 90 e os desafios de uma alternativa democrática. In: FRIGOTO, Gaudêncio e CIVIATTA, Maria (Org.) **Teoria e Educação no Labirinto do Capital**. Petrópolis: Editora VOZES, 2001.

OTRANTO, C. R. A autonomia universitária como construção coletiva. **27ª Reunião Anual da Anped**. GT 11, 2004. Disponível em <http://www.anped.org.br/reunioes/27/gt11/t113.pdf> - acesso em maio de 2009.

ORLANDI, E. P. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes, 2001.

PAULA, M. F. A perda da identidade e da autonomia da universidade brasileira no contexto do neoliberalismo. In: Avaliação – **Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior** (RAIRES). Campinas, v.8, n. 4, dez. 2003.

PEDROSO, L. **Democracia, Política e Administração Educacional** – a proposta Montoro (1978-1984). 1991. 432 f. Dissertação (mestrado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.

QUEIROZ, M. I. P. *O Pesquisador, o Problema da Pesquisa, a Escolha das Técnicas: algumas reflexões*. **Coleção Textos** No. 3, CERU, USP, SP, 1992.

RIBEIRO, R. D. P. M. Memória e contemporaneidade: as tecnologias da informação com a construção histórica. **Revista eletrônica de jornalismo científico Com Ciência**. Disponível em <http://www.comciencia.br/reportagens/memoria/13.shtml> - acesso em outubro de 2008.

SANTOS FILHO, J.C. Obstáculos à gestão democrática da escola pública. In : **Revista Educação e Ensino**. Bragança Paulista: USF, v.1, n.01, mar./ago.1996, p. 13-39.

SILVA JUNIOR, J. R. Reformas do Estado e da Educação no Brasil: as ações dos atores em cena e o processo de privatização. In: CATANI, A. M. (org.). **Novas Perspectivas nas Políticas de Educação Superior na América Latina no Limiar do Século XXI**. Campinas: Autores Associados, 1998.

ANEXOS

Anexo A – Ata da Congregação

Ata da ducentésima quinquagésima terceira (253ª) reunião da Congregação da Faculdade de Ciências e Letras do Câmpus de Araraquara - UNESP, realizada em caráter ordinário, no dia vinte de abril de dois mil e cinco, sob a presidência do Professor Doutor Cláudio Benedito Gomide de Souza. Nessa reunião estiveram presentes os Profs. Drs. Paulo Rennes Marçal Ribeiro, Sérgio Azevedo Fonseca, Márcia Teixeira de Souza, Angela Viana Machado Fernandes, Maria Helena Galvão Frem Dias da Silva, Luciana Togeiro de Almeida, Silvana Vieira da Silva Amorim, Fernando Brandão dos Santos, Antonio Donizeti Pires, Silvia Regina Ricco Lucato Sigolo, Leandro Osni Zaniolo, Carlos Roberto Ferrari, Karin Volobuef, Gladis Massini-Cagliari, Marymarcia Guedes, José Vaidergorn, Dalton Geraldo Guaglianoni, os funcionários Bruno Otto Theodoro Rosa, Ivani Cristina Sentomo de Arruda Castro e Kely Cristina Capecci Perone, os discentes Camila Marcondes Massaro, Ettore Dias Medina e Mauro Sala. Justificaram a ausência os Profs. Drs. Claudia Heller, Luiz Gonzaga Marchezan, Enéas Gonçalves de Carvalho. **I - ABERTURA DOS TRABALHOS:** – Verificado o quorum. **II - EXPEDIENTE:** Aprovadas as atas das reuniões de 17/03 (250ª) e 22/03/2005 (251ª). O Prof. Dr. José Vaidergorn solicitou que constasse na presente ata a justificativa por ele apresentada de sua ausência na reunião de 17/03/2005 (250ª). Nas comunicações do Presidente, o Prof. Cláudio Benedito Gomide de Souza informou que os dados levantados para a elaboração do diagnóstico da Faculdade de Ciências e Letras – FCL/CAr passarão por estudo preliminar para posterior discussão pela Congregação e elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional. Solicitou aos Departamentos que ainda não encaminharam o questionário, que o façam o mais breve possível. Informou ainda que a lista eletrônica para discussão sobre a Reforma Universitária e a Inclusão Social já está em funcionamento na FCL/CAr. Com relação ao movimento de ocupação da FCL/CAr pelos alunos, o Senhor Presidente consultou os membros do colegiados se seria incluída na pauta a discussão da matéria, ou se a Congregação se reuniria extraordinariamente para tratar do assunto, tendo sido vencedora a segunda proposta com três abstenções. Na comunicação dos conselheiros fizeram uso da palavra os seguintes membros: docentes - Silvana Vieira da Silva Amorim, Marymarcia Guedes, Maria Helena Galvão Frem Dias da Silva, José Vaidergorn e Sérgio Azevedo Fonseca; discentes: Camila Marcondes Massaro, Mauro Sala e a representante suplente Mariana de Paula, de acordo com o disposto no Artigo 4º, parágrafo único, alínea “b”; técnico-administrativo: Ivani Cristina Sentomo de Arruda Castro, que solicitou que constasse em ata a seguinte manifestação: “O SINTUNESP e as Associações Locais estão se mobilizando para compor o chamado “CHAPÃO”, que concorrerá às eleições para os Órgãos Colegiados Centrais. A Associação dos Servidores do Campus de Araraquara - ASCAr não participou da primeira reunião (alegando não ter recebido a convocação) e também da segunda reunião, ocorrida no dia 18.04.2005. A ASCAr, por meio de sua Diretoria, não consultou a comunidade local sobre apoio ou não do processo. Não participando do processo, será quase que impossível o Campus de Araraquara eleger representante técnico-administrativo para os diversos Órgãos Colegiados Centrais”. Por último, aprovou inclusões na ordem do dia. **ORDEM DO DIA: 1. Contratação de Professores para a área de Espanhol** – Após conhecimento do Of. 024/05-DLM/FCL/CAr, a Congregação manifestou-se favoravelmente à decisão do Conselho do Departamento de Letras Modernas de rejeição de novas contratações de professores substitutos para ministrarem disciplinas da Habilitação em Língua e Literatura Espanhola e Literatura Hispano-Americana, por tratar-se de implantação de nova habilitação do curso de Letras – períodos diurno e noturno, bem como apoiar a solicitação do cumprimento do teor do Despacho 144/03-CEPE/SG, que aprovou a contratação de cinco professores durante a implantação da Habilitação. **2. Desagravo à forma desrespeitosa como alguns alunos se comportaram na reunião extraordinária da Congregação de 04/04/2005.** Após ampla discussão, a Congregação aprovou, com seis votos contrários e uma abstenção, o encaminhamento de um documento ao Reitor da UNESP em

desagravo à forma desrespeitosa como alguns alunos se comportaram na reunião extraordinária da Congregação de 04/04/2005. Considerando que a matéria foi apresentada pelo Departamento de Didática, delegou à respectiva chefia competência para redigir o documento. **GRADUAÇÃO - 03. Alteração do Calendário Escolar de Graduação/2005 – Proc. 604/02/1986-FCL/CAr.** A Congregação aprovou a alteração do Calendário Escolar de Graduação/2005: Matrícula dos Alunos Regulares (Obrigatória). Disciplinas do 2º semestre e em Regime Especial de Recuperação. Para todos os cursos, via internet, de 21 e 22/07 para o período de 21 a 26/07. **04. Alteração do horário de Curso de Graduação – Proc. 548/07/1986-FCL/CAr.** A Congregação aprovou as alterações no horário do *Curso de Ciências Econômicas – 2º ano - 1º semestre – período noturno*: Estatística Econômica e Introdução à Econometria de 3ª feira, das 21h20min às 23h para 3ª feiras, das 19h30min às 21h10min. História Econômica Geral III – 3ª feira, das 19h30min às 21h10min. para 21h20min às 23h. **05. Dilatação de prazo para integralização curricular:** A Congregação manifestou-se favoravelmente ao pedido de dilatação de prazo para integralização curricular do curso de Letras, encaminhado pelo aluno José Conrado Pereira dos Santos Donadio, nos termos do parecer favorável do Conselho de Curso. Proc. 639/98-FCL/CAr. **06. Designação de Comissão de especialistas para emitir parecer sobre revalidação de Diploma de Graduação (referendar).** A Congregação homologou a designação de Comissão de Especialistas para emitir parecer sobre revalidação de Diploma de Graduação da aluna Roberta Índio do Brasil Ferraz Rosenberg – Proc.nº 937/50/1/2005-RUNESP. Membros: Profs. Drs. Renato Perin Colistete, Alexandre Sartoris Neto e Jaylson Jair da Silveira. **07. Curso de Extensão Universitária:** A Congregação referendou as propostas dos seguintes cursos de extensão universitária: **Curso:** “Didattica per l insegnamento dell italiano Proposte”, realizado no período de 04 a 08/04/2005, promovido pelo Departamento de Letras Modernas- FCL/CAr e FCL/Assis, sob a responsabilidade da Profa. Dra. Maria Gloria Cusumano Mazzi e Profa. Leitora Italiana Maria Luisa Vassallo, nos termos do parecer favorável da relatora da CPEU, a Profa. Dra. Sueli Itman Monteiro – Proc.- 438/01/2005 - FCL/CAr. **Curso:** Cultura Espanhola, a ser realizado no período de 07/04 a 25/08/05, às 5as. feiras, 02 turmas; das 14h30min às 16h30min e 20h às 22h, promovido pelo Departamento de Letras Modernas/FCL/CAr e Agência Espanhola de Cooperação Internacional AECI/AREX, sob a responsabilidade das Profas. Dras. Wilma Patrícia M.D.Maas e Silvana Vieira da Silva Amorim e Roberto Pérez Álvares – Leitor Espanhol, nos termos do parecer favorável da relatora da CPEU, Profa. Dra. Cássia Regina C. Sossolote – Proc.- 424/01/2005-FCL/CAr. **Curso:** Língua Espanhola Básica I, a ser realizado no período de 04/04 a 08/08/05, às 2as. feiras, 02 turmas; das 14h30min às 16h30min e 20h às 22h, promovido pelo Departamento de Letras Modernas - FCL/CAr e Agência Espanhola de Cooperação Internacional AECI/AREX, sob a responsabilidade das Profas. Dras. Wilma Patrícia M.D.Maas e Silvana Vieira da Silva Amorim e Roberto Pérez Álvares – Leitor Espanhol, nos termos do parecer favorável do relator da CPEU, Prof. Dr. Mauro Carlos Romanatto – Proc. 425/01/2005 - FCL/CAr. **Curso:** Perspectivas da História da Arte, a ser realizado no período de 28/04 a 07/07/2005, promovido pelo Grupo PET Letras, sob a responsabilidade da Profa. Dra. Edvanda Bonavina da Rosa – Tutora do Grupo PET – Letras, nos termos do parecer favorável da relatora da CPEU, Profa. Dra. Karin Volobuef. – Proc. 444/01/2005-FCL/CAr. **PÓS-GRADUAÇÃO - 08. A Congregação homologou a escolha do coordenador, Prof. Dr. Benedito Rodrigues de Moraes Neto e da vice-coordenadora, Profa. Dra. Luciana Togeiro de Almeida, do Curso de Pós-Graduação em Economia, de acordo com o artigo 41, inciso XI, alínea “d”, do Estatuto da UNESP, com mandato tampão, no período de 11/03/2005 a 31/05/2007. 09. Resultado de Exame Geral de Qualificação (homologação):** A Congregação homologou os seguintes resultados de exame geral de qualificação: *Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar:* Paulo Gomes Lima (D) – Aprovado. *Programa de Pós-*

Graduação em Estudos Literários: Kelcilene Grácia Rodrigues (D) – Aprovada. *Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa*: Gilberto de Oliveira Silva (D) – Aprovado, Iracema Aparecida Wada Papa (D) – Aprovada, Maria Helena de Paula (D) – Aprovada, Simone Abrahão (D) – Aprovada. **10. Homologação de indicação de Banca Examinadora**: A Congregação homologou as seguintes bancas examinadoras: *Programa de Pós-Graduação em Economia*: Ernani Mandarino – mestrado – dissertação intitulada: *Teorias de conta corrente: uma aplicação ao caso do Brasil nos anos noventa*. *Titulares*: 1 - Prof^º Dr^ª Luciana Togeiro de Almeida, 2 - Prof. Dr. José Gabriel Porcile Meireles, 3 - Prof. Dr. Carlos Alberto Cinquetti. *Suplentes*: 1 - Prof. Dr. Elton Eustaquio Casagrande, 2 - Prof. Dr. Rogério Pereira de Andrade. *Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar*: Dimair de Souza França – doutorado – tese intitulada: *A constituição da docência: o que se ensina e o que se aprende sobre o fazer docente na relação entre professoras em exercício e futuras professoras*. *Titulares*: 1 - Prof^º Dr^ª Maria Regina Guarnieri, 2 - Prof^º Dr^ª Emilia Freitas de Lima, 3 - Prof^º Dr^ª Regina Maria Simões Puccinelli Tancredi, 4 - Prof^º Dr^ª Alda Junqueira Marin, 5 - Prof^º Dr^ª Luciana Maria Giovanni. *Suplentes*: 1 - Prof^º Dr^ª Laurizete Ferragut Passos, 2 - Prof^º Dr^ª Ester Senna, 3 - Prof^º Dr^ª Fátima Neves do Amaral Costa. *Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários*: Álvaro Arnaldo Maia Peres – doutorado – tese intitulada: *Literatura novilatina no Brasil colonial – a produção de Emanuel Nunes de Sousa na Academia Brasileira dos Esquecidos*. *Titulares*: 1 - Prof^º Dr^ª Sylvia Helena Telaarolli de Almeida Leite, 2 - Prof. Dr. João Batista Toledo Prado, 3 - Prof. Dr. Carlos Eduardo Mendes de Moraes, 4 - Prof^º Dr^ª Marisa Giannechini Gonçalves de Souza, 5 - Prof^º Dr^ª Vera Lúcia Rodella Abriata. *Suplentes*: 1 - Prof. Dr. Benedito Antunes, 2 - Prof^º Dr^ª Cilaine Alves, 3 - Prof^º Dr^ª Maria Suely Crocci de Souza. *Claudia Ferreira de Paula Borges* – mestrado – dissertação intitulada: *Tem(po)esia: O tempo na poesia lírica*. *Titulares*: 1 - Prof^º Dr^ª Guacira Marcondes Machado Leite, 2 - Prof^º Dr^ª Cilaine Alves Cunha, 3 - Prof^º Dr^ª Alcides Cardoso dos Santos. *Suplentes*: 1 - Prof^º Dr^ª Vânia Maria Resende, 2 - Prof^º Dr^ª Maria das Graças Gomes Villa da Silva. *Elaine Christina Mota* – mestrado – dissertação intitulada: *O legado de Poe nas mãos de Machado*. *Titulares*: 1 - Prof. Dr. Luiz Gonzaga Marchezan, 2 - Prof^º Dr^ª Ana Luiza Silva Camarani, 3 - Prof^º Dr^ª Neiva Ferreira Pinto. *Suplentes*: 1 - Prof^º Dr^ª Karin Volobuef, 2 - Prof. Dr. Paulo Sergio Nolasco dos Santos. *Fabio Lucas Pierini* – mestrado – dissertação intitulada: *Fantástico e alegoria em O homem que odiava a segunda-feira, de Ignácio de Loyola Brandão*. *Titulares*: 1 - Prof^º Dr^ª Ana Luiza Silva Camarani, 2 - Prof^º Dr^ª Tânia Pellegrini, 3 - Prof^º Dr^ª Maria Lúcia Outeiro Fernandes. *Suplentes*: 1 - Prof. Dr. Luiz Gonzaga Marchezan, 2 - Prof^º Dr^ª Maria Dolores Aybar-Ramirez. *Tânia Maria Pantója Pereira* – doutorado – tese intitulada: *O paraíso extraviado: elementos neo-utópicos e distópicos em Pessach, A Travessia, A festa e a terceira margem*. *Titulares*: 1 - Prof^º Dr^ª Maria Célia de Moraes Leonel, 2 - Prof^º Dr^ª Cleusa Rios Pinheiros Passos, 3 - Prof^º Dr^ª Maria Lúcia Outeiro Fernandes, 4 - Prof. Dr. Acmeno Bastos, 5 - Prof. Dr. José Antonio Segatto. *Suplentes*: 1 - Prof^º Dr^ª Maria Dolores Aybar-Ramirez, 2 - Prof^º Dr^ª Sylvia Helena Telaarolli de Almeida Leite, 3 - Prof. Dr. José Alcides Ribeiro. *Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa*: Adriana Franco Petroni – mestrado – dissertação intitulada: *Tópico: da margem ao centro*. *Titulares*: 1 - Prof^º Dr^ª Leticia Marcondes Rezende, 2 - Prof^º Dr^ª Márcia Cristina Romero Lopes, 3 - Prof. Dr. Paulo de Tarso Galambuck. *Suplentes*: 1 - Prof^º Dr^ª Marília Blundi Onofre, 2 - Prof^º Dr^ª Silvia Dinucci Fernandes. *Daniela Angelucci de Amorim* – mestrado – dissertação intitulada: *Reflexões sobre a introdução de referentes textuais em língua portuguesa*. *Titulares*: 1 - Prof^º Dr^ª Maria Helena de Moura Neves, 2 - Prof^º Dr^ª Cláudia Roncaratti, 3 - Prof^º Dr^ª Beatriz Nunes de Oliveira Longo. *Suplentes*: 1 - Prof^º Dr^ª Diana Luz Pessoa de Barros, 2 - Prof. Dr. Antonio Suárez Abreu. *Danielle Christiane da Silva* – mestrado – dissertação intitulada: *Estudo do comportamento sintático-semântico da categoria coesiva de referência comparativa em*

português. Titulares: 1 – Profª Drª Maria Helena de Moura Neves, 2 – Profª Drª Cláudia Roncaratti, 3 – Prof. Dr. Antonio Suárez Abreu. Suplentes: 1 – Profª Drª Diana Luz Pessoa de Barros, 2 – Profª Drª Beatriz Nunes de Oliveira Longo. Eloisa Cerdan Del Lama Barbieri – doutorado – tese intitulada: *Aplicações descritivas da gramática funcional-cognitiva ao espanhol*. Titulares: 1 – Prof. Dr. Antonio Suárez Abreu, 2 – Prof. Dr. Pablo Fernando Gasparini, 3 – Profª Drª Eliana Izabel Scurciatto Fernandes, 4 – Profª Drª Roxana Guadalupe Herrera Álvarez, 5 – Prof. Dr. Sebastião Expedito Ignácio. Suplentes: 1 – Profª Drª Maria Inês Ghilardi Lucena, 2 – Profª Drª Liney de Mello Gonçalves, 3 – Prof. Dr. Arnaldo Cortina. Francisco Paulo da Silva – doutorado – tese intitulada: *Manifestações da ironia crônica política*. Titulares: 1 – Prof. Dr. Antônio Suárez Abreu, 2 – Prof. Dr. Roberto Leiser Baronas, 3 – Profª Drª Vanice Maria de Oliveira Sargentini, 4 – Profª Drª Nádea Regina Gaspar, 5 – Profª Drª Maria do Rosário de Fátima Valencise Gregolin. Suplentes: 1 – Profª Drª Maria Inês Ghilardi Lucena, 2 – Profª Drª Neusa Maria Oliveira Barbosa Bastos, 3 – Profª Drª Renata Maria Facuri Coelho Marchezan. Henrique Junio Felipe – mestrado – dissertação intitulada: *O Ombudsman, o leitor e a leitura da Folha de São Paulo*. Titulares: 1 – Profª Drª Renata Maria Facuri Coelho Marchezan, 2 – Profª Drª Fernanda Mussalim Guimarães Lemos Silveira, 3 – Profª Drª Maria do Rosário de Fátima Valencise Gregolin. Suplentes: 1 – Profª Drª Norma Discini de Campos, 2 – Prof. Dr. Valdir Heitor Barzotto. Julimeire Bergamaschi Paziani – mestrado – dissertação intitulada: *Estudo da marca mas sob a ótica da teoria das operações enunciativas*. Titulares: 1 – Profª Drª Leticia Marcondes Rezende, 2 – Profª Drª Marília Blundi Onofre, 3 – Profª Drª Rosane de Andrade Berlinck. Suplentes: 1 – Profª Drª Márcia Cristina Romero Lopes, 2 – Profª Drª Silvia Dinucci Fernandes. Rosana Gomes Buchala – doutorado – tese intitulada: *A atitude categorial em crianças com distúrbios de linguagem*. Titulares: 1 – Profª Drª Silvia Dinucci Fernandes, 2 – Profª Drª Jeniffer de Cássia Rillo Dutka Souza, 3 – Profª Drª Dionisia Aparecida Cusin Lamônica, 4 – Profª Drª Renata Maria Facuri Coelho Marchezan, 5 – Prof. Dr. Arnaldo Cortina. Suplentes: 1 – Profª Drª Zelita Caldeira Ferreira Guedes, 2 – Prof. Dr. Ademar da Silva, 3 – Prof. Dr. Antonio Suárez Abreu. Programa de Pós-Graduação em Sociologia: Andréa Midori Takai – mestrado – dissertação intitulada: *Antecedentes da globalização: O caso da Fórmula 1*. Titulares: 1 – Prof. Dr. Sérgio Gertel, 2 – Prof. Dr. Luiz Henrique de Toledo, 3 – Profª Drª Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira. Suplentes: 1 – Prof. Dr. André Roberto Martin, 2 – Profª Drª Anita Simis. Caroline Hilário Macedo – mestrado – dissertação intitulada: *Análise da dinâmica do campo pentecostal numa cidade do interior paulista: O caso de Araraquara*. Titulares: 1 – Prof. Dr. Heitor Frúgoli Junior, 2 – Prof. Dr. Ronaldo Rômulo Machado de Almeida, 3 – Prof. Dr. Luiz Henrique de Toledo. Suplentes: 1 – Profª Drª Renata Medeiros Paoliello, 2 – Prof. Dr. Vagner Gonçalves da Silva. Fábio de Souza Leandrin – mestrado – dissertação intitulada: *Dilemas da transição socialista: Um estudo de "Para além do capital" de István Mészáros*. Titulares: 1 – Profª Drª Maria Orlanda Pinassi, 2 – Prof. Dr. Newton Duarte, 3 – Prof. Dr. Idaleto Malvezzi Aued. Suplentes: 1 – Prof. Dr. Adilson Marques Gennari, 2 – Prof. Dr. Jesus Ranicri. Fernanda Cristina Rissardi – mestrado – dissertação intitulada: *A relação da imigração, a urbanização e a industrialização no caso de São Carlos*. Titulares: 1 – Profª Drª Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira, 2 – Prof. Dr. Dagoberto José Fonseca, 3 – Prof. Dr. Mivaldo Messias Ferrari. Suplentes: 1 – Prof. Dr. Mauro Carlos Romanatto, 2 – Prof. Dr. Marco Antonio Pratta. Juliana Geraldi – mestrado – dissertação intitulada: *A produção e o consumo da habitação verticalizada em São Carlos-SP. As especificidades na área central de uma cidade média*. Titulares: 1 – Profª Drª Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira, 2 – Prof. Dr. José Murari Bovo, 3 – Profª Drª Janaína Florinda Ferri Cintrão. Suplentes: 1 – Prof. Dr. Dagoberto José Fonseca, 2 – Profª Drª Margareth Brandini Park. Marcelo Gomes – mestrado – dissertação intitulada: *Processo de trabalho no século XX e pensamento social: Uma crítica à fundamentação teórica e empírica da "superação" da alienação em Adorno*

Proletariado de André Gorz. Titulares: 1 – Prof. Dr. Benedito Rodrigues de Moraes Neto, 2 – Prof. Dr. Iram Jácome Rodrigues, 3 – Profª Drª Maria Orlanda Pinassi. *Suplentes:* 1 – Prof. Dr. Armando Boito Júnior, 2 – Prof. Dr. Jorge Lobo Miglioli. Selma Vieira de Oliveira – mestrado – dissertação intitulada: *Narrativas e identidade: Douradinho um fragmento sul mineiro. Titulares:* 1 – Profª Drª Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira, 2 – Profª Drª Lucila Scavone, 3 – Profª Drª Vera Lúcia Salazar Pessoa. *Suplentes:* 1 – Profª Drª Maria Orlanda Pinassi, 2 – Profª Drª Janaina Florinda Ferri Cintrão. Sérgio Luiz de Souza – mestrado – dissertação intitulada: *(Re)vivências negras: entre batuques, bailados e devoções – práticas culturais e territórios negros em Ribeirão Preto (1910-1950). Titulares:* 1 – Prof. Dr. Dagoberto José Fonseca, 2 – Profª Drª Renata Medeiros Paoliello, 3 – Profª Drª Lúcia Helena Vitalli Rangel. *Suplentes:* 1 – Profª Drª Maria Lúcia Lamounier, 2 – Profª Drª Josildeth Gomes Consorte.

11. Homologação de Título: A Congregação homologou os seguintes títulos: *Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar:* Daniela Gonçalves dos Santos Campos – mestre em 29 de março de 2005 – dissertação intitulada: *A complexa articulação entre concepções pedagógicas e método de ensino: manual didático e imprensa periódica: as estratégias de inovação sobre como ensinar (1940-1960).* Maria do Carmo Squilasse – doutor em 11 de março de 2005 – tese intitulada: *O processo de tomada de decisão na escola: as políticas públicas em educação e as demandas e expectativas da comunidade.* Renata Fabiana Alexandre – mestre em 14 de março de 2005 – dissertação intitulada: *Nas trilhas da profissionalização do magistério pré-escolar.* Silvana Aparecida Bretas – doutor em 10 de março de 2005 – tese intitulada: *A rede municipal de ensino superior do Estado de São Paulo: novas questões sobre velhos problemas. Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários:* Agda Adriana Zanela – mestre em 29 de março de 2005 – dissertação intitulada: *Da memória de Damão à memória maranhense: Os tambores de São Luís como romance de formação histórico.* Eliane Quinelato – mestre em 06 de abril de 2005 – dissertação intitulada: *Investigações sobre a rivalidade nas fábulas gregas.* Jane Kelly de Oliveira – mestre em 18 de março de 2005 – tese intitulada: *A ilusão dramática em Acarnenses, de Aristófanes.* Lileana Mourão Franco de Sá – doutor em 31 de março de 2005 – tese intitulada: *Um manto bakhtiniano cobrindo um gorpo-santo: re(ler) a dramaturgia de José Joaquim de Campos Leão (1829-1883).* Matheus Nogueira Schwartzmann – doutor em 31 de março de 2005 – dissertação intitulada: *Um rei incoerente: o percurso do sujeito sá-carneiriano em Dispersão.* Mauri Cruz Previde – mestre em 06 de abril de 2005 – dissertação intitulada: *Entre ruas e veredas: espaço e os caminhos da cidade e do campo em Les misérables de Victor Hugo.* Norma Domingos – mestre em 18 de março de 2005 – dissertação intitulada: *O universo simbólico em Contes Cruels de Villiers de L'Isle-Adam.* Sônia Aparecida Vido Pascolati – doutor em 22 de março de 2005 – tese intitulada: *Faces de Antígona: leituras e (re)escrituras do mito. Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa:* Assunção Aparecida Laia Cristovão – mestre em 1º de abril de 2005 – dissertação intitulada: *O projeto editorial da Folha de São Paulo sob a perspectiva do Círculo de Bakhtin.* Gislaine Aparecida de Carvalho – mestre em 22 de março de 2005 – dissertação intitulada: *A realização do sujeito na fala do Araguaense.* Maria Zelma Meneses de Santana Matos – mestre em 30 de março de 2005 – dissertação intitulada: *A expressão do objeto direto anafórico nos falares urbanos Itabienses. Programa de Pós-Graduação em Sociologia:* Ângelo Aparecido Sastre – mestre em 29 de março de 2005 – dissertação intitulada: *Os impactos da política neoliberal na Argentina (1989-2002): percepções sobre o papel do FML.* Juliana Geraldí – mestre em 1º de abril de 2005 – dissertação intitulada: *A produção e o consumo da habitação verticalizada em São Carlos-SP. As especificidades na área central de uma cidade média.* Paulo Fernando Del Duca – doutor em 28 de março de 2005 – tese intitulada: *As transformações sócio espaciais em Viradouro, o complexo agro industrial sucro alcooleiro, os bairros periféricos e a habitação.*

12. Suspensão de matrícula: A Congregação aprovou a 2ª suspensão de

matricula, da aluna Ana Beatris Lia Vaccari – 90 dias a partir de 24/03/2005 do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar. **13. Desligamento de aluno:** A Congregação, de acordo com o parecer do Conselho do Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários - Doutorado, manifestou-se favoravelmente ao desligamento do aluno ~~Ulysses~~ Ulysses Rocha Filho, considerando o não cumprimento dos prazos estabelecido pelo Regulamento. **14. Indicação de co-orientação (referendar):** A Congregação referendou a indicação do co-orientador Prof. Dr. Mário Ferreira Presser, do aluno Ernani Mandarino, do Programa de Pós-Graduação em Economia – (M), que tem como orientadora a Profa. Dra. Luciana Togeiro de Almeida. **15. Aproveitamento de créditos:** A Congregação aprovou os aproveitamentos de créditos dos seguintes alunos: *Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar:* Dione Maribel Lissoni Figueiredo – 16 créditos em disciplinas + 12 créditos em atividades programadas de pesquisa, obtidos no mestrado em Educação, Arte e História da Cultura, cursado na Universidade Presbiteriana Mackenzie. *Programa de Pós-Graduação em Sociologia:* Renata Gerlack Delojo Moraes – 16 créditos em disciplinas, 04 créditos em seminário de pesquisa, 04 créditos em grupo temático, 06 créditos em atividades e 06 créditos relativos à elaboração da dissertação, obtidos no mestrado em Direito da Faculdade de Direito “Laudo de Camargo” da Universidade de Ribeirão Preto – UNAERP/Ribeirão Preto/SP. **16. Prorrogação de prazo para realização de pós-doutorado:** A Congregação aprovou a prorrogação de prazo para realização de pós-doutorado de José Adriano Fenerick, junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, por 12 meses, até 30/11/2005, sob a supervisão do Prof. Dr. Raul Fiker (orientador). **17. Curso de Especialização:** A Congregação manifestou-se favoravelmente ao Relatório Final do Curso de Especialização em “Linguística de Texto e Ensino” – 4ª Edição, realizado no período de 08/03/03 a 17/04/04, com a carga horária de 360 horas, nesta Faculdade, sob a coordenação da Profa. Dra. Leticia Marcondes Rezende e vice-coordenação da Profa. Dra. Silvia Dinucci Fernandes, junto aos Departamentos de Didática e Linguística, respectivamente, com a carga horária de 360 horas, nos termos do parecer do relator da Congregação o Prof. Dr. Antônio Donizeti Pires – Proc. 1914/02/1998-FCL/CAR. **DOCENTES - 18. Aplicação do RDIDP:** A Congregação manifestou-se favoravelmente ao pedido de aplicação do RDIDP de Luiz Carlos Cagliari, Professor Adjunto, contratado no regime da CLT e Legislação Complementar, junto ao Departamento de Linguística, nos termos do parecer da Profa. Dra. Sylvia Helena Telarolli de Almeida Leite – Proc. 49/01/2005-FCL/CAR. **19. Mudança de regime de Trabalho:** A Congregação manifestou-se favoravelmente a mudança de regime de trabalho de RTC para RDIDP da Profa. Dra. Maria Ribeiro do Valle, do Departamento de Sociologia, nos termos do parecer do relator, Prof. Dr. José Luis Bizelli – Proc. 2446/01/02 - FCL/CAR. **20. Afastamentos: Solicitações:** A Congregação manifestou-se favoravelmente às solicitações de afastamentos dos seguintes docentes: *Prof. Dr. Álvaro Martim Guedes:* participar de Comissão responsável pelo processo de reformulação do Projeto Pedagógico do Curso de Administração da Faculdade EDUVALE – Avaré/SP, nos dias 05 e 06/05, 02 e 03/06, 07 e 08/07, 04 e 05/08 e 01 e 02/09/05. *Profa. Dra. Maria Cristina Bergonzoni Stefanini:* participar do Congresso Internacional “Educação e Trabalho”, a ser realizado no período de 30/04 a 06/05/2005, na Universidade de Aveiro, em Aveiro – Portugal. *Profa. Dra. Paula Ramos de Oliveira:* apresentar o trabalho intitulado “Filosofia e formação em sociedade administradas”, no Congresso Internacional Educação e Trabalho – Representações Sociais, Competências e Trajetórias Profissionais, a ser realizado no período de 30/04 a 06/05/2005, na Universidade de Aveiro – Portugal. *Profa. Dra. Renata Soares Junqueira:* apresentar trabalho no VIII Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas, a ser realizado no período de 16 a 24/07/2005, na Universidade de Santiago de Compostela - Espanha. *Profa. Dra. Roseli Aparecida Parizzi:* participar, com apresentação de trabalho, do Congresso Internacional “Educação e Trabalho”: Representações Sociais, Competências e Trajetórias Profissionais, a ser realizado no período de 29/04/2005 a

15/05/2005, visitas a locais que desenvolvem experiências educacionais com alunos com necessidades Educacionais Especiais; visitar a Biblioteca da Universidade de Aveiro e a Biblioteca Nacional de Lisboa para efetuar levantamento bibliográfico para estudos na área de Educação Especial. – Portugal. **Relatórios:** A Congregação manifestou-se favoravelmente ao relatório de afastamento da Profa. Dra. Ana Cláudia Niedhardt Capella: realizou redação de tese de doutorado e recebeu orientação no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFSCAr, no período de 12/07 a 06/09/2004, às 2as. feiras e de 17/09 a 17/12/04, às 6as. feiras, em São Carlos – SP. **21. Relatório de Regime de Trabalho:** A Congregação aprovou o relatório de regime de trabalho da Profa. Dra. Maria Orlanda Pinassi: Relatórios Anuais de Atividades (01/01 a 31/12/2002), (01/01 a 31/12/2003), (01/01 a 31/12/2004), Análise Sucinta de Atividades Desenvolvidas (2002/2004) e Proposta de Atividades Docentes (2005/2007), nos termos do parecer da relatora a Profa. Dra. Márcia Teixeira de Souza – Proc. nº 2051/3/00-FCL/CAr. **CONCURSOS - 22. Obtenção de Título de Livre-Docente:** A Congregação aprovou a solicitação de abertura e programa de concurso para obtenção de título de livre-docente, no conjunto de disciplinas: “Didática I e II”, junto ao Departamento de Didática, nos termos do parecer favorável da relatora da Comissão Permanente de Ensino, a Profa. Dra. Vera Teresa Valdemarin – Proc. 351/01/2005 – FCL/CAr. **Aprovação de inscrição e indicação de banca examinadora:** A Congregação aprovou também, a inscrição da candidata Profa. Dra. Gladis Massini-Cagliari, ao concurso público para obtenção de título de Livre-Docente na disciplina “Modelos de Análise Fonológica”, junto ao Departamento de Linguística, bem como a seguinte Banca Examinadora : **Titulares:** 1 – Prof. Dr. Antônio Suárez Abreu, 2 – Profa. Dra. Beatriz Nunes de Oliveira Longo, 3 – Profa. Dra. Ester Miriam Scarpa, 4 – Profa. Dra. Marilza de Oliveira, 5 – Profa. Dra. Ângela Tonelli Vaz Leão. **Suplentes:** 1 – Profa. Dra. Maria Antonieta Amarante de M. Cohen, 2 – Profa. Dra. Maria Helena de Moura Neves – Proc. 2019/01/03-FCL/CAr. **23. Provimento de Cargo de Professor Titular: Homologação de resultado final:** A Congregação homologou o resultado do Concurso Público de Títulos e Provas para Provimento de um Cargo de Professor Titular, em RDIDP, na disciplina “A argumentação e seu projeto”, junto ao Departamento de Linguística, no qual foi aprovado o candidato único Antônio Suárez Abreu, com média final 9,00. – Proc. 973/01/04-FCL/CAr. **24. Contratação de Professor Substituto: Homologação de resultado final:** A Congregação referendou o resultado final do Concurso Público para contratação de um Professor Substituto, nas disciplinas “Antropologia III” e “Antropologia Brasileira”, junto ao Departamento de Antropologia, Política e Filosofia, no qual foram aprovados e classificados os candidatos na seguinte ordem: 1º) Renata Medeiros Paoliello - 8,50 pontos; 2º) Adriana Capuano de Oliveira – 7,50 pontos; 3º) Grazielle Acçolini – 5,95 pontos e 4º) Murilo José D’Almeida Machado – 5,70 pontos. – Proc. 841/04/02-FCL/CAr. A Congregação homologou os resultados finais dos seguintes Concursos Públicos: para contratação de um Professor Substituto, nas disciplinas “Filosofia I e III”, junto ao Departamento de Antropologia, Política e Filosofia, no qual foi aprovado o candidato único inscrito Márcio Danelon, classificado com 7,00 pontos. – Proc. 841/04/02-FCL/CAr; para contratação de um Professor Substituto, nas disciplinas “Economia do Setor Público” e “Economia Brasileira Contemporânea”, junto ao Departamento de Economia, no qual foi aprovado o candidato único inscrito Ernani Mandarin, classificado com 8,14 pontos. – Proc. 1328/01/04 - FCL/CAr. **DIVERSOS - 25. Execução Orçamentária da 1ª quota de 2005.** A Congregação aprovou, com quatro votos contrários, a execução orçamentária da 1ª quota de 2005. **26. Concessão de bolsa – Programa Bolsa Didática:** A Congregação referendou o pedido de edido de concessão de uma bolsa do Programa Bolsa Didática, para ministrar a disciplina “Teoria da Literatura III”, períodos diurno e noturno, do Departamento de Literatura em substituição a Profa. Dra. Maria de Lourdes Ortiz Gandini Baldan. **27. Convênio** – A Congregação manifestou-se favoravelmente aos Termos Aditivos ao Convênio

51 de Cooperação Acadêmica entre a UNESP, o Instituto EMBAER de Educação e Pesquisa e a
52 a Prefeitura Municipal de Gavião Peixoto, com interveniência da FUNDUNESP/FACTE e a
53 FCL/CAR., nos termos do parecer favorável da relatora da Comissão de Ensino, Profa. Dra
54 Fátima Neves do Amaral Costa - Proc. 661/01/2004-FCL/CAR. A Congregação manifestou-se
55 favoravelmente, também, ao seguintes temos de acordo de cooperação: UNESP-FCL/CAR e a
56 Tecumseh do Brasil Ltda - Proc-352/01/2005 - FCL/CAR. Relator: Comissão de Estágio.
57 UNESP-FCL/CAR e a IESA Projetos Equipamentos e Montagens S/A - Proc - 427/01/2005 -
58 FCL/CAR. Relator: Comissão de Estágio. UNESP-FCL/CAR e a Gerdau Açominas S/A -
59 Proc - 431/01/2005 - FCL/CAR. Relator: Comissão de Estágio. UNESP-FCL/CAR e a Câmara
60 de Comércio e Indústria Brasil - Alemanha - Proc - 461/01/2005 - FCL/CAR. Relator:
61 Comissão de Estágio. 28. **Doações de bens - FAPESP:** A Congregação aprovou a
62 incorporação ao patrimônio da FCL/CAR de 01 Desknote A 900; 01 Drive de disquete para
63 Desknote; 01 Impressora a laser colorida com cabo USB; 01 Estabilizador; 01 Retroprojeto.
64 Outorgada: Profa. Dra. Cilene Ribeiro de Sá Leite Chakur - Proc. 471/01/2005 - FCL/CAR.
65 29. **Doações de Bens Patrimoniais:** A Congregação aprovou a incorporação aos bens
66 patrimoniais de 15 cadeiras universitárias, assento/encosto reta J.Serrano de cor verde com
67 prancheta fixa marca Fort Line com estrutura L duplo marca C.S. Polt; 01 ventilador de
68 coluna marca Britânia cor branco 40 cm. Doador por: Rosimar Aparecida Moreira - Proc.
69 478/01/05-FCL/CAR e 02 persianas vertical em tecido sintético 90 mm na cor preta. Doador
70 por: Rosimar Aparecida Moreira - Proc. 688/05-FCL/CAR. 30. **Doação de bens -**
71 **FUNDUNESP:** A Congregação aprovou também, a incorporação ao patrimônio da
72 FCL/CAR, 01 Notebook Apple-Ibook 64/1GHZ/30GB/Combo 12" (M9426LZ/A). Proc.
73 437/05-FCL/CAR. 31. **Solicitação de autorização para instalação de um Posto Eletrônico**
74 **de Atendimento do Banco Nossa Caixa S.A. -** Ofício 007/2005. A Congregação autorizou,
75 com 04 abstenções, a instalação de um Posto Eletrônico de Atendimento do Banco Nossa
76 Caixa S.A. 32. **Constituição da Comissão de Segurança do Campus.** A Faculdade de
77 Ciências Farmacêuticas - FCF/CAR encaminhou proposta de uma comissão conjunta com a
78 FCL para tratar da segurança do Campus. Da parte da FCF foram indicados 06 membros, de
79 forma não paritária. A Congregação deliberou que a FCL integrará a Comissão com seis
80 membros, sendo dois docente, dois técnico-administrativos e dois discentes. 33. **Sala de**
81 **convivência (café) - alunos e docentes/funcionários.** Discutidos alguns aspectos, porém a
82 discussão foi adiada, dado o adiantado da hora. 34. **Concurso para Preenchimento de**
83 **Função de Professor Assistente:** A Congregação aprovou a alteração do Programa do
84 Concurso para Preenchimento de 01 função de Professor Assistente, em RDIDP, no regime
85 jurídico da CLT, no conjunto de disciplinas "Introdução à Contabilidade", "Contabilidade
86 Pública", "Administração Financeira e Orçamentária Pública" e "Finanças Públicas", junto ao
87 Departamento de Administração Pública. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente
88 deu por encerrada a reunião, sendo lavrada a presente ata por mim, Vânia Antonioli,
89 Supervisor da Seção Técnica Acadêmica-Substituta, *Vânia Antonioli*, a qual, depois de
90 lida e aprovada, será assinada pela Presidência e demais membros presentes.

Ata da ducentésima sexagésima sexta (266ª) reunião da Congregação da Faculdade de Ciências e Letras do Campus de Araraquara – UNESP – FCL/CAR, realizada em caráter ordinário, no dia treze de fevereiro de dois mil e seis, sob a presidência do Professor Doutor Cláudio Benedito Gomide de Souza. Estiveram presentes os Profs. Jorge David Barrientos Parra, representando o Chefe do Departamento de Administração Pública, José Luis Bizelli, Ângela Viana Machado Fernandes, Marilda da Silva, Elton Eustáquio Casagrande, Luiz Antonio Amaral, Rosane de Andrade Berlinck, representando a Chefe do Departamento de Linguística, Maria de Lourdes Ortiz Gandini Baldan, Newton Duarte, José Antonio Segatto, Leandro Osni Zaniolo, Maria Júlia Canazza Dall'Acqua, Ângelo Del Vecchio, Gladis Massini-Cagliari, José Vaidergorn, Dalton Geraldo Guaglianoni e Ricardo Ribeiro, os discentes Douglas Felício Silva de Oliveira, Maurício Foganholo e Luciana Aparecida dos Santos. Justificaram a ausência a Profa. Dra. Luci Regina Muzzeti e a servidora técnico-administrativa Selma Regina Andriati Bianchi. Estiveram presentes os Diretores Técnico-Administrativo, Técnico-Acadêmico, do Serviço Técnico de Informática, do Serviço de Biblioteca e Documentação e de Serviços Gerais da FCL. Presentes, ainda, o Prof. Dr. Milton Lahuerta e por convite da Direção da FCL/CAR, a Profa. Dra. Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira como Presidente da Comissão de Recepção dos Calouros/2006 e a servidora técnico-administrativa inativa Srª Mara Landgraf Colucci. **I - ABERTURA DOS TRABALHOS:** – Verificado o quorum, deu-se início à reunião. **II - EXPEDIENTE:** A) Aprovada a ata da reunião de 13/12/2005 (265ª), com a seguinte manifestação da Professora Doutora Gladis Massini-Cagliari que, a pedido, passamos a registrar: com relação ao item 11, solicita o registro de sua contrariedade com relação à aprovação das Normas para Realização de Eventos Acadêmicos, Científicos e Culturais nesta FCL, dado o fato de que as normas comprometem a organização de eventos pelos Programas de Pós-Graduação da Unidade, pois exige que mesmo palestras e seminários pequenos sejam registrados em períodos específicos no ano, com pelo menos cinco meses de antecedência da sua realização, o que impede convites a docentes do exterior ou de universidades do Brasil que estejam visitando outras universidades paulistas para virem aos nossos Programas - o que, quando possível, alavanca a avaliação institucional dos nossos Programas no quesito intercâmbio. Em decorrência, a presidência indicou encaminhamentos para revisão do texto. B) Comunicações da Presidência: O Senhor Presidente cumprimentou os novos membros do Colegiado, Chefes de Departamentos eleitos. Comunicou a aposentadoria da servidora Mara Landgraf Colucci, ocorrida em 01/02/2006, e registrou agradecimentos pelo trabalho prestado à FCL/CAR. Outros membros do Colegiado também destacaram a contribuição da servidora no processo de crescimento e desenvolvimento da Biblioteca. Na sequência, informou que a servidora Ana Cristina Jorge foi designada para responder pela Diretoria do Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação. Apresentou a Profa. Dra. Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira como Presidente da Comissão de Recepção dos Calouros/2006, passando-lhe a palavra para informar sobre a programação das atividades. Comunicou que o Centro Acadêmico Armando de Salles Oliveira – CAASO da USP – São Carlos, tendo em vista o incidente envolvendo o Prof. Dr. Felipe Luiz Gomes e Silva naquele Campus, enviou documento informando que providências foram tomadas para melhorar a segurança em eventos. Informou que o Foro Latinoamericano para la Seguridad Urbana y la Democracia, realizado em novembro de 2005 na cidade de Bogotá-Colômbia, reconheceu como sendo de valor universal o projeto de extensão UPA – Unidade de Produção de Absorventes, coordenado pelos Professores Doutores Augusto Caccia Bava Júnior, Sérgio Azevedo Fonseca e os estudantes Lucas Leonardo Menezes Della Testa e Vanessa de Santis Moço, graduandos do curso de Administração Pública da FCL/CAR e da Empresa Paulista Júnior – Projetos & Consultoria e co-autores do projeto. Informou, ainda, que o mesmo projeto foi apresentado no 3º

Congresso de Extensão Universitária da UNESP, tendo recebido o segundo prêmio por seu mérito e relevância social. Também registrou cumprimentos à coordenação do Projeto e demais envolvidos. Comunicou que o Prof. Dr. Marcos Macari, na qualidade de Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Estaduais de São Paulo – CRUESP, enviou documento ao Governador Geraldo Alckmin, solicitando que estude a possibilidade de retirar o caráter de urgência na tramitação do projeto de lei complementar nº 30/2005, que dispõe sobre a criação da São Paulo Previdência – SPPREV, junto à Assembléia Legislativa. Comunicou que, de acordo com o processo licitatório para a contratação de serviços reprográficos na FCL/CAR, o valor da cópia passou para R\$ 0,07 e que a Direção está procurando equipar os Departamentos e a Administração com impressoras multi-funcionais. C. Comunicações dos Conselheiros: Fizeram uso da palavra os Professores Doutores Milton Lahuerta, Ângela Viana Machado Fernandes e José Vaidergorn, que solicitou que constasse em ata a publicação do livro intitulado *Critical Perspectives on Activity: Explorations Across Education, Work and everyday Life*, Editora da Universidade de Cambridge, que tem como um de seus organizadores o Prof. Dr. Newton Duarte, docente da FCL/CAR, integrante do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar, registrando ainda seus cumprimentos ao Professor. **III. ORDEM DO DIA:** O item 25 foi retirado da pauta para que retorne com parecer de relator. Foram incluídos os itens: **27.** Convênio de Cooperação Acadêmica entre a UNESP e a Lulea University of Technology-Suécia; **29.** Pedido de reposição de uma função autárquica de Auxiliar de Serviços Gerais; **30.** Regulamentação de atividades nas dependências da FCL/CAR. **31.** Manifestação sobre o recurso referente à penalidade de desligamento da UNESP aplicada a alunos (matéria e pauta da reunião do C. O. de 16/02/06); **32.** Indicação de representante da FCL/CAR para participar do Grupo de Trabalho sobre Acesso, que apoiará a formulação do Plano Diretor para o Desenvolvimento do Ensino Superior Público do Estado de São Paulo, em substituição ao Prof. Dr. Ângelo Del Vecchio. Os assuntos da pauta foram aprovados em bloco, sem prejuízo dos destaques, tendo sido destacados os itens 01, 02, 05, 19, 20, 26, 27, 30, 31, 32. Foi aprovada a inversão de pauta para apreciação preliminar dos itens **30 e 31.** **30. Regulamentação de atividades nas dependências da FCL/CAR.** Tendo em vista incidentes ocorridos na FCL/CAR, envolvendo alunos e pessoas estranhas à comunidade acadêmica, bem como o bom andamento dos trabalhos na Unidade, a Congregação, após amplo debate entre seus membros, deliberou regulamentar as atividades nas dependências da FCL nos seguintes termos: “ART 1º - As dependências desta Faculdade são consideradas área pública de circulação restrita de acordo com normas estabelecidas por sua Congregação. ART 2º - Ficam expressamente proibidos o ingresso e a permanência de qualquer pessoa nas dependências desta Faculdade para realizar ações político-partidárias ou quaisquer atos que interfiram no bom andamento das atividades acadêmicas. ART 3º - Está proibida, nas dependências desta Faculdade, a realização sem autorização prévia da Diretoria das seguintes atividades: I - afixação de cartazes, distribuição de panfletos, material publicitário e quaisquer outros impressos; II - fazer discursos por megafone, aparelho de som ou de viva-voz; III - fazer filmagens ou tirar fotografias de membros da comunidade universitária. ART 4º - Fica o Setor de Zeladoria encarregado da observância do disposto nos artigos anteriores, podendo solicitar, se necessário, ajuda policial para seu cumprimento. ART 5º - Esta Portaria entra em vigência nesta data, revogadas as disposições em contrário”. Na discussão desse item, o Colegiado admitiu a participação de alunos da FCL, oportunidade em que o Presidente identificou uma pessoa sem nenhum vínculo com a Unesp. Essa pessoa, um jovem do sexo masculino, exibia em sua roupa “botons” que identificavam o “Partido da Causa Operária”. Convidado a se retirar pela Presidência, alegou ter direitos de permanência por ser ele um cidadão pagador de impostos como todos e sugeriu que sua saída se desse por força policial.

Imediatamente, a Congregação indicou o cumprimento da lei, tendo sido acionado o Setor de Zeladoria para os devidos encaminhamentos. Por último, a Congregação, ciente de que outras providências estão sendo encaminhadas via Procuradoria Jurídica da Universidade com o intuito de impedir que as atitudes relatadas e presenciadas durante a reunião se repitam no interior da FCL, recomendou ao Presidente, na condição de Diretor, aplicação dos instrumentos legais competentes para assegurar a tranquilidade no convívio da comunidade, independentemente da manifestação da Congregação.

31. Manifestação sobre o recurso referente à penalidade de desligamento da UNESP aplicada a alunos (matéria e pauta da reunião do C. O. de 16/02/06). Após esclarecimentos prestados pelo Senhor Presidente, a Congregação manifestou-se, com três votos contrários, pela manutenção da penalidade de desligamento da UNESP, aplicada a alunos do Campus de Franca.

GRADUAÇÃO - 01. Providências para Adequação das Estruturas dos Cursos de Graduação em Ciências Sociais e Letras às Diretrizes Curriculares Nacionais, considerando a obrigatoriedade de adaptações dos alunos a partir de 2006: Tendo em vista o descumprimento do prazo de 31/01/2006, além de outros dois anteriormente estabelecidos pela Congregação, para o encaminhamento da documentação existente no âmbito dos Conselhos de Cursos de Ciências Sociais e Letras, relativa às respectivas propostas de reestruturação curricular, em atendimento à legislação de âmbito federal, deliberou que os Coordenadores dos respectivos Conselhos deverão ser convocados pelo Diretor, com a finalidade de justificar e encaminhar cronograma definitivo para apresentação da documentação necessária a fim de não comprometer a obrigatória adaptação dos ingressantes de 2006.

02. Alteração dos horários dos Cursos de Ciências Econômicas e Ciências Sociais: A Congregação aprovou a inclusão das disciplinas: “Elementos Avançados de Contabilidade” – 1º semestre – diurno às 4ªs feiras das 16h00 às 17h40 e às 5ªs feiras das 14h00 às 15h40 e “Tópicos Especiais em Finanças Públicas: controle social do gasto público” – 2º semestre – noturno às 4ªs feiras das 19h30 às 21h10 e às 5ªs feiras das 21h20 às 23h00 nos horários dos cursos de Ciências Econômicas e Ciências Sociais. Proc. 548/07/86-FCL/CAR.

03. Dilatação de prazo para integralização curricular: A Congregação manifestou-se favoravelmente ao pedido de dilatação de prazo para integralização curricular da aluna Vera Lúcia da Silva Januário Lemos – 2ª vez – 01 ano, nos termos do parecer favorável do Conselho de Curso de Letras – Proc. 511/01/1999-FCL/CAR; aprovou o pedido do aluno Daniel Tadeu do Amaral – 01 ano, nos termos do parecer favorável do Conselho de Curso de Ciências Econômicas – Proc. 553/99-FCL/CAR.

04. Ofício Circular 01/06-RUNESP – Vagas para Vestibular/2007: A Congregação aprovou as seguintes vagas para o Concurso Vestibular de 2007: Curso de Administração Pública – 50 vagas (D) e 50 vagas (N); Curso de Ciências Econômicas – 50 vagas (D) e 50 vagas (N); Curso de Ciências Sociais – 50 vagas (D) e 50 vagas (N); Curso de Letras – 60 vagas (D) e 60 vagas (N); Curso de Pedagogia – 50 vagas (D) e 50 vagas (N).

05. Renovação de matrícula fora de prazo pela 2ª vez: A Congregação aprovou o pedido da aluna Júlia Pinheiro Rizzi- Curso de Administração Pública/diurno, para efetuar sua renovação de matrícula fora do prazo para 2006, nos termos do parecer favorável do respectivo Conselho de Curso – Proc. 1122/01/2004-FCL/CAR.

06. Curso de Extensão Universitária: A Congregação aprovou os relatórios finais dos seguintes cursos de extensão: “*Relação consciente com a voz: expressividade em sala de aula*”, realizado no período de 24/09 a 22/10/2005, promovido pelo CENPE - Centro de Pesquisas da Infância e da Adolescência “Dante Moreira Leite”, sob a responsabilidade do Prof. Dr. Leandro Osni Zaniolo, nos termos do parecer favorável da relatora da CPEU, Profa. Dra. Cássia Regina Coutinho Sossolote – Proc. 2023/01/2005-FCL/CAR; “*Os direitos da criança e do adolescente e as bases institucionais de sua garantia*”, realizado no período de 13 a 20/10/2005, promovido pelo Departamento de Sociologia, sob a

responsabilidade do Prof. Dr. José dos Reis Santos Filho, nos termos do parecer favorável da relatora da CPEU, Profa. Dra. Luci Pastor Manzoli – Proc. 2229/01/2005-FCL/CAr. “*Elaboração e Gestão de Projetos*”, realizado no período de 13 a 20/10/2005, promovido pelo Departamento de Sociologia, sob a responsabilidade do Prof. Dr. José dos Reis Santos Filho, nos termos do parecer favorável do relator da CPEU, Prof. Dr. Sérgio Azevedo Fonseca – Proc. 2230/01/2005-FCL/CAr. **07. A Congregação referendou o resultado da eleição para representantes docentes, coordenador e vice-coordenador do Conselho de Curso de Graduação em Pedagogia, para o mandato de 17/12/2005 a 16/12/2007. PÓS-GRADUAÇÃO - 08. Rol de disciplinas para o 1º semestre de 2006:** A Congregação referendou o rol de disciplinas para o 1º semestre de 2006, dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia e Economia. **09. Resultado dos processos seletivos dos Programas de Pós-Graduação em Educação Escolar, Economia, Estudos Literários, Lingüística e Língua Portuguesa e Sociologia.** A Congregação referendou a homologação do resultado final do processo seletivo dos Programas de Pós-Graduação em Educação, Economia, Estudos Literários, Lingüística e Língua Portuguesa e Sociologia. **10. Homologação de Título:** A Congregação homologou os seguintes títulos: *Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar:* Kiria Karine Lins Martins Ribeiro – mestre em 15 de dezembro de 2005 – dissertação intitulada: *Referências significativas na trajetória pré-profissional dos professores: o que revelam as teses e dissertações.* Nilza Cristina Gomes de Araújo – mestre em 23 de janeiro de 2006 – dissertação intitulada: *O trabalho docente em classes multisseriadas face à proposta pedagógica da escola ativa para o meio rural em Mato Grosso.* Sergio Cesar da Fonseca – doutor em 25 de janeiro de 2006 – tese intitulada: *Da organicidade à rachadura: a interlocução de Paulo Freire com Anísio Teixeira (1959-1969).* *Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários:* Aparecido Donizete Rossi – mestre em 12 de janeiro de 2006 – dissertação intitulada: *A desarticulação do universo patriarcal em The Awakening, de Kate Chopin.* Maria Célia de Souza Guilhen Mazote – doutor em 17 de janeiro de 2006 – tese intitulada: *O mito em Senhora dos Afogados: intertextualidade e efeitos de sentidos.* *Programa de Pós-Graduação em Lingüística e Língua Portuguesa:* Adriana Sertori Sandrin – mestre em 26 de janeiro de 2006 – dissertação intitulada: *O papel da anáfora na construção dos textos latinos.* Fernando Moreno da Silva – mestre em 09 de janeiro de 2006 – dissertação intitulada: *Vou-me embora pra livreria, pois lá tenho alegria: uma leitura das crônicas mais vendidas de Luis Fernando Veríssimo.* Maria de Lourdes Faria dos Santos Paniago – doutor em 15 de dezembro de 2005 – tese intitulada: *Práticas discursivas de subjetivação em contexto escolar.* Patricia Pupin Mandrá – doutor em 20 de dezembro de 2005 – tese intitulada: *Condutas argumentativas em crianças com retardo de aquisição de linguagem.* *Programa de Pós-Graduação em Sociologia:* Elias Canuto Brandão – doutor em 19 de dezembro de 2005 – tese de doutorado intitulada: *Limites, desafios e avanços da participação popular no orçamento participativo.* **11. Credenciamento de docente:** A Congregação manifestou-se favoravelmente ao credenciamento dos seguintes docentes no Programa de Pós-Graduação em Sociologia: Profa. Dra. Maria Ribeiro do Valle e Prof. Dr. Antonio Sérgio Araújo Fernandes, como orientadores e responsáveis por disciplina, no curso de Mestrado. **12. Curso de Especialização:** A Congregação manifestou-se favoravelmente ao Relatório Final do Curso de Especialização em “Governo e Poder Legislativo” – 1ª Edição, realizado no período de 09/02/2004 a 30/07/2005, com carga horária de 420 horas, no Instituto do Legislativo Paulista, sede da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, sob a coordenação do Prof. Dr. Marco Aurélio Nogueira de Oliveira e Silva, junto ao Departamento de Antropologia, Política e Filosofia, nos termos do parecer do relator da Congregação o Prof. Dr. Sérgio Azevedo Fonseca – Proc. 1846/01/2003-FCL/CAr. **Cancelamento:** A Congregação referendou a solicitação de cancelamento do Curso de

Especialização em Sexualidade Humana e Educação Sexual – 1ª Edição, coordenado pelo Prof. Dr. Paulo Rennes Marçal Ribeiro. (Of. 31/06-D-FCL/CAr).

DOCENTES – 13. Afastamentos:

Relatórios: A Congregação aprovou os seguintes relatórios de afastamentos: *Prof. Dr. Antônio Sérgio Araújo Fernandes:* apresentou o trabalho “Gestão municipal e participação municipal no Brasil: dialogando entre teoria e fatos” no painel “Descentralização e democratização: concepções e experiências recentes de participação no Brasil”, no período de 18 a 22/10/05, no X Congresso da CLAD, em Santiago – Chile. *Prof. Dr. Augusto Caccia Bava Junior:* participou do Foro Latinoamericano para la Seguridad Urbana y la Democracia, no período de 16 a 20/11/2005, em Bogotá – Colômbia. *Prof. Dr. José dos Reis Santos Filho:* participou da Operação Acre 2005 do Projeto Rondon, no período de 07 a 24/10/2005, em Jordão – Acre. *Profa. Dra. Karina Lilia Pasquariello Mariano:* apresentou o trabalho “Governos subnacionais e integração regional: considerações teóricas” no painel “A inserção internacional das cidades enquanto estratégia de fortalecimento da capacidade de gestão dos governos locais”, no período de 18 a 22/10/2005, no X Congresso da CLAD, em Santiago – Chile. *Profa. Dra. Wilma Patrícia Marzari Dinardo Maas:* contato com o Prof. Nicholas Saul, com vistas a desenvolvimento de pós-doutorado, na Universidade de Durham – Inglaterra e fez pesquisa bibliográfica sobre a obra de Friedrich e August Wilhelm Schlegel e Novalis, na Bibliothèque Nationale de Paris, no período de 09 a 22/10/05, em Paris-França.

14. Aplicação do RDIDP: A Congregação manifestou-se favoravelmente ao pedido de aplicação do RDIDP de Karina Lilia Pasquariello Mariano, Professor Assistente Doutor, contratado no regime da CLT e Legislação Complementar, em 40 horas semanais de trabalho, junto ao Departamento de Antropologia, Política e Filosofia, nos termos do parecer do Prof. Dr. Sérgio Azevedo Fonseca – Proc. 164/01/04-FCL/CAr.

CONCURSOS – 15. Preenchimento de Função de Professor Assistente:

Aprovação de inscrição e indicação de banca examinadora: A Congregação referendou as inscrições e a indicação de banca examinadora do concurso público para preenchimento de função de professor assistente no conjunto de disciplinas “Língua Espanhola I, II, III, IV e V, junto ao Departamento de Letras Modernas. **Inscritos:** Eva Ucy Miranda Sá Soto, Eloisa Cerdan Del Lama Barbieri, Maria Dolores Aybar Ramirez, Graciela Alicia Foglia, Sofia Elaine Cerni Baú Ortega Galvez, Sonia Inez Gonçalves Fernandez, Kelly Cristiane Henschel Pobbe de Carvalho, John Joseph Lyons e Ivani Cristina Silva Fernandes. **Banca Examinadora: Titulares:** 1 – Profa. Dra. Ramira Maria Siqueira da Silva Pires, 2 – Profa. Dra. Éster Myriam Rojas Osório, 3 – Profa. Dra. Rosa Maria da Silva. **Suplentes:** 1 – Profa. Dra. Karin Volobuef, 2 – Profa. Dra. Maria de Lourdes Otero Brabo Cruz. – Proc. 1310/01/2004-FCL/CAr.

16. Provimento de Cargo de Professor Assistente: Homologação de Resultado Final: A Congregação referendou o resultado do concurso público de títulos e provas para provimento de um cargo de Professor Assistente, em RDIDP, na disciplina “Sócio-Antropologia, Cultura e Escola”, junto ao Departamento de Ciências da Educação, no qual foi classificado em 1º lugar o candidato Denis Domenegueti Badia com a média final 10,00. Os candidatos Marco Antonio Arantes e Sérgio Vinicius de Lima Grande não foram aprovados por terem obtido média final 4,25 e 5,50, respectivamente e os candidatos Alcides Fernando Gussi, Claudete de Sousa Nogueira, Rodrigo Ruiz Sanches e Vitor Machado não compareceram às provas. – Proc. 1858/01/2004-FCL/CAr. A Congregação referendou, também, o resultado do concurso público de títulos para provimento de um cargo de Professor Assistente, em RDIDP, no conjunto de disciplinas “Literatura Norte Americana I a III”, junto ao Departamento de Letras Modernas, no qual foi aprovado o candidato Alcides Cardoso dos Santos com a média final 9,75. O candidato Ivan Marcos Ribeiro não compareceu às provas. – Proc. 439/01/2005-FCL/CAr.

17. Obtenção de Título de Livre-Docente: A Congregação aprovou a solicitação de abertura e programa de

concurso público para obtenção de título de livre-docente em Sexologia e Educação Sexual, na disciplina "Sexologia e Educação Sexual", junto ao Departamento de Psicologia da Educação, nos termos do parecer da relatora da Comissão Permanente de Ensino: Profa. Dra. Sônia Maria Duarte Grego (parecer favorável) – Proc. 2527/01/05-FCL/CAR. **18. Contratação de Professor Substituto:** A Congregação referendou as indicações das Comissões Especiais para realização dos seguintes concursos públicos: para contratação de um Professor Substituto, sob o regime jurídico da CLT, em 12 horas semanais, na referência MS-3, titulação mínima de doutor, nas disciplinas "Introdução às Ciências Sociais (Ciências Econômicas) - D e N-1º semestre; Filosofia III (Ciências Sociais) - D-2º semestre, e Tópicos Especiais de Epistemologia; Filosofia da Ciências Sociais-D- 2º semestre, junto ao Departamento de Antropologia, Política e Filosofia. *Comissão Especial:* 1 - Prof. Dr. Raul Fiker, 2 – Profa. Dra. Maria Valdez de Colletes Negreiros, 3 - Prof. Dr. José Castilho Marques Neto - Proc. 841/05/2002-FCL/CAR. Concurso público para contratação de um Professor Substituto, sob o regime jurídico da CLT, em 12 horas semanais, na referência MS-2, titulação mínima de mestre, nas disciplinas "Pensamento Político no Brasil (Ciências Sociais) e "Política e Cultura" (Ciências Sociais-D), no 1º semestre, junto ao Departamento de Antropologia, Política e Filosofia. *Comissão Especial:* 1 - Profa. Dra. Márcia Teixeira de Souza, 2 – Prof. Dr. José Luís Bizelli, 3 - Profa. Dra. Karina Lilia P. Mariano – Proc. 841/05/2002-FCL/CAR. Concurso público para contratação de um Professor Substituto, sob o regime jurídico da CLT, em 12 horas semanais, na referência MS-1, no conjunto de disciplinas "Introdução à Mercadologia" e "Pesquisa Mercadológica", no 1º semestre/2006, junto ao Departamento de Administração Pública. *Comissão Especial:* 1 - Prof. Dr. Carlos Roberto Ferrari, 2 – Prof. Dr. Felipe Luiz Gomes e Silva, 3 - Prof. Dr. Waldemar Álvaro Di Giacomo - Proc. 725/04/02-FCL/CAR. Concurso público para contratação de um Professor Substituto, sob o regime jurídico da CLT, em 12 horas semanais, na referência MS-1, no conjunto de disciplinas "Instituições de Direito"; "Instituições de Direito Público e Privado", "Direito Administrativo"; "Direito Constitucional" e "Direito Financeiro", no 1º semestre/2006, junto ao Departamento de Administração Pública. *Comissão Especial:* 1 - Prof. Dr. Ângelo Del Vecchio, 2 – Prof. Dr. Jorge David Barrientos Parra, 3 - Prof. Dr. José dos Reis Santos Filho - Proc. 725/04/02-FCL/CAR. Concurso público para contratação de um Professor Substituto, sob o regime jurídico da CLT, em 12 horas semanais, na referência MS-2, no conjunto de disciplinas "Economia I"; "Economia do Setor Público" e "Economia II", no 1º semestre/2006, junto ao Departamento de Economia. *Comissão Especial:* 1 - Prof. Dr. Adilson Marques Gennari, 2 – Prof. Dr. Alexandre Sartoris Neto, 3 - Prof. Dr. Jaylson Jair da Silveira – Proc. 1328/04-FCL/CAR. Concurso público para contratação de um Professor Substituto, sob o regime jurídico da CLT, em 12 horas semanais, na referência MS-3, titulação mínima de doutor, no conjunto de disciplinas "Língua Alemã I a V", no 1º semestre/2006, junto ao Departamento de Letras Modernas. *Comissão Especial:* 1 - Prof. Dr. José Pedro Antunes, 2 – Profa. Dra. Karin Volobuef, 3 - Profa. Dra. Wilma Patrícia Marzari Dinardo Maas – Proc. 958/02/02-FCL/CAR. **DIVERSOS** - **19. Execução Orçamentária da 4ª quota (Outubro, Novembro e Dezembro/2005).** A Congregação aprovou a execução orçamentária da 4ª quota de 2005; ratificou orientação anterior de que seja juntado, nas próximas execuções orçamentárias, relatório nominal de pagamento de diárias; indicou: a) disponibilização do orçamento da Unidade de forma eletrônica, para consulta da comunidade universitária; b) que as previsões e execuções orçamentárias sejam apresentadas de forma mais detalhada e c) que os membros da Comissão Permanente de Administração sejam convidados para a próxima reunião da Congregação para decisão conjunta da forma de apresentação do orçamento da Unidade. **20. Indicação de docentes para substituição eventual do Diretor e Vice-Diretor em seus impedimentos simultâneos, nos termos do inciso XXI do**

artigo 41 do Estatuto da UNESP. A Congregação aprovou a indicação dos Professores Luiz Antonio Amaral, Maria de Lourdes Ortiz Gandini Baldan e José Vaidergorn, para, no período de 13/02/2006 a 12/02/2007, em ordem de sucessão, substituir o Diretor e Vice-Diretor desta Faculdade, em seus impedimentos simultâneos. **21. Notificação do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo para prestação de esclarecimento sobre subvenções concedidas, no ano de 2004, ao DAJA, para locação de casas destinadas à Moradia Estudantil.** Item retirado de pauta. **22. Reposição de pessoal técnico e administrativo – Of. Circular 04/2006 - Prad. Of. N° 227/05-D-FCL/CAR e Of. N° 07/2006-RUNESP.** A Congregação referendou a seguinte proposta de reposição de pessoal técnico e administrativo: Liberação de três funções técnico-administrativas, considerando a necessidade, e priorizando a área acadêmica. A contratação de 01 técnico em Biblioteconomia, lotado no Serviço de Biblioteconomia e Documentação, 01 Oficial Administrativo, lotado na Seção de Pós-Graduação e 01 Técnico em Informática, lotado no Serviço Técnico de Informática. **23. Parecer da Assessoria Jurídica da UNESP e minuta de permissão de uso de espaço para instalação de caixa eletrônico do Banco Itaú.** Anexo distribuído pauta anterior (13/12/2005). - Of. N° 227/05-D-FCL/CAR e Of. N° 07/2006-RUNESP. ANEXOS IMPRESSOS. Item retirado de pauta. **24. Proposta de indicação de docentes/funcionários para os Colegiados, em decorrência da falta de candidatos em dois processos eleitorais: CPEU – 03 professores, CPE – 01 professor e Congregação – 01 funcionário.** Item retirado de pauta. **25. Manifestação da Congregação sobre estabelecimento de Convênio de estágios com a UNIARA, com contrapartida da cessão, a custo zero, do Espaço Cultural Paratodos, para sessões solenes da Congregação para colação de grau de formandos.** Retirado de pauta para que retorne com parecer do relator. **26. Substituição da Profa. Dra. Marymárcia Guedes, como membro integrante e presidente da Comissão de Segurança do Campus de Araraquara, em decorrência de seu pedido de demissão.** Item retirado de pauta. **27. Convênio:** A Congregação referendou os seguintes Convênios: Convênio entre a UNESP-FCL/CAR e a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE para realização de estágio curricular – Proc. 105/01/06-FCL/CAR. Convênio entre a UNESP – FCL/CAR e a Prefeitura Municipal de Poços de Caldas para realização de estágio curricular – Proc. 72/01/06-FCL/CAR. A Congregação manifestou-se favoravelmente aos Convênios, : Convênio de Cooperação Acadêmica entre a UNESP e a Universidade de Alcalá de Henares – Espanha, nos termos do relator da Comissão Permanente de Ensino, o Prof. Dr. Ricardo Cusinato. - Proc. 967/01/00-FCL/CAR. Convênio de Cooperação Acadêmica entre a UNESP e a Lulea University of Technology – Suécia, nos termos do parecer favorável do relator da Comissão Permanente de Ensino o Prof. Dr. José dos Reis Santos Filho – Proc. 231/01/2006-FCL/CAR. A Congregação manifestou-se favoravelmente, também, aos Acordos de Cooperação, nos termos do parecer favorável da Comissão de Estágio: Acordo de Cooperação entre a UNESP-FCL/CAR e a SCA Sistema de Informática. –Proc. 2288/01/05-FCL/CAR; Acordo de Cooperação entre a UNESP-FCL/CAR e a Prefeitura de Monte Alto –Proc. 2442/01/05-FCL/CAR; Acordo de Cooperação entre a UNESP-FCL/CAR e Companhia Ultragás S/A. – Proc. 2446/01/05-FCL/CAR; Acordo de Cooperação entre a UNESP-FCL/CAR e a Universidade Federal de São Carlos – Proc. 2528/01/05-FCL/CAR; Acordo de Cooperação entre a UNESP-FCL/CAR e ONG Ação Regional Fome Zero –Proc. 2573/01/05-FCL/CAR; Acordo de Cooperação entre a UNESP-FCL/CAR e a Prefeitura do Município de Barretos – Proc. 127/01/06-FCL/CAR; Acordo de Cooperação entre a UNESP-FCL/CAR e a Prefeitura Municipal de Braúna – Proc. 139/01/06-FCL/CAR; Acordo de Cooperação entre a UNESP-FCL/CAR e a Prefeitura do Município de Jacareí – Proc. 140/01/06-FCL/CAR; Acordo de Cooperação entre a UNESP-FCL/CAR e a Prefeitura de Boa Esperança do Sul - Proc. 148/01/06-FCL/CAR. **28.**

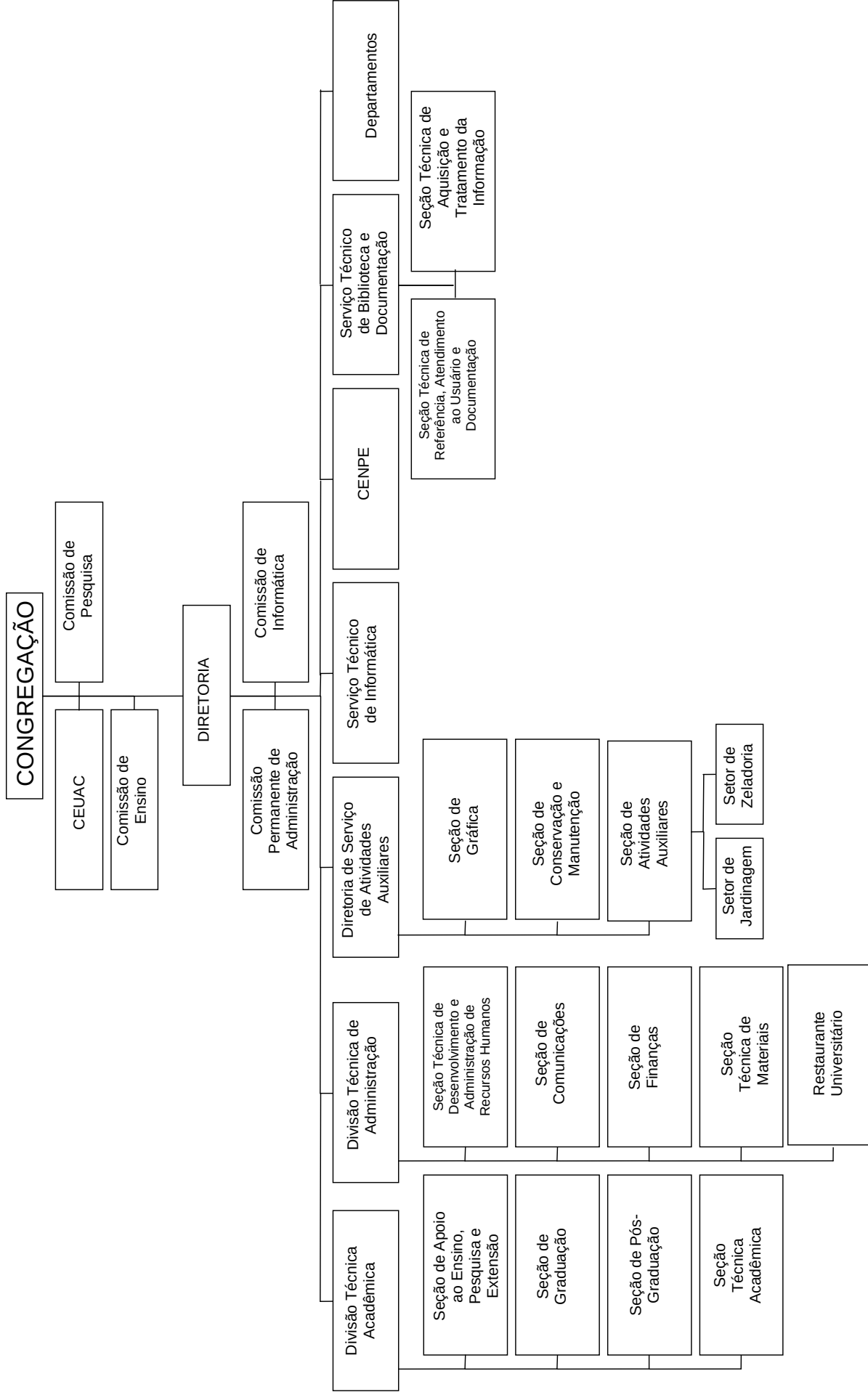
Prestação de contas do Diretório Acadêmico "José Arantes" – despesas com moradia. Subvenção dos meses de outubro a dezembro de 2005 - A Congregação aprovou a prestação de contas do Diretório Acadêmico "José Arantes" - despesas com moradia – subvenção dos meses de outubro a dezembro de 2005 – Proc. 2238/01/2005-FCL/CAR. 29. A Congregação aprovou o pedido de reposição de uma função autárquica de Auxiliar de Serviços Gerais, vaga em decorrência da dispensa da servidora Ana Paula Rodrigues dos Santos, ocorrido em 01/02/2006. 32. Indicação de representante da FCL/CAR para participar do Grupo de Trabalho sobre Acesso, que apoiará a formulação do Plano Diretor para o Desenvolvimento do Ensino Superior Público do Estado de São Paulo, em substituição ao Prof. Dr. Ângelo Del Vecchio. Item retirado de pauta. Terminado o prazo regimental de duração da reunião, o Senhor Presidente deu-a por encerrada, sendo lavrada a presente ata por mim, Vânia Antonioli, Supervisor da Seção Técnica Acadêmica-Substituta, José Carlos da Silva a qual, depois de lida e aprovada, será assinada pela Presidência e demais membros presentes.

[Handwritten signatures and initials]
 João Carlos da Silva
 Vânia Antonioli
 [Signature]
 [Signature]
 [Signature]
 [Signature]

[Handwritten signatures and names]
 Ana Paula Rodrigues dos Santos
 Douglas Edilson Silva de Almeida
 Bruno Rom
 [Signature]
 [Signature]
 [Signature]
 [Signature]

Anexo B – Organograma da FCL

FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS



Anexo C – Entrevistas

Aluno 1

Ata 253 – 1º episódio – ocupação do campus pelos alunos – discussão se o assunto seria colocado na ata ou não.

Fale sobre a ocupação que teve por reivindicações por mais bloco de moradias, a ocupação ocorreu atrás das salas de aula. O que você lembra, como foi o debate?

Estava ocorrendo uma ocupação dos estudantes, principalmente dos alunos que residiam na moradia, reivindicando a construção de novos blocos para moradia da UNESP, porque tínhamos 10 casas alugadas, além dos blocos, e as casas foram desalugadas, então o número de alunos que se inscreviam para entrar na moradia não eram contemplados na sua totalidade porque não tinha lugar suficiente e aí teve um movimento de reivindicação para construção de novos blocos e uma das opções dele foi a de ocupar o campus, numa tentativa de chamar a atenção da comunidade acadêmica porque estava acontecendo na moradia e a ocupação foi para isso mesmo: para tentar negociar a construção de novos blocos e que a prefeitura cedesse o terreno (que é da Prefeitura) que tem atrás da moradia para que a UNESP pudesse construir os novos blocos ali. Pelo que me consta esse terreno foi doado para a faculdade, ele é da UNESP, mas tem todo o trâmite da reitoria para liberar a construção, porque tem UNESP que não tem nem moradia, que não tem bandeirão, então dentro de todas as UNESP's, Araraquara tem uma estrutura boa, a reitoria considera que ela tem. E o problema se deu aí, porque todo o movimento que tem dentro da universidade faz com que os professores tenham uma reação, na verdade não todos os professores, mas principalmente os que ocupam algum cargo de direção, de poder aqui dentro (ou direção, ou vice-direção, chefia de departamento), eles acabam se reunindo para tentar combater esse movimento dos estudantes de alguma forma. E foi o que aconteceu também nesse movimento. Eu não participei do movimento em si, de dormir na faculdade, de ocupar, por diversos problemas pessoais também, mas eu era representante da congregação, eleita pelos alunos e a gente tinha uma proposta de chapa relativamente simples: que não era em nenhum momento dentro da Congregação debater as pautas colocadas pela direção, e sim, usar o espaço que tivessem os para tratar de questões que tivessemos referente aos estudantes. Então eram poucos os momentos em que a gente pegava a pauta para discutir com eles. O que a gente fazia, e isso a gente fez em todas as reuniões, era separar um tempo das nossas vidas, todo mês, para ler a pauta, para entender o que ia ser discutido e para buscar informações, antes de acontecerem.

Então tiveram diversas vezes - em relação aos estagiários, em relação ao próprio movimento estudantil, em relação às bolsas de auxílio, enfim, a várias coisas, que nós fomos lá e falamos: olha, isso aqui está na pauta, mas é isso, isso, isso, a gente quer esclarecimento, quer ver o que está sendo feito, pra não ser conveniente em momento nenhum, mesmo porque naquela época éramos três alunos, três funcionários e mais de vinte professores, então nós não tínhamos quase nenhuma chance de ganhar nas votações que mexessem na estrutura da universidade, por mais que tentássemos: conversas com alguns professores, conversas com os funcionários, era bem complicado. E foi o que acabou acontecendo nessa reunião de ocupação: toda vez que tem um fato extraordinário que ocorre depois que foi feita a pauta, ele é pedido inclusão de pauta no momento que a reunião começa e dependendo do assunto, se é um assunto mais simples, que não tem tanta polemica, ele é incluído na maioria das vezes. Quando mudou a direção da faculdade, estávamos no meio da gestão. O caráter das reuniões mudou um pouco; o diretor demora muito mais pra discutir, ele fica enrolando, não sei por que, mas é bem diferente das reuniões com o diretor anterior, que não dava tempo nem de pegar a caneta que você já perdia as votações importantes. Acabou sendo pedida a inclusão, não sei por quem, o diretor consultou os membros do colegiado e os professores provavelmente não quiseram porque eles vão lá pra votar, eles não querem discutir absolutamente nada e pediram uma reunião extraordinária para que se conversasse só sobre esse ponto. *(essa reunião extraordinária não possui ata)* Provavelmente essa reunião não deve nem ter acontecido.

Nessa reunião, o que marcou foi a disponibilidade que nós demos pros alunos que estavam fazendo a ocupação se manifestarem nas reuniões, não através de nós, mas nós pedíamos a inscrição e cedíamos a fala a eles. Em alguns momentos a congregação não permitia, porque só é permitido quando o presidente convida alguém, ou quando o assunto tem a ver com a pessoa que vai falar. Não sei se foi nessa reunião de abril que nós demos a palavra pro pessoal da ocupação, pra eles falarem com a congregação. Mas a discussão ficava em torno mesmo de querer saber quais eram as reivindicações e de tentar alguma medida pra que eles desocupassem a universidade. Na parte da ata que fala “na palavra dos membros”, provavelmente foram as pessoas que falaram a favor ou contra a inclusão da discussão na pauta e aí justificando o porque. Não foi nada discutido, não entrou no assunto especificamente, só na inclusão ou não na pauta.

2º episódio – votação do encaminhamento de um documento ao reitor da UNESP em desagravo à forma de srespeitosa com o alguns alunos se comportaram na reunião da Congregação com a presença do reitor. Foi realizada no anfiteatro A, no mesmo período da ocupação. Esta reunião não teve ata.

Mas não tem mesmo, chamam de congregação, porque o reitor vem discutir com todo mundo um assunto importante, mas no fundo é uma palestra, em que só ele fala, os representantes da Congregação perguntam e só ele responde. Provavelmente não tem nada porque funciona mais com o formato de palestra, não se decide nada. Chama-se de congregação, mais por conta de uma formalidade, por ser um ato oficial, mas ela não decide, diferente das congregações ordinária e extraordinária sem o reitor, porque elas deliberam sobre algum documento.

Nessa reunião aconteceram duas coisas. Dentro do movimento de ocupação existiam alguns alunos que eram contra a representação na congregação por terem como princípio, e aí eu concordo, que a congregação é um órgão antidemocrático, por estar pautado nos 70-15-15, que a LDB propõe, mas de qualquer forma a proposta que a gente tinha não era, em momento algum, falar o que os alunos não sabiam que a gente estava falando, mas mesmo assim alunos de um setor desse movimento de ocupação eram contrários à representação discente na congregação e, naquele momento, contrários à nós enquanto representantes e, principalmente, à mim e ao Carlos¹⁹. Nós fizemos uma assembleia na ocupação sobre essa congregação com o reitor com o seguinte argumento: Já que vocês querem mais blocos e quem libera a construção é o reitor, e o reitor estará aqui, nada mais coerente do que falarmos em nome da ocupação, pra reivindicar na frente de todos, a construção de novos blocos. Propusemos que fossemos lá e déssemos a palavra aos representantes da ocupação para que falassem com o reitor, mas a assembleia da ocupação votou que nós, representantes discentes da congregação, fossemos proibidos de falar na congregação, eles não quiseram que nós falássemos enquanto representantes dessa reunião. Então eu me lembro que no dia da congregação, que foi no anfiteatro A, todos nós fomos enquanto alunos da universidade e na hora de assinar a presença nós não assinamos, dizendo que os alunos votaram que nós não participássemos. E como manifestação para essa reunião, tiveram várias propostas: colocar nariz de palhaço, cartaz (as de sem pre), mas a proposta aprovada foi a de que toda vez que o reitor falasse algo que não gostássemos, levantáramos um cartão vermelho em silêncio (para não ter nenhum tipo de problema de não gostarem). Não sei se foi nessa reunião que colocaram um assento sanitário na frente do reitor, escrita “UNESP privada”, combatendo algumas políticas de privatização, terceirização, enfim, e aí foi por causa dessas atitudes que foi votada a carta de desculpas ao reitor: a FCLAr se desculpando pela atitude dos alunos.

¹⁹ Nome fictício

Então a discussão que foi feita na congregação foi essa: a falta de respeito dos alunos, ao comportamento agressivo e desrespeitoso dentro de uma reunião da congregação, porque aqui é um dos poucos lugares em que essa reunião é aberta, que as pessoas podem assistir, na maioria dos campi na UNESP a reunião é realizada a portas fechadas, na química, por exemplo. Os professores ficaram indignadíssimos com o comportamento dos alunos, muito bravos com o fato dos alunos não terem deixado os representantes discentes falarem, não entendendo o porque, já que a reivindicação era pra ser feita para o próprio reitor e pessoas que falaram que não deveriam se desculpar de nada, já que não havia sido falado nada pro reitor. Os alunos argumentaram que a faculdade estava num momento de ocupação, que o reitor veio pra cá e que somos contra as políticas que ele adota pra universidade pública, então nada mais correto do que manifestarmos nossa contrariedade.

Vocês propõem a paridade na congregação, e como é que fica o fato dos professores permanecerem mais tempo na universidade e entre os alunos existir uma rotatividade maior?

Esse argumento que os professores usam cai na hora que a gente pensa que os funcionários também ficam aqui 30 anos e por que eles não têm direito a paridade também? Tem funcionário que está mais tempo aqui do que alguns professores. Isso é só porque a maioria dos professores que exercem um cargo de poder, mesmo que não oficiais aqui na FCL, isso a meu ver, estão baseados na meritocracia. Eles acham que o fato deles serem doutores, pós-doutores em diversas áreas do conhecimento, faz com que eles tenham maior poder em relação aos demais, mesmo em caso de “gestão” que eles não entendem como funciona. Um professor que dá aula de uma área que não tem nada a ver com gestão não será, necessariamente, um bom gestor. Defendemos a paridade por conta de uma bandeira histórica do movimento estudantil, em que todos tenham o mesmo peso na participação das decisões. Por que no fundo nos colocam nos órgãos de representação porque tem que ter, pra não falar que é arbitrário, mas a gente não tem chance nenhuma de argumentar no sentido de que a maioria dos professores respeitem. Isso eu sentia muito no ano que fui da congregação. Até na leitura da carta de balanço da gestão (acho que deve estar anexada), teve um professor que falou pra eu ficar quieta; ele queria que eu parasse de ler a carta na metade, porque a congregação não era um espaço pra falar sobre isso, a congregação era um espaço pra votar. Eu falando justamente sobre como as reuniões da congregação eram arbitrárias e o professor interferiu dessa forma. Ai o presidente pediu pra ele se calar e respeitar a fala. Os professores compreendem de uma outra forma, eles acham que não se precisa discutir. Em alguns

momentos eles acabam acatando às decisões tomadas, como por exemplo o que aconteceu no episódio da entrada da tropa de choque no campus no ano passado, eu era representante da pós e na ocasião solicitei ao conselho da pós em educação que fizesse uma manifestação de repúdio a tomada de decisão da direção da FCLAr e o coordenador do programa disse que não faria isso de jeito nenhum porque ele era subordinado ao diretor da faculdade, assim como os professores que estavam na reunião disseram que não se manifestariam contra, porque o chefe do conselho da pós era superior hierárquico, então eles acabam sendo subordinados na maioria das vezes, não tendo coragem de enfrentar suas decisões. E na congregação acaba ocorrendo da mesma forma. Os professores vão sem ler a pauta, sem saber o que está acontecendo e a forma como é feita a votação: os favoráveis mantêm-se como está e quem é contra que levante as mãos. Já se inverte o princípio, você não precisa ter coragem de dizer que é favor a nada, você fica lá do jeito que está e muitas vezes eles estão fazendo qualquer outra coisa, menos prestando atenção no que está sendo discutido. Já ocorreram problemas com as planilhas orçamentárias, elas tinham erros absurdos.

O papel do representante discente nesse tipo de órgão é esse, não é ficar ouvindo a discussão e tentando participar dela, na esperança de que a minha proposta vai ganhar, é sim observar como é feito, como funciona a universidade e para ver quem as votações que lá são feitas, não surgem do nada; ela vem de um processo em que várias reuniões são feitas (reunião de departamento, de pós), que culminam na Congregação e a votação é feita. Então o papel dos discentes é de ver como isso funciona. No caso das planilhas orçamentárias, ela é feita por um grupo de pessoas, ela é aprovada, é analisada e mesmo assim passa. Uma vez teve um gasto que era de 6 mil reais e na planilha estava 60 mil reais, só que se a planilha fosse votada daquela forma, provavelmente 54 mil reais iam para ninguém sabe onde. Então a gente tinha um pouco desse cuidado, de, embora não parássemos a reunião para discutir com eles a pauta, olhávamos a pauta com cuidado, e aí tinha a Luciana que ajudava a gente (que é economista e sabe ler planilha melhor) e de poder interferir nas horas em que se falava dos erros: “são 6 mil reais, mas está escrito 60 mil”... “Ah, é um erro de digitação”, “um erro de digitação que custaria 54 mil reais”. Nosso papel é prestar atenção em alguns detalhes que eles não prestam, porque estão tão viciados, tão acostumados. Na questão da paridade, nesse ano que fomos representantes, a gente conseguiu na eleição para diretor (de 2004 para 2005) Conseguimos que a comissão eleitoral propusesse na congregação que as eleições para diretor fossem paritárias. Embora a gente tivesse certeza absoluta de que não seria aprovado, a gente conseguiu fazer com que a comissão eleitoral, que era composta por professores e funcionários, entendesse os argumentos da paridade e a propusessem. Mesmo assim

conseguimos dois votos de professores a favor da paridade. Essas foram as coisas positivas que a gente conseguiu, por mais que não tivesse um resultado prático efetivo, só da gente conseguir levantar a discussão da paridade dentro da congregação, pros professores levarem dentro dos departamentos, onde também tem representantes discentes, acho que já foi válido.

E a questão dos funcionários? Na análise das atas não foi citada nenhuma participação dessa categoria. Na congregação é assim mesmo?

Dentro da congregação, tinha um funcionário que costumava participar, mas só em discussões que atingissem de alguma forma o trabalho dos funcionários da administração. Mas na maioria das vezes não, porque o discurso da meritocracia está tão embutido nos funcionários, que eles acabam se sentindo constrangidos a falar e de repente falar alguma coisa que não tem sentido, que está errado e se remetalhados, mesmo porque, muitas vezes, apesar dos funcionários serem eleitos, são secretários de departamento, que respondem diretamente aos professores, então entra a questão da convivência, enfim, acaba sendo meio complicado pra eles. Eles acabam não se manifestando, não por falta de interesse. Na época que eu fazia parte da congregação, me lembro que um funcionário era cargo de confiança (então já está comprometida), um outro era técnico administrativo (então não estava subordinado diretamente a ninguém), que era o que se manifestava mais, e a outra era secretária de departamento (comprometida pelo cargo com professores que participavam das reuniões). Por isso os funcionários não costumam se manifestar muito nas congregações. Na maioria das vezes eles votam a favor, ou se absterem (nesse caso em votações que eles não se interessam, ou não conseguem compreender).

Você acha que essa questão da paridade não tenha sido levada adiante por conta dessa falta de participação dos funcionários?

Acho que sim, porque apesar deles representarem apenas 15% das votações, eles são fundamentais pra execução da direção. Isso ficou muito claro pra mim na última eleição, porque o candidato eleito ganhou as eleições: embora ele tenha ganhado em todos os setores (apesar do número de alunos que votou - e não o votou nulo - ter sido bem pequeno perto do tanto de aluno que tem), mas em relação aos professores ele ganhou com seis votos e quem decidiu mesmo foram os funcionários que votaram em massa no candidato eleito (assim como vai acontecer agora também). Mas essa discussão da paridade não é levada porque os

professores dão risada dela, eles estão do outro lado, são os 70, não estão dispostos a perder e acreditam que a meritocracia faz jus à gestão da universidade. Eu não acredito nisso, pois acho que a expressão máxima, explícita, de uma gestão democrática dentro de uma instituição como essa (acadêmica, que faz pesquisa, enfim) seria a questão da paridade mesmo. Defendo o pensamento de que todos têm responsabilidade pela universidade pública, que todos estão comprometidos com ela, sejam funcionários ou alunos. Isso dá pra ver, por exemplo, nos conselhos de curso. O de ciências sociais tinha paridade até um ano, um ano e meio atrás, era o único órgão que ainda tinha. Só que os conselhos de curso eram órgãos consultivos. Eles decidiam e mandavam pra congregação e esta acatava ou não (na maioria das vezes sim), mas assim que ele se tornou um órgão deliberativo, aí a paridade foi extinta. E também porque os alunos não tiveram força, porque ninguém leva o conselho de curso muito a sério, os alunos gostam de ser do centro acadêmico.

A partir de 2006 a representação discente não existe mais na congregação, por quê?

É por conta daquele grupo de alunos que já na época da ocupação, eles eram contra a representação discente. Eu considero um golpe o que eles fizeram: se responsabilizar por fazer a eleição, mesmo sendo contra a representação, então eles não fizeram a eleição. Fizeram alguns debates sobre a representação, mas eles nunca viabilizaram que as eleições ocorressem de fato. Logo após a última chapa, foi aberto processo eleitoral, mas ninguém se inscreveu, foi aberto novamente um edital, mas ninguém se inscreveu novamente. Aí um grupo de alunos desse movimento estudantil que fez o movimento de ocupação se responsabilizou por organizar algumas plenárias, algumas discussões em torno da representação em órgãos colegiados (conselho universitário, congregação, órgãos superiores da reitoria) e foram feitas, se eu não me engano, três dessas plenárias, onde as discussões eram levadas pro sentido contrário à representação discente, pois, segundo discurso deles, estas eram antidemocráticas, porque não era paritário, logo devíamos negar, pois deviam fazer com que o movimento estudantil fosse ouvido sempre, então toda vez que precisassem os, era só marcar uma reunião, ir na congregação e pedir a fala, enfim. E isso foi rolando, até que na ocupação do campus do ano passado ficou obvia a necessidade de representação discente na congregação, porque as discussões das reivindicações, as negociações foram feitas na congregação. E aí o que aconteceu: tiveram que pedir a permissão da congregação pra sentar a mesa pra poder discutir, coisa que se tivesse representação discente, não teria necessidade. Até hoje não há representação discente na congregação.

Hoje, sempre tem um ou outro aluno que vão assistir às reuniões, pra ver como é que é, mas a participação dos alunos acaba ocorrendo só e em momentos de mobilização mesmo (quando tem uma votação que se refere exclusivamente aos alunos) o que eu acho um equívoco. Ir nos dias de votação com nariz de palhaço não adianta nada, porque a votação vem de um processo anterior. Mas eles optaram por fazer assim, infelizmente.

Ata 266. Leitura das normas e regras do bom convívio dentro da universidade e episódio com o integrante do PCO.

Essa reunião aconteceu nas férias, em que o namorado de uma aluna da faculdade entrou na reunião, xingou, fez escândalo.

Os incidentes envolvendo o PCO durou mais de um ano. Foram muitas as congregações e sindicâncias instauradas para discutir os ocorridos.

Essas normas foram estabelecidas porque as pessoas do PCO estavam usando o pólo para imprimir os jornais, os panfletos pra distribuir na faculdade e o pólo de Araraquara, diferente dos demais, não pode ser usado por não alunos. E essas pessoas estavam aqui (eu encaro como uma tentativa de provocar uma situação de crise, pra dar um grau de visibilidade ao que estava acontecendo) estavam atrapalhando imensamente diversos trabalhos dentro da universidade (atrapalharam eleições nos centros acadêmicos, por exemplo) e foi aí que a congregação acabou decidindo por fazer essas normas de boa conduta, que nem a faculdade cumpre direito, mas era na tentativa de solucionar o problema, para que essas pessoas não atrapalhassem mais. Elas tentavam de tudo para que rolasse uma agressão, para que tivesse uma punição um pouco maior. Mentiram sobre assuntos sérios, inventaram que as alunas estavam sendo agredidas, de que existia um grupo de skinhead aqui, que estavam perseguindo eles. Eles queriam dar visibilidade ao partido que era muito pequeno e que não tinha visibilidade nenhuma e eles encontraram algumas pessoas que por diversos motivos acabaram caindo no jogo deles (eu digo isso porque eu era uma dessas pessoas e não tenho problema nenhum em dizer isso) o que acabou levando a diversos episódios. O que eles queriam era que nós perdêssemos o controle para serem os acusados, para mudar o foco deles que começaram fraudando e roubando a urna. E a gente caiu, porque eles tiravam a gente do sério, eles nos perseguiram, tentavam bater e ficavam xingando, enchendo o saco. E eu lembro que depois desses ocorridos, eles vieram nas férias aqui no campus, no dia da matrícula, com mega fone, com câmera, ficavam filmando a gente andando no campus, pra colocar na internet (filmar a gente falar alguma coisa, recortar e colocar na internet uma fala nossa totalmente

distorcida). Estavam usando as dependências da faculdade pra ficar perturbando (a gente não conseguia mais assistir aula, porque eles entravam nas salas, nem comer, porque ficavam no bandeirão). E aí a faculdade resolveu fazer essas normas para se voltar na congregação e regulamentar isso, para tentar acabar com o problema das meninas que no fim só acabou quando as alunas foram suspensas (duas alunas do campus faziam parte do partido) e acabaram indo em bora, prestando vestibular em outras universidades. Elas foram suspensas porque as sindicâncias apuraram os fatos e nas três oportunidades de defesa dadas às alunas, elas não compareceram. A sindicância foi organizada à revelia delas. Teve um advogado que levou a intimação à elas, mas as mesmas não compareceram. Foi julgado então a suspensão das alunas, mesmo sem ocorrer a defesa das mesmas.

Todas as vezes que acionaram a polícia foram essas próprias alunas que chamaram. Foi feito um boletim de ocorrência interno, mas aí não tem nada a ver com a polícia. Eu presenciei uma cena em que o namorado de uma delas ligou pra a polícia e se identificou como o sendo um dos alunos representantes da Congregação, depois espalhavam cartazes pelo campus dizendo que nós chamávamos a polícia. Não sei se a faculdade chamou a polícia, isso eu não sei.

Sobre o caso da expulsão dos alunos de Franca: a reitoria entrou com um processo de expulsão e aí todos os campi se manifestaram em relação à expulsão, os que apoiavam e os que não. Me lembro que os representantes da aqui foram contra, pois somos contra qualquer tipo de punição.

A chapa anterior a nossa foi com posta num modo de eleição diferente. Ao invés de uma chapa com 6 alunos, 3 titulares e 3 suplentes, ela foi feita com 3 duplas: titular e suplente, que deram errado porque eram 3 duplas que não concordavam e que brigavam na reunião da congregação. Então isso serviu pra fragilizar muito a representação discente, porque os professores olhavam e falavam: “nem eles se entendem, ao invés de se imporem enquanto grupo, eles só brigam, a gente vai tentar enrolar”. Então passavam coisas absurdas porque os alunos não se entendiam entre si. Por isso a gente convenceu muito tempo pra montar essa chapa, justamente pra não correr o risco de montar uma chapa que se desfizesse no meio do jogo, mesmo assim aconteceu. Tinha um representante do mestrado que tinha concordado com a proposta da chapa de usar o espaço não pra discutir a pauta, mas sim para denunciar, mas ele participou de uma ou duas reuniões, depois não participou mais, porque ele também não concorda que a congregação seja um espaço para se discutir alguma coisa. A

Carla²⁰ acabou indo em bora no meio do ano e tinha o Antonio²¹ que participava das nossas discussões, mas não se im punha nas reuniões. Uma coisa que conseguimos os é que mesmo os suplentes podiam ter direito à fala. E até hoje é assim, todos os suplentes, de todos os representantes tem direito à voz. Então, se antes nós tínhamos 9 minutos para falar e eles 1 hora pra bater em cima, com os suplentes, nós tínhamos 18 minutos. E eles continuavam com 1 hora, já que não apareciam suplentes dos professores. E eles aprovaram isso, numa das primeiras reuniões que participamos.

Sei que as duas chapas trabalharam da seguinte forma: estudar bem a ata, saber sobre os assuntos que seriam tratados pra mostrar pra eles o quanto eles mesmos eram contraditórios. Mesmo eles não dando tanta importância pra gente, se você perguntar para os funcionários que organizavam as atas eles vão falar que lembram da gente por isso: “porque vocês liam, vocês sabiam tudo que seria discutido, embora vocês não abrissem a boca pros problemas deles, vocês iam lá, falavam, enfrentava”. Tinha o ex-diretor em que a política era “quem gritava mais que ele, levava”, então a gente tinha que aumentar o tom da voz, mas mantendo o respeito, mantendo a linguagem deles.

Acho uma pena que não tenha mais representação. É um espaço perdido, porque não tem representação nem no centro acadêmico, tem centro acadêmico que está fechado, então acho que é um problema do movimento estudantil, dos alunos estarem bem apáticos, inclusive dentro de sala de aula, conversando com professores, que dão aula pra graduação “o que a gente fala eles anotam, se não falamos eles não anotam, não lêem os textos”, então acho que é um problema das gerações que estão entrando, de não se preocupar com as coisas que acontecem, de não achar que as coisas tem relação. Então nós estamos tendo muitas perdas... professor contratado em regime de dedicação exclusiva quase não existe mais.

E a gente foi perdendo, por falta da movimentação dos alunos, que não querem ser representantes, por isso que acho importante representação, não por achar que vale a pena ser porque eles dão a devida importância pra gente, mas por achar que é um espaço onde as pessoas são decididas, é um espaço que a gente tem, não necessariamente de disputa, mas pelo menos de luta pra poder falar algumas coisas, afinal tem professor de todos os departamentos, tem os chefes de todos os departamentos, tem professores eleitos, os funcionários, o diretor da faculdade, então acho que é um espaço que deveria ser bem utilizado e não renegado, por isso acho que é uma perda mesmo. Vemos com o um espaço

²⁰ Nome fictício.

²¹ Nome fictício.

antidemocrático (e sem paridade acho que vai continuar sendo - é impossível falar de gestão democrática dentro da universidade sem a paridade), mas é um espaço que pode ser usado pra outras coisas, mesmo que você vá lá só para assistir, que você se abstenha de todas as votações. Enfim, você não precisa participar da dinâmica de todas as reuniões, mas que você use o espaço pra dar voz aos estudantes, pra incluir na pauta as reivindicações que temos.

Como se organiza a reunião?

A pauta, junto com a ata da reunião anterior é distribuída aos representantes uma semana antes da data. Quando começa a reunião, a pauta é colocada, aprovada, tem pessoas que acabam pedindo inclusão e fala o que é, aí se vota se vai ser incluída ou não. Depois disso é votada a pauta e pronto. Aí é aprovada a reunião da ata anterior, onde todos assinam. Tem muita coisa que acontece nas reuniões que não é colocado na ata, a não ser que o representante peça a inclusão na ata.

Depois de aprovada a ata anterior e a pauta, existe um momento da palavra do presidente (que tem um tempo enorme pra falar), depois é “a palavra dos membros”, em que cada membro tem o tempo de 3 minutos pra falar o que quiser (reclamações, informes, etc) e depois vai para os pontos de pauta. Expõe-se o primeiro ponto e então cada um tem uma rodada pra falar sobre o ponto, normalmente quando o tema é mais polêmico é aberta uma outra rodada para se falar e daí é votado. São colocadas as propostas, os favoráveis se mantêm, os contra se colocam e aí é aprovado. E assim vai em todos os pontos. O momento que os alunos tinham para falar era na “palavra dos membros”, antes de começar a discutir os pontos da ata. A primeira reunião foi péssima, não sabíamos em que hora nos colocar, então levantávamos a mão toda hora. Foi aí que pensamos em outra estratégia: vamos ter que ler a pauta antes. Então nos dividíamos, cada um ficava com uma parte da ata e nós íamos atrás dos funcionários, dos professores, na sessão técnica, pra tentar entender o que iria ser tratado. Então perdíamos uma semana fazendo isso. E se tivesse que fazer assembléia, a gente fazia. O que a gente fez no começo, mas não deu muito certo, era na semana que recebíamos a pauta, organizávamos uma reunião com os alunos do campus para discutir a pauta e colocar novas propostas pedidas pelos alunos, pra tentar representar a totalidade dos alunos na congregação; só que muitos alunos não iam nessas reuniões.

Existe uma diferença entre o movimento estudantil aqui em Araraquara e a representação discente. Por que a maioria das pessoas que fazem parte do movimento estudantil, não é representante discente, pelo contrário, são contra a representação nos órgãos

superiores, nos colegiados, talvez não tenham posição formada nem em relação a os centros acadêmicos. Mas teve centro acadêmico que foi contra a ocupação da direção ano passado e que apoiou a entrada da polícia aqui. Então existe uma separação, entre os representantes discentes e o movimento estudantil. É muito complicado isso, porque é um grupo de alunos que acabaram se auto denominando “movimento estudantil” e eles tem seguidores, tem bastante gente que participam, mas que o debatem por que manipulam, por que tem interesses outros que não só a universidade pública e eles acabam se separando dos representantes discentes, dos centros acadêmicos, dos conselhos de curso, dos departamentos, enfim, acabando uma coisa segregada. O movimento estudantil só pensa nos estudantes, então só age quando tem algum problema com os estudantes. Então ocupam o campus por que querem mais moradia, não querem que aumentem o RU, etc. Enquanto os centros acadêmicos, os representantes discentes estão preocupados, ou pelo menos deveriam estar, com a dinâmica da universidade como um todo, assim como o movimento deveria estar. Eu acho que deveria ser uma coisa só, acho que até a greve de 2004 era uma coisa só, mas depois disso houve essa segregação.

Diante dessa segregação existente no grupo dos estudantes será possível pensar numa paridade de votos?

A questão da paridade exige uma reflexão profunda, sobre o que enxergamos como a universidade pública. E isso não é fácil, pois são 3500 alunos diferentes, de lugares diferentes, com idéias diferentes. Deve haver uma mobilização muito grande por parte dos alunos, com reuniões e discussões sobre o tema, convidando os professores para participar disso também, quais as consequências da paridade. Porque é uma responsabilidade muito grande que não dá pra colocar a paridade e ponto final. Mesmo porque se colocassem não iria adiantar muito, porque tem tanto aluno que nem quer saber de movimento estudantil que votaria em qualquer coisa. Mas a Lei deve ser mudada num primeiro momento, se não tiver na Lei não dá pra colocar em prática.

Não dá pra trocar a “ditadura dos professores” pela “ditadura dos alunos”. É por isso que defendo a paridade. São 33,3333% de peso pros três seguimentos. É uma questão que não pode ser perdida se quisermos mudar as instancias burocráticas.

Aluno 2

253ª ata, de 2005

Como foi a sua participação nesse evento de ocupação?

Minha participação foi como aluno, morador da moradia, reivindicando a mesma coisa que todo mundo: a construção de mais blocos de moradia.

A gente decidiu em assembléia ocupar aqui. As assembleias de decisão são sempre muito confusas, alunos com concepções muito diferentes, discutindo. A ocupação venceu por um número muito pequeno de alunos, mas enfim, venceu e a gente veio ocupar. Quando a gente ocupou, foi diferente do que nós imaginávamos, primeiro imaginamos que teria um impacto maior (como a de 2003). E a nossa intenção era essa: Impactar a faculdade, mostrar para as pessoas o que a gente passava lá na moradia, que todo começo de ano a gente não sabia se os novos alunos teriam vaga, todo ano a ameaçavam a moradia pra colocar cartão... que para estar lá precisaria necessariamente ter passado por processo seletivo. Que não é uma coisa errada, mas a gente questionava a forma como era feito esse processo seletivo. A ocupação foi de certa forma marginalizada aqui dentro. E isso abalou todo mundo, mas tinha sempre fôlego de novos argumentos políticos. Acho que a gente não teve muita contrapartida por parte dos estudantes pra brigar, acredito que a ocupação morreu por si mesma. Em relação à nossa atuação junto ao órgão colegiado, a gente tinha a representação na congregação. A gente teve essa congregação que foi um ponto importante, que é a vinda do reitor pra cá. Como a gente não tinha tido a oportunidade de discutir as nossas propostas com nenhum representante da diretoria, a gente achou que era o momento adequado. Mas por especificidade do próprio movimento de moradia que era formado por atores das mais diversas concepções ideológicas e políticas, a gente acabou tendo uma participação controversa nessa participação. A gente pediu para os representantes que não se pronunciassem em nosso nome. Nós íamos lá e nos manifestaríamos da nossa forma. Cortamos diversos cartões vermelhos em forma daqueles de futebol e colocamos nariz de palhaço. Dependendo do que o reitor dissesse, a gente levantava o cartão. Ele se sentiu desrespeitado (não entendeu a brincadeira), mas pra gente foi válido. Eu sempre participei do movimento estudantil com humor, se não tem humor fica difícil. Foi válido pela participação, mas a gente não soube fazer uma carta proposta concreta do que a gente queria. Muitos de nós entendiam os que já que queríamos construir um outro bloco, precisaríamos de um projeto e a gente não tinha. Acho que a gente perdeu a oportunidade de conversar com o reitor. Eu tava na ala dos que foram meio contra a esse tipo de manifestação,

acho que a gente devia ter sido mais objetivo. Mas, enfim, foi errado, a gente acabou falando com a TV, coisa que a gente tinha se programado a não fazer, a gente sempre acha que a TV deturpa os motivos pelo qual a gente tá ocupado. Foi uma estratégia errada. No que diz respeito aos membros da congregação, a percepção que a gente tinha deles, e ainda tem, é que eles são muito autoritários quando o assunto é moradia. Eles são muito inflexíveis e eu entendo. Porque a maior parte dos professores tem uma concepção de permanência do aluno descolada da realidade. Eles defendiam a ideia do benefício único: ou você comia ou morava. A gente não entendia como política de permanência. Isso não incluía estudantes que vinham de família pobre. Essa ocupação da moradia fechou um período mais amistoso das discussões em relação a política estudantil de permanência. Ela se institucionalizou a partir de 2005 (que ganharam esse nome) e começaram a ganhar corpo no âmbito legislativo. Criaram-se documentos e isso tem valor de lei (no rmas) que dizem respeito à permanência. Em contrapartida, como isso era muito novo, ao mesmo tempo que os professores eram a favor desse caráter institucional, eles ainda são muitos direcionados às políticas da pós-graduação, que envolvam um risco financeiro maior. Não é carente a maior parte dos alunos que dão corpo a toda a materialidade de pesquisa e ciência. Alguns professores passaram a se interessar por essas políticas de permanência. O que a gente via era isso, uma transição entre um discurso sobre a permanência dos estudantes e um certo desprezo. Não era tão importante como as políticas de graduação e pós, mas conseguiu a ganhar um maior número de professores que se interessavam. Mas a ocupação terminou com muitas pessoas magoadas, falando de seus erros, com remorso. Para os alunos foi um impacto de desânimo e para os professores como uma transição e que agora está bem efetivo, já tem textos escritos sobre isso. Em 2005 foi um momento de transição. Em 2004 era muito arcaico. A gente discutia praticamente de igual, incipientes, se dava um no sentido pessoal (nós alunos corporativos queríamos um espaço na universidade que não existia – a luta pelos recursos era muito grande), então nem politicamente existia essa tendência da política de permanência. As coisas foram se burocratizando ainda mais.

Fale sobre o caso envolvendo o PCO

O movimento todo eu não acompanhei, porque essas discussões ocorreram muito mais nas assembleias de sociais e eu sou de outro curso. Então, quando eu participava das assembleias era por curiosidade. Nós tínhamos um congresso de estudantes da UNESP para participar e tinha uma eleição acontecendo para que nós pudessemos enviar candidatos. Em

outros cursos poucos alunos se interessam por essa participação, a gente resolvia de que forma: a gente publicava no centro acadêmico, vinham 4 ou 5 alunos interessados, a gente conversava entre eles e decidia quem ia. Isso até representa como a gente sempre fez política aqui, sem uma participação de uma massa de estudantes. Agora nas ciências sociais já tinha um corpo político formado, era resolvido em assembleias, eles não eram “células amorfas que pensavam sozinhas”, eles agiam no coletivo, junto com alunos de outros cursos. No curso de sociais começou uma briga porque tinha inscrites e a eleição não teve o resultado esperado e tinha duas alunas que faziam parte do Partido da Causa Operária e que tinham se inscrito e não se conformaram com o resultado. Elas achavam que era injusto, que os estudantes tinham que se envolver, que deveria ir um representante no CELF. Achavam mais justo elas, arbitrariamente, tomarem a decisão de irem sozinhas, do que ser a vontade soberana da assembleia de não ter delegado, que não tivesse. Como elas acharam a decisão da assembleia arbitrária, elas decidiram pegar a urna, e esconder. Na cabeça delas, uma vez que não tem urna, não tem prova de eleição nenhuma e a gente faz o que quer. As duas foram ovacionadas no congresso, porque teve gente daqui que acabou dizendo “você não são representantes legítimos”. Ai começou uma grande fantasia, muito real na verdade. Elas entenderam, convenientemente, de que estavam sendo perseguidas por estudantes aqui da FCL. Elas representavam um partido político, por isso adotaram uma outra postura. Antes sempre acatavam às decisões do grupo, mesmo com muita discussão, era acatada a decisão da maioria. E elas se auto-intitularam “as perseguidas” do processo. Elas fugiram das proporções ditas normais e muito além de questões políticas. Porque estavam lidando com pessoas que sentem raiva e dor. Então isso acabou tomando uma proporção muito grande (apesar de sermos, na época, um grupo pequeno de estudantes que participavam e feticivamente) as meninas começaram a publicar um tanto de inverdades sobre alguns alunos e professores. E porque não é que a gente defende porque são nossos professores. Porque eu sei a que classe eles pertencem: a classe de professores concursados, dentro de uma universidade, que encerra uma teia de poderes da qual eu não faço parte. E essas inverdades tomavam forma de verdades lá fora. Então elas não panfletavam mais aqui dentro e começaram a panfletar em todas as universidades do estado, contra os alunos daqui. No entanto, todos os outros estudantes eram isso: estudantes. Eles não podiam sair daqui e ir lá até onde elas estavam panfletando, porque eles tinham uma graduação para terminar, mesmo que porcam ente, em virtude de tudo que elas estavam fazendo. Isso criou uma dicotomia que a gente não conseguia mais resolver nas assembleias, entre nós os estudantes. Porque o corpo que

participava de estudantes era pequeno e toda essa situação tomou um vulto gigante, que os estudantes não conseguiam mais resolver.

No dia do roubo da urna, alguns estudantes correram atrás da Simone²² no intuito de pegar a urna de volta e legitimar a decisão que a assembleia tinha tomado. A Ana estava acompanhada por alguns membros do PCO (incluía uma advogada, que se dizia aluna da UFSCar) e quando elas entraram no ônibus, elas já estavam sem a urna (e enganou a gente) e elas ficaram assustadas (26 alunos atrás delas, enfurecidos) e essas alunas chamaram a polícia. Foi a primeira vez que a polícia entrou no campus, com o consentimento dos próprios estudantes. Elas chamaram para defendê-las. A partir desse momento, depois da entrada da polícia, começou essa proporção gigante que o caso tomou. Elas denunciaram alguns alunos, depois chamaram a polícia mais uma vez. Os embates tomaram mais freqüentes. Então, todos os encontros com elas era um encontro com o PCO. Não vejo problema na presença de um partido político dentro da universidade, as diferenças tem que conviver juntos, mas elas não podem conviver com base em inverdade. Não era para manter a ordem institucional, eu não estou nem aí pra ordem institucional, sabe? A gente é estudante, a gente trabalha sobre outra lógica. É que elas atrapalhavam a apropriação do conhecimento, porque depois desse caso a gente não conseguia mais estudar, porque aquilo foi tomando proporções enormes. Alguns alunos tiveram que contratar advogados. Virou um ciclo vicioso que nenhum dos dois lados conseguia escapar. E as questões que elas tomavam foram dentro de uma instituição,. A partir daí a gente tinha que se reportar às pessoas que, teoricamente, guardam essa instituição, que são nossos professores bem titulados, diga-se de passagem (doutores que compõem a congregação). Então essas questões no sentido prático (de chamar a polícia, de ter tido briga na cantina, briga em sala de aula, de ter alguém interpelando aluno na porta de sala de aula) então essas questões de ordem prática tinham que ser interpeladas pela congregação. Então o que acontecia na congregação em específico: esses que também foram acusados, eles queriam uma punição para as alunas. Porque envolveu mais do que uma questão política e institucional. É a vida pessoal da pessoa também. Então vem um aluno leviano que começa a fazer acusações sobre você, que recaem sobre seu trabalho e você se vê numa situação... que por mais que na cadeia de poderes você seja maior que aquele estudante, aquilo te afeta de uma determinada forma. Outros professores se colocaram mais na posição de defender a instituição de penosidade do partidário, ah, esse medo do partidário, sabe? Chamar a polícia foi um ponto máximo inaceitável para muitos professores que ainda, nostalgicamente, viviam

²² Nome fictício.

a ditadura “nós sim tinham os motivo de te mer a polícia, olha o que vocês estão fazendo na universidade, agora a polícia entra aqui a pedi do de vocês, com o isso?” então a questão era para além do movimento estudantil, a gente nã o soube conduzir, os professore também não e ai ela ficou muito maior do que deveria ter sido.

Alguns professores, m ais corporativam ente ainda, se m otivaram com a discussão, porque insistiam no debate de que essa não era uma instituição pra esse tipo de debate, que estávamos aqui para propagar o ensino, a pesq uisa e a extensão e eu digo que estavam os mesmo. Nos períodos do PCO, essa universidade não viveu outra coisa se não a questão do PCO. A gente discu tia exaustivamente. Por v ez nossa rep resentação beirava à his teria, mas sempre sabiam os que e stávamos certos. Os professores se com portavam: no com eço não quiseram se envolver, e acho que p or isso a situação se prolongou m ais ainda e ai quando a situação já estava posta, num campo de guerra minado, entre estudantes e estudantes (o que é mais estranho), ai eles resolveram tomar uma decisão: abrir um a sindicância para apurar os fatos, porque pessoas estavam sendo difamadas, esse lugar estava sendo difam ado (na cabeça deles). Alguns professores eram a favor da panfletagem , outros não. Tinha provocação pessoal. As alunas acu savam que um aluno batia em mulher, e isso não aconteceu. O corriam gritos sim, mas eu também já gritei muito em assembléia e sei às vezes que não há outro jeito da gente se entender. Se for pra radicalizar, fica im possível fazer movimento estudantil, ou qualquer movimento que seja, entre homens e mulheres.

Eu participei da sindicância enquanto re presentante discente, com o uma decisão da congregação, e a sindicância resultou na suspensão das alunas por 1 ano da FCL. Eu acho que nesse caso não teve gestão democrática. Eu tenho uma visão da universidade enquanto tutora. Eu não to pedindo um abrigo. A verdade é que ro lou imaturidade por todos os lados, mas não podia ter deles. As alunas pr ecisavam ser expulsas, ou até m esmo suspensas? Eu acho que não, eu era contra. Eu estava na sindicância, inclusive para que isso fosse feito da m elhor forma possível, sabe? No entanto, não conseg ui enxergar outra form a e talvez essa ou tra forma poderia vir deles, sabe? Já que eles pa ssaram por todo esse período da ditadura, da redemocratização das d iretas e se consideram com esse arcabouço teó rico pratico p ra lá d e batido, todas as ações que a gente faz hoje é de senso comum, a visão dos professores sobre as nossas ações são de ações infantis, im aturas. Então do alto dessa experi ência que eles tem, eles podiam ter conduzindo da m elhor for ma. En tão não se falava de gestão democrática, falava-se em defesa de interesses. Então um a hora era a defesa de professores que estavam sendo acusados pelo PCO, outra hora eram o interesse dos estudantes, outra do espaço abstrato e que teoricamente não deveria receber influência externa. Cada hora a discussão s e

baseava em cada um dos interesses dos grupos em particular. Então não acho que tenha existido uma gestão democrática.

O que você entende por gestão democrática?

Acho que nesse caso, desde o início, os professores poderiam ter se envolvido, apontado para nós “olha, esse caso é de vocês”, deve ser resolvido entre vocês, não precisa trazer pra cá, não é nossa”. Mesmo dizendo respeito ao cotidiano da faculdade, dizia respeito também a evolução do pensamento político entre os estudantes. Era uma briga nossa, entre nós, que a gente não conseguiu controlar. No meio dos estudantes, havia aceitação dos movimentos partidários participarem. Alguns estudantes tinham isso muito claro. Mas a gente não estava preparado para ação desses partidos políticos aqui dentro da faculdade. E essa situação com o PCO foi traumática, eles foram o pior exemplo de como um partido deve ser. É como se eles reformassem todos os jargões políticos que a gente tem em relação a política: mau caratismo, um por cima do outro, é como se eles tivessem reforçado isso aqui dentro, no corpo dos estudantes. Porque realmente quando enfia no meio o partido dá nisso. E não é essa visão que a gente tinha do partido político. A gente não soube conduzir. E em relação à congregação, eles trabalharam estritamente em relação ao decreto e ao regimento da universidade, da lei eu não sei se isso é uma gestão democrática. Porque estavam todos enlouquecidos.

Nesse caso, não sei se teria funcionado uma discussão desde o início com todos os envolvidos. Para além da ação dos professores, antes mesmo disso, eu, particularmente, acho que ela nunca foi necessária para a nossa evolução, mas como a gente não soube conduzir, a gente precisou da ação dos professores. Gestão democrática na questão da moradia é fácil avaliar. Porque teve. Mas no caso do PCO não sei se teve.

Professor 1

O evento mais forte foi em relação ao evento do PCO. Esse fato foi muito surpreendente, para mim como docente. E surpreendente porque fui vítima do episódio e por observar que um grupo que se diz de esquerda se utiliza de métodos tão bárbaros para atuar. Porque foi surpreendente também pela total, total desconsideração, da instituição com relação ao que havia ocorrido. O fato começa com um fato estritamente estudantil, ele gera um conflito e durante essa semana eu estava fora da unidade, de modo que cheguei na sexta-feira e isso

tinha ocorrido desde o início da semana, com polícia e roubo de urna... Eram duas alunas daqui, que tinham apoio de pessoas do PCO e de outras universidades. Quando eu estava de viagem, recebi um e-mail de uma professora, brincando comigo, perguntando se eu era de direita, porque tinha alguns panfletos sendo distribuídos no campus que diziam isto. Eu não liguei. Na segunda-feira seguinte, fui dar aula sem estar atento a este problema e quando dei aula a noite, tinha um rapaz na frente da minha sala, que, ao mesmo tempo, disse que eu era um fascista de direita. Eu fiquei muito indignado, pensei em dar uma porrada nele, não dei. O rapaz me xingou de novo e eu perguntei se ele sabia quem eu era e ele disse que não precisava saber. Na saída, na portaria, o porteiro me disse que os rapazes queriam fazer um B.O. contra mim, dizendo que eu havia agredido eles e eu disse que se eles fossem fazer B.O., que seria com a polícia. Chamei a polícia e eles me perguntaram duas coisas: “professor, não tem regra aqui nessa faculdade? Qualquer um pode entrar aqui e falar e fazer o que quiser?”. E eu disse: “boa pergunta, mas não me cabe responder, e sim ao diretor. É claro que tem regra, mas nós não estamos sabendo cumprir” e a segunda pergunta foi: “porque não desce o pau em cima desses meninos porque nós não vamos fazer nada, porque eles já estão me dando muito trabalho. Você quer que eu prenda esses dois, porque eles não podem desacatar funcionário público no exercício do seu trabalho”. Eu respondi: “não é preciso prender ninguém, só mande eles em bora, que parem de me provocar”. Bom, isso aconteceu na segunda-feira a noite. Fui falar com o diretor e o mesmo me disse que não poderia fazer nada porque tratava-se de uma situação de liberdade de expressão. E eu perguntei: “me agredir é liberdade de expressão? No exercício do meu trabalho?”. Essa resposta me deixou desconcertado. Eu tinha 22 anos de UNESP. Fui agredido gratuitamente. E isso não parou por aí, no site do partido eles continuavam denegrindo minha imagem. Então, do ponto de vista da gestão, foi algo bárbaro. Eu levei pra congregação e a mesma não teve uma resposta a altura, porque era uma resposta intimidada por aqueles meninos que ficaram por 4 meses barbarizando a faculdade. Invadindo reuniões da congregação, caluniando pessoas no site do PCO. Até que deu pancadaria. Eu fui a um advogado em São Paulo, ele levantou todos os fatos e disse que era uma causa ganha. Podíamos tirar o site do ar e cassar temporariamente a licença do partido. Só não dava pra tirar dinheiro deles. Se eu cassasse a licença do partido, eu viraria o inimigo público número um do Partido e eu não queria isso. Eu fiquei muito doente com isso. Descasquei do pé a cabeça, levei um choque de adrenalina, o médico disse que eu poderia ter morrido. A congregação não reagiu a essa minha situação. Isso me causou depressão, problemas de saúde. A leniência da direção e de certa forma a convivência da congregação com isso. Não houve manifestação de desagravo, de solidariedade a altura do que estava

acontecendo, porque se leu aquilo com o um fato que atingia só a uma pessoa, e não a instituição. Eu só tive resposta quando fui à Reitoria e pedi que eles interviessem nisso. A primeira resposta que eu tive é que eles não poderiam me defender, porque a instituição não pode defender seus membros, mas poderia se defender e, se defendendo me defenderia, e a partir dessa defesa da UNESP, eles me defenderem. Foi aí que, a partir de fevereiro, quando eles voltaram das férias, havia um oficial de justiça que dizia que se eles permitissem, seriam presos e teriam que pagar uma indenização de 10 milhões reais. O que quero te dizer: a congregação não reagiu à altura, perto do que estava acontecendo. Não vou falar do diretor porque ele foi um inconsequente mesmo, mas a congregação não percebeu o que estava acontecendo, talvez por ingenuidade, imaturidade e até, em alguns casos, por má fé. A defesa da instituição veio só da Reitoria. Porque o diretor daqui só começou a se mexer em novembro, quando o pessoal do PCO invadiu uma congregação daqui e desacatou-o também. Aí ele percebeu que o negócio era grave. “ué, mas não era liberdade de expressão?”. Em suma, estou te dizendo que se você está estudado com o que a instituição reage diante de situações relacionada a ela, o que tenho a te dizer – reagiu de forma muito mal, imatura e de maneira oportunista no que se refere a dimensão política. Não pensou-se com a instituição, que a despeito de qualquer divergência entre os docentes, todos deveriam formar como que uma fileira para defender aquele docente que estava sendo agredido, porque aquela agressão era gratuita, era injusta e não tinha nada a ver com a universidade e o que se espera da convivência acadêmica. Isso me fez, inclusive, duvidar da minha docência universitária, a ponto do início de 2006 ter ido ao México, dar aula lá para sair daqui, porque tinha ficado muito decepcionado com meus colegas, com a falta de solidariedade e com a falta de qualquer critério de justiça. A congregação se mostrou covarde, inconsequente, sem preparação.

As normas (portaria) foram feitas, porque isso não ocorreu. Porque os meninos continuaram se aproveitando com a ideia do diretor de “liberdade de expressão”. Era patético, porque o porteiro ficava seguindo eles. Mas haviam muitas brigas. Só fez efeito quando teve a intervenção da Reitoria, porque aí foi uma decisão judicial e não uma deliberação da congregação. Essa portaria foi feita a pedido dos alunos, porque eles não aguentavam mais. Inclusive, esses mesmo alunos queriam no ano passado que essa portaria fosse retirada (nos ocorridos do ano passado [invasão de 2007]). Do ponto de vista da reitoria, por lidar com uma visão equivocada de democracia, do que é liberdade de expressão, acabou não se dando conta que defender a instituição, passava pela afirmação de uma certa autoridade. Não é uma questão meramente legal. Se o diretor tivesse ido no dia e dissesse: “você não podem xingar professor, em hipótese alguma”, a situação não teria tomado a dimensão que tomou. Então o

diretor os assumiu como interlocutores. A mesma coisa que fez no processo da invasão da diretoria [2007]. Pediu a reintegração de posse (de certa forma pressionado pela diretoria) e negociava com os alunos ao mesmo tempo. Nós dizemos que se fosse pedir a reintegração de posse, que deveria interromper a negociação e ele disse “não, porque sou democrático” não existe isso. No momento que tem a reintegração de posse, não tem mais como ter negociação. Porque a ordem judicial vai ser cumprida. Então não adianta fazer cara de que “ah, não sabia que ia acontecer isso”.

O que importa debater: em que contexto determinadas atitudes podem ser consideradas legítimas, mesmo que elas não sejam legais e a partir disso é possível reconhecer determinada reivindicação e determinado reivindicante como alguém que é um interlocutor que você leva em conta. Eu não consigo entender porque o diretor à época não teve uma atitude mais dura com os caras do PCO, porque ninguém pode vir de outro estado, outra instituição, para tumultuar o cotidiano de uma vida universitária. E isso chegou a um nível que a congregação se tornou um lugar deteriorado, quando pessoas invadiam as reuniões e xingavam os membros, o que acabou motivando a intervenção da Reitoria. Então a portaria ficou uma letra morta, porque no fim ela foi motivar muito mais o episódio seguinte (da invasão de 2007) do que aquele episódio em si. O que eu acho é que não seria necessária portaria nenhuma se o diretor tivesse tido uma outra posição naquele episódio, não precisaria levar pra congregação e só foi pra congregação porque eu levei a situação. Faltou dirigente e o entendimento que a autoridade no exercício de sua função não é autoritária, é autoridade e ela tem que ser exercida.

Foi aberta uma sindicância naquele episódio e as alunas foram suspensas. Naquele momento os alunos do PSTU não disseram nada... só que mais pra frente, quando teve o episódio da depredação dos bancos e da máquina, os mesmos alunos quiseram que a portaria fosse tirada, porque eles não poderiam ser expulsos. Queriam anular a expulsão deles e a anterior. Ai as meninas do PCO viraram “aliadas úteis”.

Na congregação, no CO, os membros dessa instância, de uma maneira geral, ou são chefes de departamento, ou diretores, representantes docentes, não sabem porque estão participando desses lugares. Não são dirigentes. Na maioria das vezes, são participações burocráticas e os representantes também padecem desse mal: pouco preparo dos indivíduos para responder os temas que estão sendo objeto de debate, uma visão pouco abrangente da universidade no seu conjunto, o que faz com que aquilo que acontece na vida política de uma maneira geral (que o poder executivo acaba impondo agenda ao legislativo) se reproduza de modo muito forte, tanto da congregação quanto no CO. O poder executivo (a reitoria ou a

diretoria) acabam impondo agenda, mesmo quando há oposição na armação desse colegiados. Mesmo com oposição é difícil mudar a agenda, que sempre vem na lógica do executivo. Evidentemente que esse é um fato estrutural. O que poderia mudar isso seria uma composição mais qualificada desses membros dos colegiados, com pessoas que sejam, não só boas academicamente, tecnicamente, mas que tenham uma visão, reflexão da universidade. Não é o que acontece na formação dos órgãos colegiados. É claro que há exceções. Existem pessoas críticas, combativas e bem preparadas. Fora isso, o espaço da congregação é burocrático, do pequeno jogo, do pequeno interesse, você aprova o que me interessa, e espaço da pequena demagogia. Daqueles professores que gostam de se dizer da esquerda, que apóiam os alunos, mas que a retórica pouco condiz com a prática. Os órgãos colegiados têm uma composição pouco preparada para lidar com as questões que estão ali. Não vejo nenhuma vantagem na paridade. Já participei de lugares em que ela existia e a situação se recoloca plena: o que acontece, essencialmente é a lógica do corporativismo, do pequeno interesse, de como eu maximizo minhas coisas, ou então a retórica inflamada. O que falta é de dirigentes. De pessoas que saibam ser boas academicamente e que pensam grande. Que não tenham medo de bater de frente quando, por exemplo, estão diante de barbaridades de estudantes. Nós perdemos muito tempo discutindo, com pouca objetividade, questões que deveriam ser objeto de uma ação e reflexão mais incisivas. A questão da moradia, por exemplo: já se debateu de todo jeito na congregação, mas não se faz controle do que é proposto – avaliação dos alunos (estudantes reclamam o tempo todo).

Para ser diretor, as pessoas precisam se preparar para tal. Tem que ser alguém que sabe o que está acontecendo com a universidade, os problemas estruturais. A maioria não tem. Os alunos também não são e qualificam para representar sua classe nesses órgãos. 15% de representação está mais do que bom. Eles não valorizam a presença nos órgãos colegiados, não são capazes de manter o centro acadêmico de forma regular, não zelam pelo patrimônio. Os funcionários são muito corporativistas e pouco preocupados com o futuro da universidade. Há exceções, mas de uma forma geral é a questão do próprio interesse. Tanto faz estar numa universidade, como numa empresa. Para alguns docentes e técnicos administrativos, a universidade não se configura num local privilegiado de trabalho. Eu me acho privilegiado e por isso penso de forma muito crítica em relação à instituição e da minha permanência nela. Não atribuo o mal sempre ao mundo externo, como é comum aqui: o neoliberalismo, etc. e não se discute com o cada um é portador da cultura neoliberal, de cada um que está aqui. É uma discussão que se envolve cultura política e a necessidade de os dirigentes institucionais e corporativos serem capazes de estruturarem uma agenda para as próximas décadas: com o

lidar com as novas tecnologias, por exemplo. A discussão é sempre ideológica, ensino a distância é ligada ao neoliberalismo (e a mudança dos alunos, que não agüentam mais uma aula expositiva? Como enfrentaremos isso?) para efetivamente formar as novas gerações. Não estamos pensando no que é o certo, no que é o bem. As pessoas sempre vinculam os problemas ao neoliberalismo, ou seja, está externo. A finalidade da universidade é a formação do aluno para a vida. Não estamos conseguindo isso. Não estamos discutindo o que é necessário mudar para conseguir isso... seja do ponto de vista da direção, da tecnologia... estamos nos rendendo a uma glorificação dos jovens. Não acho que os jovens ensinam a gente.

Platão já dizia: quando uma República se degrada, é quando os professores se rendem aos seus alunos.

Por mais que tenhamos um discurso democrático, a universidade não é democrática, é meritocrática, que privilegia e premia os melhores - aqueles que produzem mais, fazem mais titulação. O tema na universidade não é um discurso demagógico, de democratização, no sentido de igualização de todos, mas é no sentido de democratizar a aristocracia, abrir a possibilidade para a participação daquele que se qualifica para isso. É preciso qualificar a participação, não adianta só aumentar o número de participação.

Professor 2

Quero falar dos eventos de 2007.

Começou com a greve dos professores e os alunos apoiaram a greve. Houve uma assembleia dos professores que deliberou pela greve, mas não foi uma deliberação tranquila. Como sempre acontece, existiam aqueles que eram contra a greve e aqueles que entendiam que devia ter a greve (eu estava entre eles) estava em pauta os decretos do Serra em relação ao ensino superior e universidades públicas.

Docentes que eram contrários à greve acabaram se reorganizando e, numa das assembleias, houve quase que uma votação relâmpago (logo no início da assembleia foi colocada a votação) e os que eram contra ganharam a votação (estavam em maior número) e a greve foi encerrada. Uma parte dos alunos se posicionou pela continuidade da greve e uma parte do segmento estudantil, num determinado dia decidiu por ocupar as dependências da diretoria da faculdade. Então houve a ocupação da diretoria e houve então a realização de uma congregação e nela foi trazido o problema da ocupação e a direção da faculdade comunicou na congregação que havia tomado as providências legais, solicitando o que se chama "reintegração de posse". Naquela congregação eu fui o único docente que se manifestou

contrariamente a essa atitude. Eu entendia que nós devíamos negociar com os estudantes, eu não era favorável a ocupação, mas isso era uma decisão de uma parte do movimento estudantil. Eu pensava que nós docentes deveríamos dialogar com os estudantes, sem recorrer ao uso da justiça, eu era contrário ao uso de medidas legais, achava muito prematuro. A direção disse que se via obrigado a tomar tal decisão. A partir do pedido de reintegração de posse, a polícia pode utilizar medidas de força para conseguir essa reintegração. É o que acontece quando alguém invade uma terra. E é isso que se torna inaceitável aqui, corremos o risco de termos força policial para tirar os alunos das dependências da diretoria, sendo que isso poderia ser negociado. Na época também estava tendo a ocupação na USP. Lá foi mais negociado. Fui voz e voto vencido. Ainda assim, alguns docentes tentavam negociar com alguns estudantes, mas não houve tempo - a tropa de choque invadiu as nossas dependências. Considero evento como o mais traumático que esta universidade já vivenciou e considero que as consequências foram muito ruins para faculdade. Mas o que eu acho pior foi o fato de um segmento majoritário da comunidade universitária ter apoiado a ação policial. Porque a maior parte da comunidade via aquela atitude dos estudantes com o algo similar à ação de um grupo de bandidos e marginais. Não viam como algo político. No dia seguinte à invasão da tropa de choque houve uma plenária, onde havia um clima muito pesado. E naquela plenária me manifestei dizendo que nós podíamos ter negociado mais com os estudantes, no entanto eu senti que a maior parte da congregação foi favorável à ação da tropa de choque. Além da congregação, um segmento considerável de professores que apoiavam a invasão, inclusive alguns estudantes que iam contra o movimento e apoiavam a entrada da tropa de choque (apesar de considerar que o movimento estudantil ganhou força nesse momento, pois as reuniões eram bem numerosas). Foi uma situação, que deveria ser tratada como um ato político, eu disse que achava que essa não era a melhor estratégia, mas que deveria ser tratado como político e não como marginal, que merecia a ação policial. Nesse episódio foi muito discutida a questão da democracia. Na congregação, falava-se muito do “estado de direito” que os alunos que haviam ocupado as dependências da diretoria estavam violando as normas básicas do estado de direito e que sem o respeito pelo estado de direito não há democracia. Mas a minha interpretação é que essa visão de democracia é extremamente legalista. Acho que a democracia precisa de regras e leis, pois caso contrário ela não se sustenta, mas ela não é feita só de regras e leis. As relações institucionais muitas vezes exigem que a gente vá além de regras e leis, não se prenda estrita, basicamente, na aplicação delas e tende a negociar entre os grupos envolvidos para buscar soluções que sejam o menos traumático para a comunidade acadêmica. A solução empregada foi uma solução. Mas a que custou o problema foi

solucionado: um grande trauma entre as relações desta faculdade. Relações entre os alunos, professor entre si, alunos e professores. Os funcionários se envolveram pouco nesse episódio. Mas eu considero que para a democracia desta faculdade, as consequências deste episódio foram muito negativas. Não posso dizer que não exista nenhum grau de democracia nesta faculdade. Mas não é o desejável. Democracia a gente pode entender do ponto de vista estritamente legal e jurídico, mas pode entender como um processo social e institucional mais substantivo, eu acho que do ponto de vista mais substantivo a gente deixa muito a desejar, embora do ponto de vista legal e jurídico a gente consiga cumprir o que está estabelecido. Mas eu não vejo que democracia seja apenas cumprir o que está estabelecido juridicamente.

A congregação, sem dúvida, é uma instância muito importante na faculdade, mas ela conta com uma participação muito pequena dos funcionários. Pequena e silenciosa. Poucos se manifestam na congregação. Em geral se manifestam em assuntos estritamente relacionados a questões ligadas aos funcionários. Manifestações em número bem menor que a dos professores. Os estudantes, até o ano passado, não tinham representação. Aí eu desconheço se é uma “estratégia” do movimento. Mas há um ponto que os estudantes argumentam e à mim parece procedente. Que é a questão da paridade. A não paridade da congregação torna a participação dos estudantes e dos funcionários quase que simbólica (porque tem um ponto de voto e isso pode fazer diferença numa votação mais apertada). Mas o fato é que se os professores votarem em blocos, jamais serão derrotados. Isso é complicado. Acho que o percentual de representação de alunos e funcionários é pequeno. Mas também de veria ser necessário que eles ocupassem as cadeiras que lhes são garantidas. Mas o fato é que mesmo que eles ocuparem o que lhes atualmente é direito, a participação, numericamente, é pequena.

E também tem as relações entre a faculdade e a Reitoria. Aí a coisa fica mais complicada ainda. Porque eu não caracterizo a UNESP como uma instituição que funciona de maneira democrática. Apesar de nós termos os órgãos colegiados, a dinâmica desses colegiados faz prevalecer as decisões dos grupos mais fortes dentro da universidade. Veja-se, por exemplo, a questão da chamada expansão da UNESP (unidades experimentais) - não representou a vontade da maioria. Mas houve uma forma de se relacionar nos órgãos colegiados que levou à aprovação. Mais recentemente: a universidade passava por um período de dificuldade financeira. A gestão que está se encerrando conseguiu tirar a universidade dessa situação. Alega ter um caixa positivo, o que por um lado é bom, dá uma certa segurança para a instituição. No entanto, nosso salário não tem tido o reajuste que deveria ter tido. Então, alguém está pagando por esse saneamento da faculdade. Isso é só um exemplo de

como no meu entender as relações entre a administração da universidade e as unidades são relações, no mínimo, problemáticas, se levarmos em conta a questão da gestão democrática. Se na minha visão, a gestão da FCL (e não me refiro a questão da figura do gestor), não poderia caracterizar como satisfatoriamente democrática, não atinge o nível que eu consideraria possível (não se trata de realizar algo irrealizável, se trata de pensar em algo possível em nossas condições), acho que teria outra forma de gerir a FCL. A maneira como a congregação e a direção (sem personificar) tem gerido a FCL eu não caracterizaria com o grau de democracia que seria possível. Se eu tenho essa avaliação, ela é ainda pior em relação à gestão da universidade, não dá pra dissociar a gestão da FCL com a gestão da universidade. A FCL é só uma faculdade. Uma coisa tem influência sobre a outra.

Aumentar a participação de funcionários e alunos nos órgãos colegiados não irá acabar com os problemas da universidade. Só digo que na minha avaliação, isso aumenta a probabilidade de se ter uma gestão democrática. Não quer dizer que aluno enxerga a universidade melhor do que o professor, ou que funcionário enxerga melhor do que professor, nada disso, mas se trata de que a participação maior desses segmentos ajudaria que se revisse uma visão da universidade que fosse de fato mais próxima da universidade. Porque a visão que os órgãos colegiados tem na universidade é muito marcada pelo segmento dos professores e eu acho que a gente precisaria ter uma participação numérica - pensar em termos quantitativos, em votos. Quando a gente fala em democracia no frigor dos olhos, acaba se resolvendo em números (pelo menos na democracia formal, não estamos pensando aqui fora do parâmetro da sociedade liberal burguesa, que é a sociedade em que vivemos). Então, nos parâmetros da sociedade liberal burguesa, a democracia acaba em votos, acaba sempre chegando no momento da votação. Ora, não basta que os alunos e funcionários tenham direito a voz, mas sim a votos. Poder de eleição dos gestores da universidade.

E essa questão do legal e jurídico x mais social e substantivo?

A paridade é uma forma dentro do legal que poderia mudar o substantivo. Vou dar um exemplo da moradia. A congregação eu sinto um ambiente muito hostil a essa questão. Uma má vontade para com essa questão. Mas é uma questão muito importante para os alunos. Como se isso não fosse um problema. Um problema importantíssimo para os alunos é “onde vou morar, o que comer”. E se o número de alunos fosse maior, isso poderia se resolver de uma forma melhor. O aumento dessa representação nos órgãos colegiados, na votação, isso seria uma medida legal no campo das normas da instituição, que poderia contribuir para um

aumento dessa democracia mais substantiva. Que fique claro que não estou defendendo esta ou aquela posição sobre o assunto da moradia. Minha posição é que esse assunto mereceria uma análise permanente (porque assuntos relativos a permanência dos alunos na faculdade deveriam aumentar ainda mais, é cada vez maior o número de alunos com dificuldades financeiras).

A participação tímida dos funcionários pode estar ligada ao ambiente intimidativo da congregação, a participação majoritária de docentes pode tornar a participação intimidativa. Tenho vista poucas, tímidas, manifestações dos funcionários, seria porque eles se sentem menos em condições de terem posições em relação aos assuntos tratados? Eles estão sempre presentes. A assiduidade existe, mas é mais silenciosa. O que quero dizer é que talvez um aumento quantitativo da participação de funcionários e alunos nos órgãos colegiados e nos momentos de decisão da universidade, poderia fazer com que assuntos deixados a segundo plano poderia ser discutidos com mais frequência. E outros assuntos que são mais discutidos possam ser discutidos em outros momentos. A participação equilibrada (hoje é tão totalmente desequilibrada) acho que melhoraria a democracia na universidade. Mesmo dentro da democracia burguesa.

Como você vê a questão da ambigüidade?

Ambigüidade, incoerências do movimento estudantil. Todos os segmentos em suas atitudes cometem incoerências, inclusive os professores. O fato dos estudantes terem suas incoerências não os torna menos capazes de participarem das decisões na universidade. É claro que tem que arcar com as consequências de participarem das decisões. Eu não concordo com a atitude de não participar da congregação. Então não querem participar das decisões, mas se colocam insatisfeitos em relação às decisões? Entendo que eles briguem para a paridade (acho correta), mas acho que eles deveriam participar do jeito que está e lutar pela paridade. Acho isso uma contradição, não da dialética, mas no sentido da incoerências. Isso pra mim é uma falta de maturidade das relações. Mas nós professores também somos incoerentes em algumas questões, mas nem por isso nos tornamos menos aptos a participar. Há uma rotatividade entre os alunos e entre os professores também. Os vínculos são diferentes, tem suas especificidades. E é justamente por causa dessas especificidades que podem buscar as melhores decisões. Fala-se tanto do discurso da diversidade e na hora de levar esse discurso a sério, parece que não levam não.

Saindo do âmbito da faculdade e indo para o da universidade. Uma coisa que nunca entendi é que para ser Reitor, precisa ser professor titular. Que seja, que tenha que ser doutor, como tem que ser nos departamentos... aí tudo bem... mas qual a relação entre ser professor titular e reitor? O titular é um título que se tem como o topo da carreira. Como é que alguém doutor, que pode ser diretor de uma faculdade, não pode ser reitor? Para mim isso é uma interferência da titulação na gestão da instituição. Não concordo com isso, sempre achei isso antidemocrático. A universidade é meritocrática quando convém, esse princípio da meritocracia não é aplicado de fato. Se fosse assim os professores com mais titulação, com mais produções, teriam privilégios na vida universitária. Isso é um resquício de uma época em que os catedráticos dominavam a universidade e não há sinais de que isso seja modificado. Democracia entre outras coisas está relacionada à escolha dos dirigentes da instituição. O leque de dirigentes que nós podemos escolher para a Reitoria é muito pequeno. Porque se fosse meritocrático, um livre docente não poderia concorrer com um doutor para a direção da faculdade. Só é meritocrático quando convém. Os 70% da congregação não é meritocracia, é corporativismo mesmo. Os professores que conseguiram aprovar essa regra.

Funcionário 1

Você lembra dos eventos destacados?

Talvez de maneira superficial em relação aos movimentos em si. Mas, vou falar um pouco como era o processo. Porque toda vez que tinha alguma questão polêmica como essas, que mobilizavam a comunidade, eu consultava os pares, mandava por e-mail, consultava sobre a opinião de todo mundo. Em dois aspectos: primeiro no sentido da votação em si e no sentido da opinião a ser colocada na palavra dos membros, na discussão. E o que acontecia no padrão: poucas pessoas se manifestavam, em alguns casos mais, outros menos... houve uma manifestação grande no caso da ocupação da diretoria (2007). Em geral o pessoal do administrativo, ligado aos segmentos de decisão (secretárias, secretarias de diretoria, alguma coisa dentro da administração), pessoas ligadas à parte de decisão também têm sempre uma visão polarizada. É difícil você ter opiniões divergentes. Normalmente a visão dos funcionários nesses casos é mais fechada em cima da questão prática e objetiva, e menos na questão política. Tende a ser com o se o evento acontecesse numa empresa (de forma geral, tá?) “o acontecimento foi feito de uma forma deliberada?”, “foi”, “ah, então eles estão errados, a gente tem que reverter o quadro”. E aí era até necessário filtrar as manifestações,

porque muitas, muitas mesmo, iam bem no sentido da oposição veemente e desqualificando o ato. E você não pode levar uma opinião dessa num órgão colegiado. O que eu noto é que as opiniões são bem pessoais. Elas refletem não uma reflexão feita num grupo, mas sim, uma reflexão pessoal. Não existe uma influência muito direta (por exemplo, que o chefe queria que eles falassem). Nesse sentido, notamos opiniões pessoais, polarizadas e em pouco número. Num grupo de 150, temos 12 participações.

Como foi a sua participação nesses eventos?

Eu não me lembro muito, mas basicamente, a participação dos funcionários aqui da FCL (quer dizer, da minha) era uma questão de classe: qual o interesse dos funcionários em determinado assunto? Era menos de uma formação política e mais de uma questão prática – essa votação nos interessa. Teve a questão da paridade. Eu lembro (com o você vê, me marcou) os funcionários foram na frente da congregação se manifestar e tinha uma carta que eu li (até ficaram com o sininho lá porque ninguém queria ouvir), onde a gente colocava essa questão que mesmo existindo a LDB que exigia uma participação proporcional, a gente podia na FCL mudar isso, com o e em alguns lugares. Tinha-se até a perspectiva de mudar a influência, tipo agora nas eleições de diretor. Foi aí que houve mais manifestações. E nas partes técnicas também – então, onde eu participei mais: com o assessor, na minha área específica, de informática, mas em outras questões tipo assim: o pessoal da graduação tinha que fazer uma colocação sobre alguma decisão que tinha que ser feita – mudar prazos, por exemplo. Então quando a Flávia²³ não podia, eu ia lá e colocava essas questões técnicas. É política de defesa de interesses de classes. É uma característica pessoal minha e também a gente não tinha nenhum tipo de “ah, vamos influenciar uma decisão”, não tinha esse aspecto.

Teve uma mobilização maior na paridade e da tomada da diretoria pelos alunos.

A visão dos funcionários é muito diferente da dos professores. Porque eles, não sei se por questão de formação e de princípios, eles vêem como um ato ilegal. E aí quase que todas as manifestações, com algumas exceções, foram nesse sentido. Inclusive, depois alguns se manifestaram e quiseram registrar a favor da entrada da tropa policial. A diferença do e-mail é que as pessoas deixam isso por escrito. Então acho que é uma exposição até um pouco atípica. Porque em geral as pessoas falam, não querem escrever, porque se for conveniente, elas podem mudar de opinião depois. E eles falam mesmo, deixam o nome lá... é claro que eu me

²³ Nome fictício.

comprometo a não divulgar...mas de qualquer modo eu fico sabendo da opinião de cada um. E isso num ambiente onde você tem eleições, pode te prejudicar, porque se você tem uma posição muito caracterizada, isso pode te prejudicar numa situação de escolha e tal...

E na da paridade, aí era 100%, para aumentar nossa importância na participação. Por exemplo, nas eleições para diretor os docentes têm uma preocupação mais junto aos colegas do que junto aos funcionários por causa do voto (70,15,15). Em geral, o trabalho que eles fazem é mais para fazer um plano de gestão, do que efetivamente conseguir votos. A gente nota isso aí. Mas, enfim é a regra do jogo por enquanto.

As reuniões da congregação eram uma rotina, que você ia lá participar. Quando eu participei, ela se tornava uma coisa muito maçante. Ao invés de se valorizar as discussões de idéias e possibilidades e enriquecer com experiências, acabava-se indo em questões expositivas dos fatos que, a meu ver, não eram necessárias na maioria das vezes. Talvez isso tenha sido uma característica da gestão em si, realmente tornava maçante. Então, o que acontecia: ao final, você não queria nem mais saber, você perdia aquela coisa do animo, da disposição. Acho que isso faz parte do jogo também, às vezes... “essa votação vai ficar pro último momento”. Mas acho que se qualificaria as discussões muito mais por esse caminho: discussões de idéias, experiências...as poucas vezes que isso ocorreu, pra mim foi muito importante. Não tenho formação em educação, então, pra minha pessoa alguns aspectos eram muito relevantes. É outra característica que inibia, de certa maneira, a colocação. Você percebia que você seria mais um a falar e outra: percebia-se também no grupo uma não disposição em te escutar. As pessoas, por desgaste, pensavam: “ah, nem vou falar, não compensa”. E quando partia para idéias antagônicas, muitas vezes acabava virando discussão. Não era mais exposição de idéias, mas isso é natural.

Em relação à gestão democrática, você acha que acontece aqui?

Eu acho que sim. Acho até que até mais que a USP (trabalhei lá 7 anos). Existe uma diferença muito grande em existir a representatividade e ela ser usada. Então aqui, por exemplo, percebi que há um incentivo, um apoio, ainda que isso está sendo construído, talvez até em termos da politização das pessoas; onde pertencer à congregação passa a ser uma tarefa. Para mim era uma tarefa. Hoje, para os nossos colegas, ainda é uma tarefa. É uma obrigação que eu assumo, claro. E não uma oportunidade. É essa a inversão “Pô, eu tenho que ir lá” e não “Opa, que bom que eu tenho que ir lá!”. Há essa inversão. Onde eu trabalhava antes, isso não era de forma nenhuma incentivado. Isso era até de desqualificado, não o

funcionário em si, mas a necessidade de participação dele. No limite em que eu nem sabia os representantes, nem sabia as datas de reunião... passava a ser uma coisa de gestores, que faziam um papel bom até, porque eu nunca senti falta. Então acabava virando uma coisa meio clientelista. Vou dar um exemplo: fiz mestrado e queria um afastamento pra isso. Falei com meu orientador e ele disse “deixa comigo”. Não precisou levar pra congregação, saber o que achavam... já tinha um esquema. A reunião era só uma pré-forma. “deixa que eu tomo conta disso”. Então eu era alheio. Então, o que percebi: aqui, a questão democrática é muito mais vivida. Mas ainda assim, no nosso segmento, é necessário um amadurecimento da comunidade dos funcionários, no sentido da politização de defesa de seus interesses e participação efetiva. O canal está aberto, o canal existe, mas as pessoas não querem ocupá-lo. Porque tradicionalmente isso está associado a alguém que não tenha muita qualidade no trabalho. “com o não sou bom funcionário, vou ser membro da congregação”, isso mentalmente. Então, participação política é para quem não tem nada para fazer. Isso já é associado. Com o tenho uma participação técnica muito efetiva, também quis reverter um pouco isso. Para os funcionários, quem está lá dentro, acaba sendo associando a esse aspecto: “ah, esse não quer trabalhar, quer fazer greve” isso ainda é, culturalmente, forte. Então isso é algo que tem que se reverter com o tempo. Essas questões de participação, politização. E eu acredito que isso vá acontecer, com a renovação. 2009 é um ano muito importante para a unidade porque muitos funcionários vão se aposentar. Vai ficar um “buraco”, que até estamos vendo formas de suprir, mas ao mesmo tempo virá a renovação. E o pessoal novo tem uma tendência de ser um pouco mais sensível a esse aspecto. De dar importância pra isso. Então vejo que há uma possibilidade de aumentar essa participação democrática. Eu acho que a própria rotina que é criada por nós, não por uma forma proposital, acaba criando isso. É difícil você arrumar tempo para trabalhar, se desenvolver e participar. Tanto que, normalmente, os gestores se afastam das atividades da prática técnica, por exemplo meu supervisor. Quando saio para participar de uma reunião da congregação eu deixo minhas tarefas de lado, porque tenho que me preparar pra isso também, porque tenho que ler todas as atas, inclusive os anexos. E isso é algo que consome um tempo razoável, e acho que isso inibe, de certa forma, a participação dos funcionários em geral.

Você acha que essa mudança deve ser cultural, ou a participação deve ser só de gestores mesmo?

Acho que é cultural. Talvez a gente tenha que aprender a trabalhar de uma forma melhor. Eu não sei te colocar de uma forma muito organizada, mas há aspectos. Por exemplo: nós somos medidos por produtividade, indiretamente (não tem índice), mas a pessoa vai qualificar sua produção pela qualidade e você precisa de tempo para produzir. Essa é uma questão objetiva e prática. Se eu for participar de uma congregação eu diminuo o tempo de dedicação à minha produtividade, portanto ela diminui. Então, pra mim, funcionário, isso pode não ser importante. É mais nesse aspecto objetivo mesmo: isso me interessa?

Hoje, tem-se uma valorização da qualificação. Os funcionários vão buscar isso, então pode ser que afaste ainda mais o funcionário. É um desafio equilibrado. Esse é um dos aspectos que acho que pode atrapalhar essa questão objetiva da participação.

O que mobiliza os funcionários: salário. Tem o direito a mais uma vaga na congregação, que não conseguimos preencher. É um exemplo clássico. “vamos brigar por mais espaço na congregação”... é difícil.. “vamos apoiar uma classe, por exemplo os alunos” muito difícil. Te apoio, mas parar, fazer um dia de greve, é difícil. Porque não existe nada palpável. Se é salário, benefício, vamos parar. E tem que ser algo que realmente pegue. Eles preferem negociar. Isso não existe certo ou errado é uma característica da comunidade. “vamos fazer um dia de parada para a democratização da universidade”... não fazem.... tem que ser algo mais palpável, tipo “meu filho vai ter uma vaga?”.

Mas na questão da representatividade teve uma discussão forte entre os funcionários. Mas mesmo assim não existe o número suficiente de representantes. É, isso é uma contradição. Porque queremos, desde que não seja eu. E isso é claro e latente quando vamos escolher o próximo. Ninguém quer. Eu mesmo pedi para me licenciar, fiquei com o membro suplente, depois de dois anos, porque tenho muitas tarefas técnicas. Ninguém quer porque vê aquilo como algo que vai minar o tempo dele, ou principalmente a imagem. As pessoas têm muito medo de se posicionar e queimar a imagem. Porque aqui é um ambiente político. Se eu me posicionar, posso afetar a pessoa que vai ficar por trás. Você vê lideranças que não assumem o papel lá dentro, porque elas podem negociar uma posição fora e se elas forem expostas não. Principalmente minhas, também tenho. Mas acho que para brasileiro isso é difícil. Você não precisa agradar a todos. Tem que respeitar a opinião dos outros. Se ele vai contra, ele é contra o mundo... a gente demoniza ele, temos um inimigo. Isso é típico.

A pequena porcentagem de voto é consequência, mas não muito óbvia. Talvez, se tivéssemos uma paridade e eles sentissem que as votações teriam um peso maior, talvez as discussões seriam maiores. Outra coisa é que as decisões não têm muito impacto na vida dos funcionários - essas decisões acontecem mais na esfera executiva do que na esfera do

colegiado. Porque a gente chegou num estado de estagnação nesse sentido. É difícil modificar procedimentos. O que passa na congregação: calendário “vamos mudar o calendário?” não, muito difícil. Questões práticas, técnicas, prazos...você já não tem nenhuma participação efetiva. Distribuição de espaço físico é na esfera executiva, que isso talvez gerasse.... mudança de funcionário, de setor...eles procuram esvaziar esses assuntos de congregação até pra que não dê muita transparência, talvez, pra não criar tanta polêmica... e o que acaba criando polêmica são só assuntos dos docentes (distribuição de vagas, um evento) funcionário não tem vontade de se posicionar, atraído nessas discussões. Não nos influencia, não nos afeta e nosso voto não tem tanta importância. A pessoa não tem vontade de discutir? Não vai mudar, é assim, o que eu falar não tem tanta importância. O pessoal é mais objetivo mesmo, é salário, é dinheiro, é promoção. Outros aspectos não tem tanto interesse.

Como foi a atuação dos funcionários na invasão do bandeirão (2003)?

A participação deles era contrária. Eles achavam que esse tipo de manifestação não é a correta. Eles viam essa questão do uso do recurso do cartão positivamente, porque teriam coisas práticas que os ajudaria. A discussão deles era prática. Com uma catraca lá não ia entrar aluno da química; vou cobrar da química o subsídio que falta. Os funcionários são terminantemente contra a divisão de bandeirão. Se precisa, forneça bolsa. É bem prático. Não entra na discussão de convivência: aqui é pra comer, vai e paga.

Para o pessoal que trabalha lá, então! Eles sentem que invadiram a casa deles. Eles não tem a visão de que o espaço é ocupado com o “meu”, “minha casa”. Meu espaço invadido. É muito difícil você levar uma discussão política pra isso. Eles acreditam que é um grupo de pessoas mal intencionadas, desocupadas que fazem isso com uma intenção pessoal, para obter benefícios pessoais. Ou pior, eles acham que foi alguém externo que mandou eles fazerem isso para dar visibilidade a essa questão.

E o caso do PCO?

A opinião dos funcionários era a mesma da diretoria. Acreditam que esse tipo de ação foi patrocinada, com intenção política. Pra você ter noção, não se assuste, os funcionários são contra a existência da moradia. Eles acham que se a pessoa precisa, deve ter bolsa para poder pagar. Eu, particularmente, acho que se perde muito com essa bolsa, mas eles acham que não ter, traz transtorno.

Em relação às proibições, os funcionários eram a favor, mas eles achavam que isso era uma medida executiva e não de competência da congregação, porque envolvia segurança.

Tanto num caso, quanto no outro a posição era bem objetiva, bem fechada, com raras exceções. Que são exceções que não querem tomar a frente, pra ter voz. Até junto ao sindicato a gente tem problema em relação a isso. É difícil contribuir no sindicato. Não agüentam, é muita pressão, muda a imagem. Até nosso colega que foi vereador mudou a visão que o pessoal tinha dele. Apesar de terem votado nele na eleição, a forma como ele conduzia as greves, acabou marcando. O limite disso é a participação nas associações que também é pouca. Nem o clube daqui eles utilizam. Por que ali você convive, tá fazendo bicicleta, convive.

Participação democrática existe, mas o posicionamento é bastante específico, prático.

A cada eleição fica mais difícil. Com jovens é mais fácil... só não sei se aceitam continuar no próximo ano.

Como membro suplente eu não fui nenhuma vez ainda à reunião, deveria.

Para aumentar a participação eu criei o hábito de relatar as reuniões. Mas essa tradição acabou se perdendo. Às vezes porque não tinha nada para relatar... ajudava, porque as pessoas respondiam “ah, puxa, aconteceu isso?”

Eu gostaria de colaborar até no sentido de reversão desse quadro. Eu vejo na renovação algum sentido nisso e talvez até qualificar mais as reuniões, no sentido do debate e não da discussão. Os membros já reclamaram e eu me coloco nisso. Você acaba fugindo de questões centrais, discutindo questões que não precisariam ser discutidas nesse ambiente.

Necessitaria de um amadurecimento político. A direção dando um espaço pra gente colaborar com a nossa experiência. Questões com o a de extensão, da valorização da graduação. São temas que, apesar de não estarmos diretamente ligados, nos anima muito, nós gostaríamos de ser reconhecido como a melhor universidade de humanas. Tem alguns que não, mas pra mim, jovem, isso é um orgulho.

Eu valorizo muito isso, acho necessário. Acho que falta uma visão global da unidade “onde nós queremos chegar”. Mas, infelizmente, essa visão é associada ao capitalismo moderno, à modernidade e o pessoal desqualifica essa visão. Mas eu acho ela muito forte. Porque aí todas as visões vão começar a se alinhar àquilo. É claro que é sempre preciso discutir, realinhar. Para ser a melhor universidade do Brasil... o que a gente precisa para isso? Melhorar o corpo administrativo, dar cursos, por exemplo. Essa divisão alinha os pensamentos. Isso dá uma motivação interna, alinha esforços, tem menos perda de energia, cria-se uma força, estou colaborando para tornar essa universidade a melhor. O ser humano

gosta de ter uma meta. Se não cada um cumpre sua função, faz o seu trabalho e ponto. Vejo que algumas instituições de sucesso tinham essa visão. É claro que pecam em outros lugares. Precisa de competência pra isso, até em escola eles dão premiação para os melhores alunos, dão bolsa. Para incentivar mesmo. E eu não acho errado, porque é por mérito. Podíamos fazer algo parecido. Criar espaços de discussão

Os alunos parecem pensar “eu vim cumprir meu papel, pegar o diploma e pronto”, os professores reclamam que se perdem oportunidades de reflexão, de pensamento - questão de formação mesmo, aquela coisa de fundo acaba de uma certa forma ignorada, então o aluno não lê mais um livro inteiro, antes lia por gosto, agora não, porque agora tem a tecnologia. Mas não dá pra fazer isso se não for de uma forma global.

Outra pergunta ótima: “que tipo de alunos, pessoas, querem se formar?” poucos docentes se fazem. De repente essa deve ser uma pergunta de fundo. Seria um ótimo tema de fundo para a congregação. Isso é bastante motivante. Cada um com a sua tarefa.

A democracia em si, eu acho que ela acaba sofrendo muito com essa questão cultural. As pessoas não dão opinião porque não querem. São alheios. Isso é real no nosso segmento. A rediscussão da democracia em si é interessante. Que democracia é essa? A culpa é de quem? É o próprio esquema, o indivíduo? Que decepção foi essa que ele sofreu que ele não quer nem mais discutir? A pessoa não quer nem votar mais. Pode ver a evolução dos votos nulos. Tenho a impressão que foi algo que cresceu. As questões mais objetivas se resolvem diretamente com meus chefes e são individuais, intimas, pessoais, são minhas, egoístas. E nesse tipo de relacionamento você nunca aborda o coletivo. Eu vivo isso. Eu tenho meu estrado e quero que ele seja valorizado. Fui, corri atrás. Podia ser uma coisa diferente, mais bonita ainda. Já que é valorizado, vamos qualificar o corpo técnico, vamos ver o que é preciso. Eu tinha até uma proposta, que passei pro pessoal. Cada profissional ter uma carreira proposta. Qualificação melhora todo mundo!

Funcionário 2

Ocupação do restaurante pelos alunos - Qual sua participação no evento?

Na verdade, começou um pouco antes. Começou com a FCL tentando implantar um cartão, que de início serviria só para a biblioteca, mas que a ideia era de que o cartão servisse como uma forma de identificar o aluno dentro do campus. Teria um sistema integrado (xerox, restaurante), e na ocasião a FCL fez um convênio com um banco. Este cartão é caro (pelo

menos pra verba na Universidade) e o banco fez uma besteira: colocou o logo da empresa no cartão. Mas até aí tudo bem, porque quando se faz uma parceria com a empresa privada, a empresa coloca o logo dela. Mas além disso, eles colocaram uma stand do banco, dizendo que os alunos podiam abrir uma conta e que esse cartão poderia ser usado na conta corrente, mas isso era uma opção.

O que os alunos entenderam é que era uma imposição. E aí começou todo aquele discurso, de que a universidade pública estava se vendendo pro banco, que por aqui ser público essa interferência não poderia existir. E começaram a quebrar e queimar os cartões. A biblioteca ficou muito envolvida nisso, porque a biblioteca é que estava entregando os cartões. A princípio o cartão iria substituir o da biblioteca, depois é que seria usado pelo refeitório. Então a idéia era de que o aluno poderia carregar o cartão com uma quantia de dinheiro e poderia passar pela catraca do restaurante. Isso impediria que as pessoas dividissem o bandeirão, mas também iria impedir que a Farmácia e a Odonto utilizassem o restaurante sem ser contabilizado. Não é que eles iriam deixar de usar o restaurante, mas ia ser contabilizado. A FCL sabia quanto da Farmácia, da Química e da Odonto utilizam o restaurante e aí ficaria mais fácil para dividir a despesa do restaurante com as outras unidades. Porque o restaurante é uma despesa só da FCL e é sabido, mas não é contabilizado, que os alunos das outras unidades também usam o nosso restaurante. A idéia era diminuir o déficit do restaurante, que hoje é de mais de 100 mil reais. Não sei como a nova diretoria vai resolver isso. O banco voltou atrás, tirou o logo, o cartão iria sair de graça, mas mesmo assim os alunos fizeram um movimento forte e conseguiram que isso não fosse implantado e hoje o cartão de estudante é aquele cartão caseiro (que nós fazemos o código de barras, plastificamos). Isso foi o que precedeu a invasão do RU.

Como foi a discussão disso na congregação?

Eu não participei muito dessa época da congregação... só lembro da discussão da implementação do cartão. Alguns membros da congregação entenderam que essa medida não era meramente administrativa (implantar um cartão com parceria do banco), deveria ter passado pelo órgão colegiado, a congregação, e que a administração do campus na época fez mal em não fazer isso. E tomar essa medida como só administrativa. Então, grande parte dos professores apoiou o movimento de não utilização do cartão. Só não me lembro se a ocupação foi uma medida apoiada.

E a questão do PCO?

Eu comeci a ouvir sobre essa questão do PCO na congregação quando alguns professores começaram a se manifestar, dizendo que eles estavam sofrendo intimidação, que o PCO tinha um site e que nesse site, citava nomes de professores da FCL e que chamavam esses professores de vendidos para o sistema, diversas calúnias.

Na época, a congregação tinha representação estudantil e esses alunos se diziam também intimidados pelo pessoal do PCO. Segundo eles, as pessoas do PCO eram pessoas do partido, que não tinham nenhum vínculo com a universidade e duas alunas, que eram estudantes e faziam parte do partido, traziam essas pessoas para aqui dentro. Teve episódio de briga entre os alunos e os integrantes do PCO aqui dentro do campus. Teve uma aqui embaixo da biblioteca, briga de soco; e isso foi levado para a congregação. Numa situação limite da congregação, um dos alunos disse que ia trancar a matrícula dele, porque não tinha condições psicológicas de continuar na FCL. Foi, então, uma situação super complicada. Depois de muitas reuniões de congregação para resolver esse assunto, algumas reuniões com a presença de integrantes do PCO em pé, com os braços cruzados, fazendo com que alguns membros da congregação se sentissem intimidados com os comentários, olhares, ironias que eles faziam durante as reuniões. Então decidiu-se que as reuniões da FCL não seriam mais abertas às pessoas que não fossem da FCL. Começamos a fazer reuniões de portas fechadas. Na ocasião foi baixada uma portaria, que impediria a manifestação política aqui dentro (usavam com o princípio que a universidade é laica e que não pode ter manifestações políticas e religiosas). Nessa ocasião tinha muita distribuição de panfletos por parte do PCO e isso foi proibido. E os vigias estavam com essa atribuição de coibir a panfletagem e comunicar a direção, assim que vissem. Essa portaria, depois de um tempo, foi revogada (ano passado), pois foi entendida como uma coisa sem sentido, já que isso já fazia parte do regulamento da universidade. Choveu no molhado. Criou uma portaria que não precisava ser criada.

A questão da urna: não dá pra saber realmente o que aconteceu na questão da urna, porque os alunos que estavam envolvidos (já que era uma eleição estudantil), as alunas do PCO contavam uma versão e os representantes estudantis falavam outra coisa. Então não posso afirmar se houve roubo na urna, sei que houve problema com a urna. Os representantes diziam que houve roubo, mas as alunas do PCO negavam sempre. Não sei, porque não acompanhei de perto.

Depois houve uma sindicância, para apurar o que aconteceu. E essas alunas foram suspensas.

Agora tem representação discente na congregação. Até eu me surpreendi. Dois alunos, acho que do curso de Administração. Achei bacana.

Deixa eu te dizer uma coisa, que eu acho que é um fator de ligação: depois dessa questão do PCO e que terminou o mandato daquela chapa de representação discente, não houve mais representação. De qualquer forma, não sei se foi essa questão, ou se foi desgaste por outros motivos, mas sei que os alunos pararam de ir, não só na congregação, mas também no CO.

Em relação aos funcionários, como você vê a participação nas decisões?

Eu acho que essas decisões que dependem da congregação, os funcionários participam muito pouco, porque os funcionários têm participação na congregação, em número bem menor que a dos professores, e o voto deles vale pouco. Assim como todas as votações não são paritárias, as votações do órgão colegiado também não é.

E o que você acha disso?

Eu acho isso uma questão polêmica. A universidade é meritocrática. Só que eu acho que podia haver uma democracia maior, principalmente em assuntos administrativos. Eu acho que o funcionário, talvez, ele não seja capaz, quer dizer, não é competência dele avaliar, julgar questões acadêmicas. Ele não tem mérito para isso, quem tem é o professor. Mas as questões administrativas, eu acho que ele deveria ter mais autonomia. Poderia haver aí uma gestão mais democrática, nas questões administrativas. Porque existem situações puramente administrativas e que muitas vezes os docentes não conseguem entender, e são eles que votam. E a gente que está fazendo parte do funcionamento da universidade, e que poderia, talvez, nesse caso, e só nesse caso, ter uma competência maior para decidir, não decide. Eu acho que poderia ser melhor sim, principalmente às questões administrativas, acho que a gente deveria ter uma participação maior. Não que deva ter paridade de votos nas questões acadêmicas, o professor é que tem mérito para isso. Apesar de que os funcionários, principalmente a biblioteca, é o maior suporte para o ensino e para a pesquisa. Eu sei que tem questões que são próprias e que devem ser discutidas por professores, agora questões administrativas, a gente vê às vezes nesse bôlo de discussão e o funcionário, que naquele caso, tem mais competência pra avaliar, fica com número de voto menor, às vezes sem expressão. Acho que a questão administrativa precisa ser revista.

E em relação aos alunos, você acha que essa participação é ideal?

Não, não acho. Não sei agora como vai ser com essa representação estudantil, mas com a anterior que tinha em 2005 e 2006, eu não sentia que eles tinham discussões, que eram realmente pertinentes à vida estudantil. Não via se discutir se alguém estava tendo problema com professor que não estava indo em sala de aula, com matéria que não estava sendo dada. Eles se preocupavam mais com questões... contra o neoliberalismo... e com questões mais importantes para o dia a dia dos alunos, eles não se preocupavam. Então, por exemplo: muitas vezes que a biblioteca disse que estava tendo o seu patrimônio depredado, os livros eram roubados, mutilados e isso não era uma preocupação para a classe estudantil. Eles estavam preocupados com o governo Fernando Henrique, com o neoliberal, com o aumento do repasse na LDO, e com coisas aqui do dia a dia eles não tinham essa preocupação. Os alunos representantes ouvem muito pouco os seus representados. Tem que ir lá e ver qual a demanda e dificuldade de cada curso, o pessoal está tendo dificuldade para cumprir estágio obrigatório, então vamos lá... eu acho que realmente eles não se preocupam em questões acadêmicas e estudantis, ficam preocupados só com questões políticas e da sociedade.

Acho que a gente participa muito pouco. Eu não vejo, por exemplo, as pessoas pedindo para seus representantes na congregação alguma demanda dos funcionários. Vejo muito pouco os representantes consultando os representados. Porque a pauta vem antes. “qual a opinião de vocês a respeito de tal assunto? Porque afinal eu vou lá representar vocês”. Eu não vejo muito isso. Então não existe uma boa interface entre representantes e representados.